

# C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO 209 Jul.-dez. 2025

ISSN 1413-1536

**Isabel Ribeiro**

Contribuições do Sebrae Bahia para o desenvolvimento econômico em 2025

A conexão entre as universidades estaduais da Bahia e os indicadores socioeconômicos municipais

Plantas que curam e movem a economia

Os impulsos da urbanização de Salvador (BA) e a dinâmica de localização das escolas privadas

**PATRICIA ORRICO**

EXPORTAÇÃO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO: O NOVO MOMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA BAHIA



Mulher  
da Terra

...or. Pa  
...rático às empres

publicações  
**SEI**

**C&P** 209 Jul.-dez. 2025  
C O N J U N T U R A & P L A N E J A M E N T O

## INSTITUCIONAL

### GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jerônimo Rodrigues Souza

### VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO DA BAHIA

Geraldo Júnior

### SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Cláudio Ramos Peixoto

### SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

José Acácio Ferreira

### DIRETORIA DE ESTUDOS

Edgard Porto Ramos

### DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA

Armando Affonso de Castro Neto

### DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS

Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

### DIRETORIA DE PESQUISAS

Rodrigo Barbosa de Cerqueira

### FICHA TÉCNICA

Diretoria responsável

Diretoria de Indicadores e Estatística

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanais

Editoria Científica

Luiz Mário Ribeiro Vieira, Elissandra Alves de Britto

Conselho Editorial

Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gervásio Ferreira dos Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mychella Sena Araújo, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

Corpo Técnico

Arthur de Souza Cruz, Carla Janira Souza do Nascimento, Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo, Rosângela Conceição, Luciano Bruno Sena Neves (estagiário), Kailan Matos Pereira (estagiário)

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu Dias

Produção Editorial

Elisabete Barretto Guanais, Ludmila Nagamatsu

Normalização

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa, Patrícia Fernanda Assis da Silva

Revisão de Linguagem

2Designers

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro, Vinícius Luz

Capa e Ilustrações

Vinícius Luz, Caique Alves (estagiário)

Editoração

Alderlan Oliveira

Comissão Editorial da SEI

Aline Virgílio, Anderson de Oliveira, Eliana Marta Gomes, Elisabete Barretto Guanais, Elissandra Alves de Brito, Ludmila Nagamatsu, Luiz Lobo, Luzia Pamponet, Marília Reis, Rita Pimentel, Soraia Tecla

*Conjuntura & Planejamento* é uma publicação semestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). Todos os números estão disponíveis no site da SEI ([www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)), no menu *Publicações SEI*.

Desde 2021, os artigos publicados passaram a contar com o identificador DOI (*Digital Object Identifier*), o que garante maior rastreabilidade, visibilidade e permanência dos conteúdos científicos. Em 2023, a revista também passou a adotar o ORCID (*Open Researcher and Contributor ID*), promovendo a identificação global dos autores.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores, e as opiniões neles expressas não refletem, necessariamente, o ponto de vista da SEI. A reprodução total ou parcial dos textos é permitida, desde que a fonte original seja devidamente creditada.

A revista está indexada em importantes diretórios e bases de dados, como a *Library of Congress*, *Ulrich's Periodicals Directory*.

A revista foi avaliada pelo Qualis da Capes em ciclos anteriores. No entanto, com a nova metodologia vigente a partir de 2025, a Capes deixou de classificar diretamente os periódicos, passando a adotar critérios baseados na qualidade dos artigos publicados.

A SEI mantém o compromisso com a excelência editorial, a relevância temática e a contribuição científica da revista para o desenvolvimento socioeconômico da Bahia e do Brasil.

---

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n.1 (jun. 1994) -. Salvador: SEI, 2025.  
n. 209  
Semestral  
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal até o número 154; trimestral até o número 189.  
ISSN 1413-1536  
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB  
Cep: 41.750-300 – Salvador – Bahia  
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781  
[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)  
[sei@sei.ba.gov.br](mailto:sei@sei.ba.gov.br)

**4 CARTA DO EDITOR****6 ECONOMIA EM DESTAQUE**

ECONOMIA BAIANA CRESCE EM CENÁRIO INCERTO

Arthur Cruz  
Carla do Nascimento  
Elissandra Britto  
Rosângela Conceição**34 ENTREVISTA**EXPORTAÇÃO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO: O NOVO  
MOMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA BAHIA

Patrícia Orrico

**ARTIGOS****41 A CONEXÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS  
DA BAHIA E OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS  
MUNICIPAIS: UMA ABORDAGEM MULTIVARIADA**Caio Sousa Silva  
Fernanda Calasans C. L. Pessoti  
Gustavo Casseb Pessoti**63 PLANTAS QUE CURAM E MOVEM A ECONOMIA: A  
BAHIA NA ERA DA BIOINDÚSTRIA VERDE**Felipe Romici Zane Lordelo Nogueira  
Lígia Maria Manzine Costa  
Lucinéia dos Santos**87 OS IMPULSOS DE URBANIZAÇÃO DE SALVADOR (BA)  
SOB A ÓTICA DA DINÂMICA DAS LOCALIZAÇÕES DOS  
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARTICULAR**

Maíesse Pinto El Sayegh Nunes

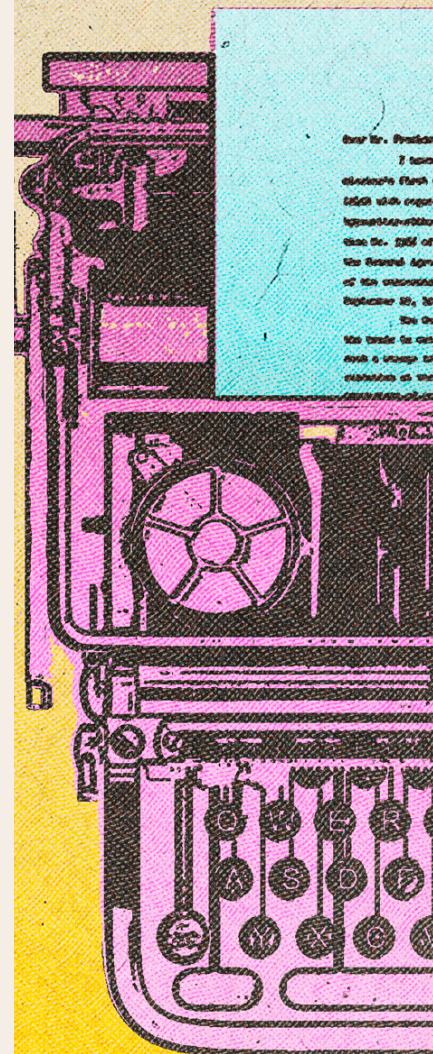
**110 PONTO DE VISTA**CONTRIBUIÇÕES DO SEBRAE BAHIA PARA O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM 2025

Isabel Ribeiro

**114 LIVROS****116 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****INDICADORES CONJUNTURAIS**

126 INDICADORES ECONÔMICOS

134 FINANÇAS PÚBLICAS



# CARTA DO EDITOR

A revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P) traz, nesta edição 209, o conhecimento como engrenagem propulsora do desenvolvimento. Nessa perspectiva, os trabalhos apresentados na seção de artigos adotaram uma discussão mais estruturante, no sentido de pensar a economia a longo prazo.

Nessa linha de pensamento, a equipe de conjuntura da SEI aponta que a atividade econômica da Bahia apresentou desempenho positivo no período de janeiro a setembro de 2025, apoiada no crescimento dos três macrossetores: Agropecuária, Indústria e Serviços. No tocante às esferas internacional e nacional, o grupo sinaliza que as expectativas para o desempenho da economia baiana, previstas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), foram assertivas, confirmando o resultado positivo para o ano de 2025.

Na seção *Ponto de Vista*, destaca-se a reflexão de Isabel Ribeiro – presidente da Comissão da Mulher Economista do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA), membra da Comissão da Mulher Economista e Diversidade do Conselho Federal de Economia (Cofecon), integrante do Conselho Deliberativo da Fundação Sebraeprev e do Conselho Fiscal da Associação Cultural Brasil-Estados Unidos (ACBEU), além de gerente da Unidade de Gestão Estratégica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (Sebrae Bahia). Ela apresenta as contribuições do Sebrae Bahia para o desenvolvimento econômico em 2025. Para tanto, observa que um dos eixos centrais da atuação dessa unidade estadual do Sebrae é a melhoria do ambiente institucional. Por meio do Programa Cidade Empreendedora, a instituição atuou em 84 municípios, apoiando a modernização administrativa, a simplificação de processos e a formulação de políticas locais de desenvolvimento econômico. Ribeiro sinaliza ainda que o avanço mais emblemático está na desburocratização, consubstanciada na ampliação da REDESIM, hoje presente em 268 municípios. Conforme suas informações, a estratégia de combinar crescimento com inclusão permitiu que, em 2025, 81,0% dos atendimentos alcançassem públicos sub-representados, como mulheres, pessoas com mais de 60 anos, população negra e empreendedores LGBTQIAP+. Ainda nessa direção, o Projeto Pró-Catadores beneficiou 340 catadores de materiais recicláveis em 15 municípios, integrando inclusão socioproductiva, economia circular e sustentabilidade ambiental.

A seção *Entrevista*, por sua vez, na mesma linha de abordagem, traz a contribuição de Patrícia Orrico, gerente de Negócios Internacionais do Centro Internacional de Negócios (CIN) e profunda conhecedora das relações de Negócios Internacionais. Entre os diversos temas abordados pela entrevistada, destacam-se as iniciativas para ampliar a participação de setores estratégicos na pauta das exportações baianas, o potencial de competitividade do estado nos segmentos de minerais críticos e terras raras, bem como as dificuldades enfrentadas pelo CIN para aumentar as exportações da Bahia. Numa linguagem clara e didática, Orrico discorre sobre o papel do CIN na inserção de outros setores na pauta de exportações. De acordo com suas observações, o CIN foca na ampliação e na diversificação da agenda exportadora do estado, por meio de ações voltadas para o aumento da competitividade no que se refere à internacionalização das empresas baianas, incluindo mentoria e consultorias individuais, capacitação, participação em feiras, missões e rodadas internacionais. Essa ação envolve parceria com o Sistema FIEB (Senai, Cimatec, IEL, SESI, CIEB) e outras entidades, a exemplo da Confederação Nacional da Indústria e da Rede CIN presente nos demais estados, além da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), do Sebrae, dos ministérios federais, dos governos estaduais e municipais, das embaixadas, das câmaras de comércio bilaterais, das associações empresariais etc. Outras ações são realizadas também a partir do Comitê Consultivo do Núcleo do Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX) no estado da Bahia, iniciativa da ApexBrasil, em parceria com o Sebrae Bahia.

Entre os artigos que integram esta edição está o de Caio Sousa Silva, Fernanda Calasans C. L. Pessoti e Gustavo Casseb Pessoti, intitulado *A conexão entre as universidades estaduais da Bahia e os indicadores socioeconômicos municipais: uma abordagem multivariada*. Nesse trabalho, os autores propõem analisar a relação entre a presença das Universidades Estaduais da Bahia (UEBAs) e os indicadores socioeconômicos dos municípios baianos, com o objetivo de compreender o papel dessas instituições no desenvolvimento regional. Tem-se, também, o trabalho intitulado *Os impulsos de urbanização de Salvador (BA) sob a ótica da dinâmica das localizações dos estabelecimentos de ensino particular*, de Maiesse Pinto El Sayegh Nunes. Nele, a autora busca investigar se os estabelecimentos de ensino privado, que oferecem desde o nível fundamental até o ensino médio, acompanharam a direção do crescimento da cidade. O terceiro artigo desta edição é o de Felipe Romici Zane Lordelo Nogueira, Ligia Maria Manzine Costa e Lucinéia dos Santos, com a temática *Plantas que curam e movem a economia: a Bahia na era da bioindústria verde*. Os autores analisam potenciais econômicos, desafios regulatórios e propostas de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da bioeconomia regional, com foco em espécies nativas como sisal, aroeira, maracujá-do-mato, mangaba e mulungu. Assim, a edição 209 da C&P oferece discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em 2025. Nesse aspecto, sem a pretensão de esgotar o assunto ou emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) convida o leitor a fazer uma reflexão sobre o processo estruturante de consolidação do conhecimento a longo prazo.



# ECONOMIA BAIANA CRESCE EM CENÁRIO INCERTO

Arthur Cruz

Especialista em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs), graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/0009-0004-8308-404X>. [arthurcruz@sei.ba.gov.br](mailto:arthurcruz@sei.ba.gov.br)

Carla do Nascimento

Mestra em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/0009-0007-2320-6844>. [carlajanira@sei.ba.gov.br](mailto:carlajanira@sei.ba.gov.br)

Elissandra Brito

Mestra em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/0009-0004-9657-2309>. [elissandra@sei.ba.gov.br](mailto:elissandra@sei.ba.gov.br)

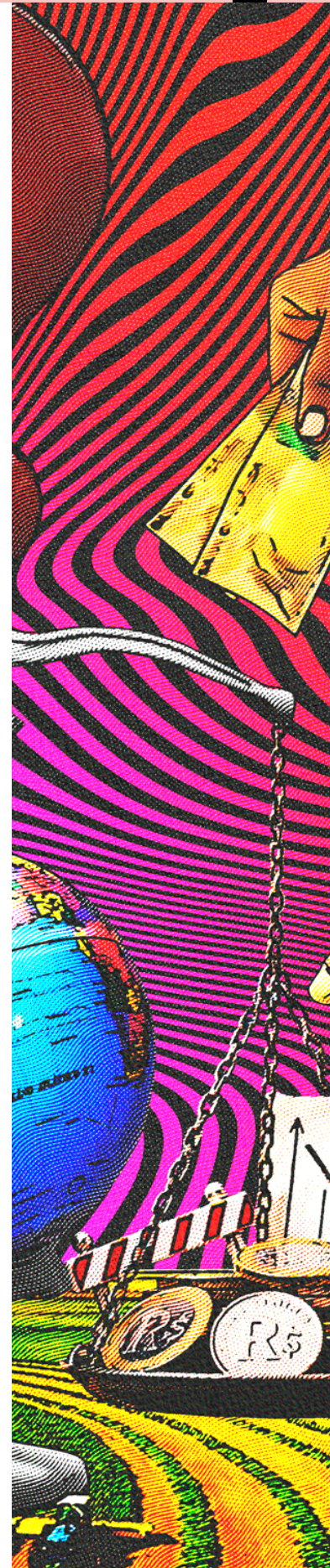
Rosângela Conceição

Mestra em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs), especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), graduada em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/0009-0004-9657-2309>. [rosangela@sei.ba.gov.br](mailto:rosangela@sei.ba.gov.br)

<https://doi.org/10.56839/cp.1i209.1>

Após o momento mais crítico na geopolítica mundial em 2025, com o choque tarifário americano, os ânimos arrefeceram e as economias dos principais países do mundo seguiram um ritmo de crescimento estável. Porém, as incertezas relacionadas às tensões comerciais não resolvidas, com possíveis interrupções na cadeia de suprimentos, podem impactar a trajetória da economia mundial.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta crescimento global de 3,2% para o ano de 2025, taxa superior à estabelecida no último relatório da organização em abril, quando era esperada uma taxa de 2,8%. Nesse novo cenário, as expectativas indicam crescimento das economias avançadas em 1,6% – Estados Unidos (2,0%), Área do Euro (1,2%) e Japão (1,1%) – enquanto, para as economias emergentes, é esperado aumento de 4,2% – China (4,8%), Índia (6,6%) e Brasil (2,4%) (International Monetary Fund, 2025).



A economia da China [...] cresceu 4,8% no terceiro trimestre [...] O resultado ficou abaixo dos 5,2% do trimestre anterior e refletiu as turbulências no comércio internacional e a queda persistente do consumo interno

A expectativa do FMI é de redução da inflação global, embora possam ocorrer variações entre os países. Os EUA devem manter seus indicadores em ritmo ascendente, enquanto outros países ficarão próximos à meta. O protecionismo exacerbado e possíveis entraves na oferta de mão de obra podem desacelerar o crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, o crescimento mostrou-se mais fraco e a inflação mais alta do que a prevista, próxima de 3,0% ao ano, refletindo o quadro negativo de oferta. Os relatórios oficiais das estatísticas econômicas americanas estão em aberto, uma vez que os órgãos estão normalizando a coleta e a análise de dados após o *shutdown*<sup>1</sup> do governo. As previsões são de crescimento forte no terceiro trimestre e de ritmo moderado no quarto trimestre. No segundo trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto (PIB) real aumentou a uma taxa anual de 3,8% (abril, maio e junho), de acordo com a terceira estimativa divulgada pelo Departamento de Análise Econômica dos EUA. Já no primeiro trimestre, o PIB real diminuiu 0,6% (revisado) (Bureau of Economic Analysis, 2025). O desaquecimento do mercado de trabalho culminou na redução das taxas de juros americanas em 0,5 ponto percentual, estabelecida nas reuniões de setembro e outubro. Na reunião do mês de dezembro, o Federal Open Market Committee (FOMC) do Federal Reserve (FED) decidiu reduzir a meta para a taxa de juros dos fundos federais em mais 0,25 ponto percentual, para uma faixa entre 3,5% e 3,75%, mas a política monetária continuou restritiva. O Comitê buscou atingir o máximo de emprego, com inflação a uma taxa de 2% no longo prazo, considerando que os riscos para o alcance de suas metas de emprego e inflação devem permanecer equilibrados (Federal Open Market Committee, 2025).

A economia da China, por sua vez, cresceu 4,8% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Secretaria Nacional de Estatísticas chinesa. O resultado ficou abaixo dos 5,2% do trimestre anterior e refletiu as turbulências no comércio internacional e a queda persistente do consumo interno, mas a redução no investimento devido à crise no mercado imobiliário foi a principal contribuição negativa. O crescimento corre o risco de desacelerar ainda mais no médio prazo, caso as autoridades não tomem medidas mais proativas para apoiar os gastos dos consumidores. A dependência da economia chinesa em relação à demanda externa, em um momento de crescentes tensões comerciais com Washington, levanta dúvidas sobre a possibilidade de o país asiático manter o ritmo de crescimento (Yao; Zhang, 2025).

1 Paralisação por 43 dias das atividades do governo do EUA, que foram retomadas após a Câmara dos Representantes aprovar o projeto de lei que estende o financiamento do governo até janeiro de 2026.

Na Europa, a atividade econômica apresentou crescimento com taxas moderadas. No terceiro trimestre de 2025, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB ajustado sazonalmente aumentou 1,4% na Zona do Euro e 1,6% na União Europeia (Eurostat, 2025), evidenciando um leve fôlego na atividade econômica.

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu, em reunião realizada no mês de outubro, manter inalteradas as três<sup>2</sup> taxas de juros do BCE, em, respectivamente, 2,00%, 2,15% e 2,40% (Banco Central Europeu, 2025), nesse patamar desde junho. A instituição encontra-se numa posição confortável, ao contrário de outros países que enfrentam pressões inflacionárias. Segundo o Conselho do BCE:

A inflação permanece num nível próximo do objetivo de médio prazo de 2%, e a avaliação das perspectivas de inflação [...] mantém-se, em geral, inalterada. A robustez do mercado de trabalho, a solidez dos balanços no setor privado e as anteriores reduções das taxas de juro [...] permanecem importantes fontes de resiliência. A economia continuou a registar crescimento, não obstante a conjuntura mundial difícil. [...] as perspectivas ainda são incertas, em particular devido à continuação dos litígios comerciais e das tensões geopolíticas a nível mundial (Banco Central Europeu, 2025).

O Conselho do BCE está determinado a assegurar a estabilização da inflação, de forma sustentada, conforme seu objetivo de médio prazo de 2% a.a.

Portanto, apesar dos resultados positivos para as principais economias mundiais no terceiro trimestre de 2025, o grau de incerteza manteve-se muito elevado, o que pode ter impactado consumo e investimento das economias do planeta ao longo dos meses seguintes.

A economia brasileira ficou estável no terceiro trimestre, com taxa de 0,1% ante o segundo trimestre, na série com ajuste sazonal, e apresentou crescimento de 1,8%, em relação ao terceiro trimestre de 2024 (Indicadores IBGE, 2025a). Com esse resultado trimestral, o PIB nacional acumulou, no período de janeiro a setembro de 2025, um aumento de 2,4%, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Sob a ótica da demanda interna, no acumulado de 2025, verificou-se que a despesa de consumo das famílias apresentou aumento de 1,4% em relação

2 Taxas de juros aplicáveis à facilidade permanente de depósito, às operações principais de refinanciamento e à facilidade permanente de cedência de liquidez.

As expectativas para a safra agrícola brasileira de 2025 foram beneficiadas pelas condições climáticas favoráveis

ao mesmo intervalo do ano anterior. Já a formação bruta de capital fixo avançou 5,0% no acumulado do ano. A despesa de consumo do governo apresentou aumento, com taxa de 1,6% no período, na comparação com o mesmo período de 2024. No setor externo, levando-se em conta a mesma base comparativa, as exportações de bens e serviços aumentaram 3,6%, enquanto as importações aumentaram 6,2% no mesmo período (Indicadores IBGE, 2025a).

No que se refere à oferta, o setor agropecuário apresentou variação positiva, com taxa de 11,6% no acumulado do ano até setembro em relação a igual período de 2024 (Indicadores IBGE, 2025a). As expectativas para a safra agrícola brasileira de 2025 foram beneficiadas pelas condições climáticas favoráveis. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) (Indicadores IBGE, 202d), atualizado em outubro, a estimativa é de uma safra nacional de 345,9 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas. A expectativa é de uma produção de grãos 18,2% superior à safra obtida em 2024.

O setor de Serviços apresentou aumento de 1,8% no período. Todas as atividades apresentaram alta: *Informação e comunicação* (6,2%), *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (2,4%), *Transporte, armazenagem e correio* (2,2%), *Atividades imobiliárias* (2,0%), *Outras atividades de serviços* (2,0%), *Comércio* (1,4%) e *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade* (0,3%) (Indicadores IBGE, 2025a).

A Indústria cresceu 1,7% na mesma base de comparação. Destaque para a atividade das *Indústrias extrativas* (7,4%). Da mesma maneira, os segmentos de *Construção* (1,7%) e *Indústria de transformação* (0,5%) registraram resultados positivos no período. Todavia, o de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* (-0,8%) registrou queda no período (Indicadores IBGE, 2025a). Para o de *Construção* pesou, principalmente, o crescimento da ocupação no setor da Indústria e o aumento da produção dos insumos típicos da construção. Por sua vez, a expansão da *Indústria de transformação* pode ser atribuída principalmente ao avanço das atividades *Máquinas e equipamentos* (6,4%), *Veículos automotores, reboques e carrocerias* (3,0%) e *Produtos químicos* (2,4%) (Indicadores IBGE, 2025e).

No contexto externo, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 45,5 bilhões no período de janeiro a setembro de 2025, com o aumento das exportações em 1,1% (US\$ 257,8 bilhões) e o declínio das importações em 22,5% (US\$ 212,3 bilhões) (Desempenho [...], 2025). Entre os setores exportadores houve crescimento na Agropecuária de US\$ 1,21 bilhão (2,1%) e nos produtos da *Indústria de transformação*,

totalizando US\$ 4,93 bilhões (3,7%). Já a *Indústria extrativa* registrou queda de US\$ 3,55 bilhões (-5,7%). Por sua vez, os setores importadores registraram crescimento, com destaque para a Agropecuária, com US\$ 0,37 bilhões (8,6%), e para os produtos da *Indústria de transformação*, com US\$ 18,48 bilhões (10,4%). Em contrapartida, a *Indústria extrativa* registrou queda de US\$ 2,82 bilhões (-22,1%).

No mercado de trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (Indicadores IBGE, 2025h), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação foi de 5,6%, 0,2 ponto percentual (p.p.) menor que a do segundo trimestre de 2025 e 0,8 p.p. menor que a do terceiro trimestre de 2024. A população ocupada atingiu 102,4 milhões de indivíduos. O total de trabalhadores do país cresceu 1,4% (cerca de 1,4 milhão de pessoas) no trimestre, consequentemente, a população desocupada caiu para 6,0 milhões de pessoas, com redução de dois dígitos, -11,8% (cerca de 809 mil pessoas) no trimestre<sup>3</sup>. No mercado formal, foi criado mais de 1,7 milhão de postos de trabalho no acumulado no ano até setembro, destacando-se o saldo do setor de Serviços, com mais de 880 mil postos de trabalho (Brasil, 2025b).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês de outubro apresentou variação de 0,09%, 0,39 p.p. abaixo da taxa de 0,48% registrada em setembro de 2025 (Indicadores IBGE, 2025c). Nos dez primeiros meses do ano, o IPCA acumulou alta de 3,73% e, nos últimos 12 meses até outubro, o índice ficou em 4,68%, acima dos 5,17% dos 12 meses imediatamente anteriores (Indicadores IBGE, 2025c). Com o resultado anualizado, a inflação esteve fora da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) a partir de janeiro de 2025 (3,00%, com intervalo de tolerância de menos 1,50 p.p. e mais 1,50 p.p., ou seja, entre 1,50% e 4,50%).

Na reunião de dezembro, diante de um ambiente marcado por tensões geopolíticas e por um cenário doméstico de crescimento moderado, com mercado de trabalho resiliente e inflação acima da meta, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a taxa básica de juros em 15,0% a.a. pela quarta reunião consecutiva desde junho de 2025 (Reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, 2025). A decisão da autoridade monetária teve por base a conjuntura externa – no que se refere aos desenvolvimentos da política comercial norte-americana – e a situação doméstica, principalmente em relação ao mercado de trabalho resiliente e aos riscos da política fiscal, que têm impactado os preços de ativos e as expectativas dos agentes (Reunião do Comitê de Política Monetária do

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a taxa básica de juros em 15,0% a.a. pela quarta reunião consecutiva desde junho de 2025

3 Todas as comparações em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

No acumulado do ano até setembro, o resultado primário apresentou um déficit de R\$ 100,4 bilhões, a preços constantes de setembro

Banco Central do Brasil, 2025). O Banco Central reforçou que é necessário manter a taxa básica de juros em nível restritivo por um período prolongado.

No que se refere ao risco fiscal, ele está relacionado ao não cumprimento da meta diante da perda de eficácia da Medida Provisória nº 1.303<sup>4</sup>, que implicará R\$ 10,6 bilhões a menos em receitas no ano, e a piora no déficit primário das empresas estatais que impõem riscos adicionais ao cumprimento da meta fiscal de 2025 (Agência Senado, 2025). No acumulado do ano até setembro, o resultado primário apresentou um déficit de R\$ 100,4 bilhões, a preços constantes de setembro, redução real de 9,1% ante o déficit de R\$ 103,6 bilhões negativos verificados no mesmo período de 2024 (Brasil, 2025c). Esse resultado se deve à expansão dos subsídios financeiros e creditícios, somados à crescente pressão de gastos executados fora do orçamento geral da União. Além disso, decorre da expansão das despesas obrigatórias, como previdência e benefícios sociais, estes últimos impulsionados pela retomada da política de valorização do salário mínimo.

Dentro desse contexto, as perspectivas dos cenários mundial e nacional para o último trimestre do ano estão condicionadas aos riscos globais relacionados ao posicionamento geopolítico. No que se refere especificamente ao Brasil, somam-se os efeitos dos gastos do governo sobre a dívida pública e o comportamento dos preços domésticos.

## ECONOMIA BAIANA

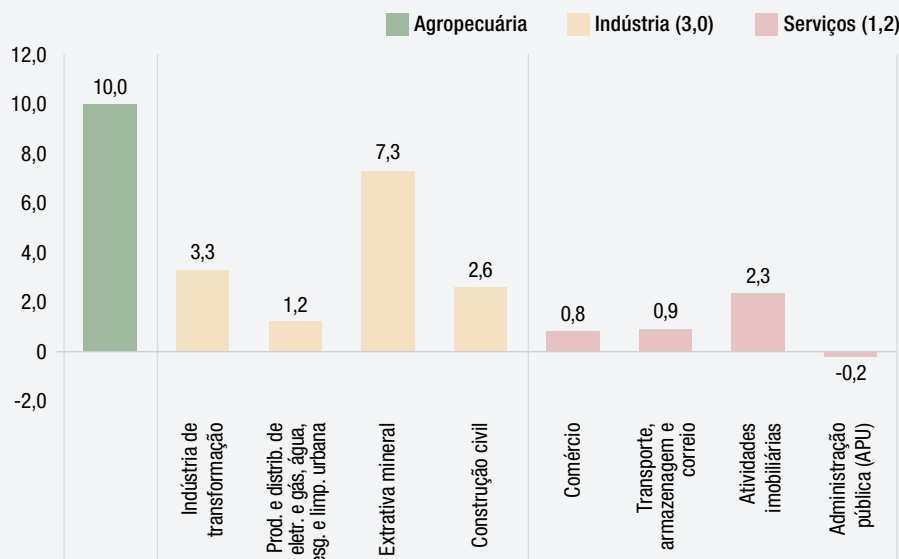
A atividade econômica da Bahia apresentou desempenho positivo no período de janeiro a setembro de 2025, apoiado no crescimento de três macrossetores: Agropecuária, Indústria e Serviços.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou variação positiva de 2,7% entre janeiro e setembro de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior<sup>5</sup> (PIB [...], 2025). A Agropecuária avançou 10,0%, especialmente devido à safra recorde de soja. O setor de Serviços, por sua vez, registrou aumento de 1,2%, enquanto a Indústria avançou 3,0%, na comparação com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1).

4 Proposta do governo brasileiro para unificar a tributação de investimentos financeiros em 18% e aumentar a CSLL de instituições financeiras, visando compensar a revogação de um aumento de IOF.

5 Na comparação do terceiro com o segundo trimestre (série com ajuste sazonal), o PIB baiano cresceu 0,4%.

**Gráfico 1**  
**Produto Interno Bruto e valor adicionado, conforme atividade (1) – Bahia – Jan.-set. 2025**



Fonte: PIB [...] (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Distat/Coref. Dados preliminares, sujeitos a retificação.

(1) Variação (%) acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Agropecuária baiana foi beneficiada por condições climáticas favoráveis que resultaram em uma grande safra, com destaque para a soja, principal produto da pauta exportadora do estado. Ainda assim, os custos de produção permaneceram elevados, enquanto as principais *commodities* agrícolas registraram baixos preços.

O desempenho positivo da Indústria foi verificado entre os segmentos de *Transformação* (3,3%), *Extrativa mineral* (7,3%), *Construção* (2,6%) e *Produção de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* (1,2%).

No setor de Serviços, destacaram-se o fraco desempenho do *Comércio* (atacado e varejo) (0,8%) e a queda na atividade de *Administração pública* (-0,2%), segmentos com as duas maiores participações no setor. Ainda assim, houve crescimento no setor, determinado pelo aumento das atividades de *Transportes* (0,9%), *Atividades imobiliárias* (2,3%) e *Outros serviços* (2,3%).

## ATIVIDADE AGRÍCOLA

Na Bahia, após a queda na produção de grãos em 2024, tanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) confirmam uma maior produção de grãos em

2025, beneficiada pelas condições climáticas favoráveis (Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, 2025; Indicadores IBGE, 2025c).

No que concerne ao acompanhamento da safra pela Conab<sup>6</sup> (Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, 2025), no seu 12º levantamento para o ciclo 2024/2025, a produção baiana de grãos atingiu mais de 13,9 milhões de toneladas (t), 10,9% a mais em relação ao ciclo 2023/2024. Quanto à área plantada, houve ampliação de 4,5% na mesma base de comparação, alcançando 3,95 milhões de hectares (ha). Assim, o rendimento médio do conjunto das lavouras pesquisadas foi de 3,51 t/ha.

Por sua vez, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE (Indicadores IBGE, 2025c) em outubro de 2025, estimou uma produção de cereais, oleaginosas e leguminosas<sup>7</sup> acima de 12,8 milhões de toneladas, o que representa uma expansão de 12,8% na comparação com a safra de 2024, conforme indicado na Tabela 1.

**Tabela 1**  
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2024/2025

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) (1)		
	2024 (2)	2025 (3)	Var. (%)	2024 (2)	2025 (3)	Var. (%)	2024 (2)	2025 (3)	Var. (%)	2024 (2)	2025 (3)	Var. (%)
Mandioca	791	907	14,7	106	123	16,0	106	109	2,8	7.458	8.318	11,5
Cana-de-açúcar	5.542	6.241	12,6	79	79	0,0	79	79	0,0	70.152	79.000	12,6
Cacau	111	119	7,0	445	449	0,9	445	449	0,9	250	265	6,0
Café	249	262	5,1	130	128	-1,5	130	128	-1,5	1.915	2.044	6,7
<b>Grãos</b>	<b>11.381</b>	<b>12.786</b>	<b>12,3</b>	<b>3.552</b>	<b>3.650</b>	<b>2,8</b>	<b>3.552</b>	<b>3.650</b>	<b>2,8</b>	<b>3.204</b>	<b>3.503</b>	<b>9,3</b>
Algodão (4)	1.769	1.794	1,4	380	400	5,3	380	400	5,3	4.655	4.485	-3,6
Feijão	222	177	-20,2	380	360	-5,3	380	360	-5,3	585	493	-15,8
Milho	2.317	2.695	16,3	605	590	-2,4	605	590	-2,4	3.833	4.567	19,1
Soja	7.532	8.606	14,3	2.032	2.144	5,5	2.032	2.144	5,5	3.707	4.015	8,3
Sorgo	161	143	-11,5	95	95	0,0	95	95	0,0	1.697	1.503	-11,5
Outros (5)	39	39	-0,5	60	61	1,7	60	61	1,7	653	639	-2,1
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.312</b>	<b>4.429</b>	<b>2,7</b>	<b>4.312</b>	<b>4.415</b>	<b>2,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos (2025), Indicadores IBGE (2025c).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Rendimento = produção física/área colhida.

(2) IBGE/LSPA safra 2024.

(3) IBGE/LSPA previsão de safra (out. 2025).

(4) A partir de fevereiro de 2016, utilizou-se a padronização de 61% para a conversão da produção do algodão em caroço para caroço de algodão, apenas para a totalização da produção dos cereais, leguminosas e oleaginosas.

(5) Inclui também amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, mamona e trigo.

6 Os dados levantados pela Conab seguem a temporalidade do calendário-safra, que vai de setembro do ano corrente a agosto do ano seguinte, diferentemente do IBGE, que tem o ano civil como referência para fins de levantamento da produção agrícola.

7 Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

Entre os grãos, destaca-se a produção de soja com estimativa de 8,61 milhões de toneladas, 14,3% acima do verificado em 2024, com ampliação da área plantada que deve ficar em 2,14 milhões de hectares (5,5% acima do observado em 2024). A produtividade da área colhida é 8,3% maior que a da safra passada.

As duas safras anuais do milho, estimadas pelo IBGE, devem alcançar 2,74 milhões de toneladas, o que representa crescimento de 18,2% na comparação anual. Com relação à área plantada (600 mil ha), o IBGE apontou um decréscimo de 0,7% em relação à safra anterior (Indicadores IBGE, 2025c). A estimativa da primeira safra anual é de 1,93 milhão de toneladas, sendo 24,6% acima da de 2024. Para a segunda safra (806 mil toneladas), a expectativa é de um aumento de 5,3% em relação à colheita do ano anterior.

A produção de algodão (caroço e pluma) tem expectativa de acréscimo de 1,4% em relação a 2024, podendo alcançar, de acordo com o IBGE, 1,79 milhão de toneladas (Indicadores IBGE, 2025c). A área plantada com a fibra (400 mil ha) deve superar em 5,3% a de 2024. Segundo a Conab, o aporte hídrico favoreceu as lavouras de algodão e melhorou as condições de umidade do solo, minimizando perdas por falta de umidade.

Por sua vez, os demais grãos, com pouca representatividade na agricultura baiana – como o feijão e o sorgo –, registraram queda na produção.

Na lavoura do feijão, o IBGE prevê produção de 187 mil toneladas, representando recuo de 15,8% na comparação com a safra de 2024. A área plantada (350 mil ha) recuou 7,9% em relação à observada no ano anterior. A primeira safra da leguminosa está estimada em 86 mil toneladas, 37,0% inferior à de 2024, enquanto a estimativa para a segunda safra (100,8 mil toneladas) é de variação positiva de 18,3%, na mesma base de comparação.

Considerando-se outras lavouras permanentes e temporárias para safra de café está prevista a colheita de 262 mil toneladas em 2025, 5,1% acima do observado no ano anterior. A safra do tipo arábica alcançou aproximadamente 89 mil toneladas, 14,6% a menos em relação à safra de 2024. Por sua vez, a safra do tipo canéfora tem previsão de 100 mil toneladas, o que corresponde a um volume 18,3% acima do nível registrado no ano anterior.

A estimativa para a lavoura cacaueteira é de uma safra de 119 mil toneladas, apontando aumento de 7,0% na comparação anual. A produção de cacau foi impulsionada em 2025 pela alta demanda global e pela redução na oferta, tendo em vista os problemas climáticos causados pelo fenômeno El Niño e

O aporte hídrico favoreceu as lavouras de algodão e melhorou as condições de umidade do solo, minimizando perdas por falta de umidade

A Conab [...] destaca o bom desempenho na produção dos grãos para a próxima safra [e] estima produção de 14,6 milhões de toneladas de grãos

fatores fitossanitários prejudiciais em importantes regiões produtoras, como na Costa do Marfim. Por sua vez, as condições climáticas nas regiões do Baixo Sul e Litoral Sul têm sido favoráveis para a lavoura cacaueteira.

Quanto à lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estimou produção de 6,24 milhões de toneladas, indicando decréscimo de 12,6% em relação à safra 2024 (Indicadores IBGE, 2025c). Os municípios de Juazeiro, no Vale do São Francisco, e Caravelas, no Litoral Sul, cultivaram mais de 50% da cana-de-açúcar do estado, de acordo com os dados da Pesquisa Agrícola dos Municípios de 2024.

Na fruticultura, as estimativas para as lavouras de banana (906 mil toneladas), laranja (632 mil toneladas) e uva (102 mil toneladas) são positivas. Nesse sentido, registram, respectivamente, variações de 4,8%, 0,3% e 84,4% em relação à safra anterior.

O levantamento do IBGE ainda indica uma produção de 907 mil toneladas de mandioca, 14,7% maior que a de 2024 (Indicadores IBGE, 2025c). A produção de batata-inglesa (340 mil toneladas) apresenta acréscimo de 1,7%; e a do tomate (183 mil toneladas) aponta queda de 48,4%, na comparação com a do ano anterior.

Com dados quase consolidados para 2025, o IBGE já fez prognósticos para o ano de 2026, indicando uma produção 4,0% menor de grãos na Bahia, a qual será impactada, segundo a instituição, pelo menor rendimento médio da soja. Esse resultado relaciona-se às áreas de cultivo da oleaginosa, que devem apresentar um ritmo lento de crescimento, motivado pelos preços da *commodity*, que tem sido comercializada em patamares abaixo do esperado pelos produtores. Assim, destaca-se, entre os grãos, a queda na produção de soja (-1,0%), milho (primeira safra de -24,9% e segunda safra de -4,2%) e sorgo (-3,8%). Em sentido contrário, os prognósticos são de crescimento para algodão (6,5%) e primeira safra de feijão (23,5%), mas com recuo na segunda safra do grão (-11,7%).

A Conab, por sua vez, na segunda estimativa do ciclo 2025/2026, destaca o bom desempenho na produção dos grãos para a próxima safra (Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, 2025). A instituição estima produção de 14,6 milhões de toneladas de grãos – o que representa um avanço de 4,5% em relação ao ciclo 2024/2025.

## ATIVIDADE PECUÁRIA

De acordo com as estatísticas da produção pecuária do IBGE (Indicadores IBGE, 2025b), coletadas pelos sistemas de inspeção federal, estadual e municipal, para a Bahia, foram abatidas aproximadamente 372 mil cabeças de bovinos no terceiro trimestre de 2025, o que corresponde a uma queda de 1,3% na comparação com o mesmo trimestre de 2024. No acumulado do ano, o abate de bovinos cresceu 4,3%. Já o abate de suínos (74 mil cabeças) apresentou alta na comparação trimestral, com taxa de 3,1%, tendo registrado, no ano, queda de 2,6%.

A aquisição de leite, por sua vez, alcançou 148 mil litros no terceiro trimestre, com expansão de 11,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, o crescimento na aquisição de leite foi de 6,8%.

Os frangos abatidos no período somaram 35 milhões de cabeças, aumento de 4,1% em relação ao terceiro trimestre de 2024. No ano, teve aumento de 4,6%. A produção de ovos de galinha foi de 23 milhões de dúzias no terceiro trimestre de 2025. Esse volume resultou em acréscimo de 0,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e de 7,0% no ano.

## ATIVIDADE INDUSTRIAL

A indústria (extrativa e de transformação) baiana cresceu apenas 1,0% no acumulado do ano até setembro, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Na análise dos segmentos da indústria baiana, observa-se crescimento em apenas quatro das 11 atividades no período. Os dados estão representados no Gráfico 2.

No acumulado do ano até o mês de setembro, entre os segmentos que mais influenciaram o resultado positivo da indústria de transformação baiana, que cresceu 1,3%, destaca-se o de *Derivados de petróleo*, que registrou avanço na produção de 7,4%, principalmente devido ao aumento no processamento de gasolina e óleo combustível.

Já o segmento de *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* registrou avanço de 22,4% no período, atribuído, principalmente, à maior produção de eletrodomésticos.

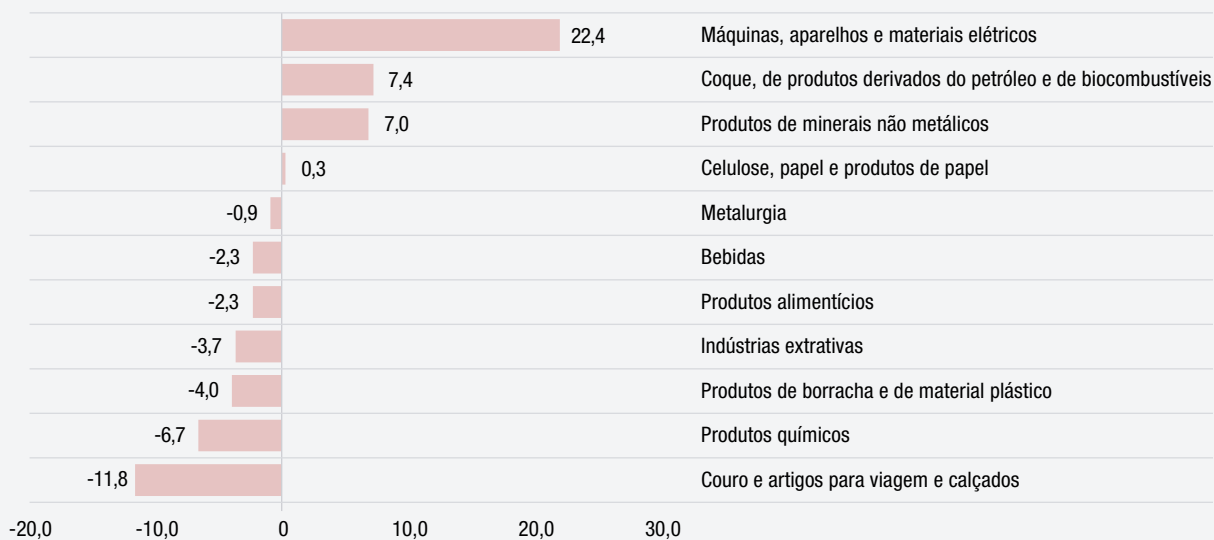
A produção de *Minerais não metálicos* aumentou 7,0% no período. Houve avanço, principalmente, na fabricação de massa de concreto e outros insumos para o ramo da *Construção*, cujo desempenho reflete o crescimento

Destaca-se o de *Derivados de petróleo*, que registrou avanço na produção de 7,4%, principalmente devido ao aumento no processamento de gasolina e óleo combustível

das obras civis de empreendimentos imobiliários, mesmo diante das incertezas dos empresários e das dificuldades de acesso ao crédito, atrelado às elevadas taxas de juros.

O segmento de *Celulose e papel* avançou apenas 0,3% no acumulado no ano. Esse baixo desempenho anual reflete a parada geral programada para manutenção em uma das unidades produtoras no estado, no primeiro trimestre, o que levou à redução da produção de celulose no período.

**Gráfico 2**  
**Produção física da indústria geral por segmentos de atividade (%) – Bahia – Jan.-set. 2025**



Fonte: Indicadores IBGE (2025e).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação acumulada no período em relação ao mesmo período do ano anterior.

A principal contribuição negativa no acumulado no ano até setembro veio de *Produtos químicos*, principalmente em razão da menor fabricação de bens químicos de uso industrial. De modo geral, o segmento tem apresentado capacidade ociosa, afetado pela menor demanda externa e pela baixa competitividade dos produtos domésticos ante os importados, assim como, pelo aumento no preço interno do gás natural. No acumulado do ano de 2025, houve queda nas vendas externas do setor, com taxa de -19,4%.

No segmento de *Produtos alimentícios* foi observada retração de 2,3%. A queda na produção de alimentos é atribuída, em especial, à menor transformação de derivados do cacau.

Na indústria de *Couro e calçados*, a queda de 11,8% na atividade deu-se especialmente pela menor produção de calçados sintéticos e couros.

O segmento de *Produtos de borracha e material plástico*, com recuo de 4,0% no período, teve o desempenho influenciado, principalmente, pela redução na produção de insumos da construção civil, embalagens plásticas e de pneus.

A indústria de *Bebidas* recuou 2,3% no período, impactada pela menor produção de cervejas/chopes e águas minerais.

Já a *Metalúrgica* registrou taxa anual de -0,9%, sobretudo pela menor produção de ferrossilício. No período, as vendas externas do segmento metalúrgico recuaram 2,7% e os preços médios reduziram 16,4%, porém houve acréscimo no volume de vendas em 16,4% no período, especialmente, de ferroligas, no caso, ferrossilício.

A *Indústria extrativa* apresentou declínio de 3,7% no período, principalmente em decorrência da queda na produção de magnésia e minérios de cobre em bruto.

Nesse contexto, observa-se que a política comercial americana trouxe expectativas negativas para o segundo semestre da indústria baiana, visto que os segmentos mais ameaçados pelas taxas impostas pelos EUA possuem significativa representatividade na produção industrial baiana, a exemplo dos *Produtos químicos, de borracha* (especialmente pneus), *alimentícios* (como carnes, cacau e frutas), entre outros. Porém, após o período mais crítico do 'tarifaço', ressalta-se que, caso as empresas não tivessem destinado seus produtos a outros mercados, as exportações desses segmentos poderiam ter sido impactadas, ao provocar forte redução na oferta desses produtos. Assim, mesmo com a normalização da questão tarifária EUA x Brasil, muitos produtos ainda precisam ter as alíquotas ajustadas. Nesse sentido, é imprevisível o desempenho da atividade industrial no último trimestre, pois a incerteza na política externa, além de retração nas exportações, inclui perda de competitividade, redução de investimentos e pressão sobre os custos de produção, somando-se às elevadas taxas de juros e estoques.

A política comercial americana trouxe expectativas negativas para o segundo semestre da indústria baiana, visto que os segmentos mais ameaçados pelas taxas impostas pelos EUA possuem significativa representatividade na produção industrial baiana

## COMÉRCIO EXTERIOR

No acumulado de janeiro a outubro de 2025, em relação ao mesmo intervalo do ano anterior, as exportações baianas caíram 3,7%, totalizando US\$ 9,54 bilhões. As importações, por sua vez, somaram US\$ 8,07 bilhões, também acusando recuo de 13,0%. O saldo no período foi positivo em US\$ 1,46 bilhão.

O principal fator por trás da queda continua sendo a nova realidade global marcada por incertezas sem precedentes pós-‘tarifaço’ dos EUA a diversos países, com a consequente desaceleração do crescimento econômico global. Com a melhora recente dos preços das *commodities*, foi possível, no acumulado do ano até outubro, uma continuidade das exportações no seu atual patamar (aumento de 3,74% em volume), apesar do avanço das barreiras ao comércio mundial. Isso se deve à expansão da safra agrícola, estimada em 12,8 milhões de toneladas, com aumento de 12,3% em relação ao ano anterior, e ao boicote chinês à soja americana.

Apesar do ‘tarifaço’ imposto pelo governo americano, as exportações baianas para os EUA cresceram 44,5% em volume e caíram 9,5% em valor, entre agosto e outubro, no período pós-‘tarifaço’. A Bahia também conseguiu redirecionar suas vendas externas para outros mercados, o que resultou em aumento das exportações para países asiáticos, como China, Tailândia, Índia e Bangladesh, e para vizinhos e parceiros europeus, incluindo Canadá, Panamá, Chile, Uruguai, Finlândia e França, num movimento que ajudou a compensar possíveis perdas provocadas pelas tarifas norte-americanas.

Tabela 2  
Exportações baianas, segundo principais segmentos – Bahia – Jan.-out. 2024/Jan.-out. 2025

Segmentos	Peso em toneladas (t)			Valores (US\$ 1000 FOB)			Part. (%)	Var. (%) preço médio (1)
	Jan.-out. 2024	Jan.-out. 2025	Var. (%)	Jan.-out. 2024	Jan.-out. 2025	Var. (%)		
Soja e derivados	5.807.893	6.175.716	6,3	2.535.627	2.438.875	-3,8	25,6	-9,5
Petróleo e derivados	3.329.414	3.115.154	-6,4	1.955.119	1.555.579	-20,4	16,3	-15,0
Papel e celulose	2.553.466	2.539.411	-0,6	1.286.095	1.093.740	-15,0	11,5	-14,5
Metais preciosos	634	527	-16,9	602.359	863.470	43,3	9,1	72,4
Algodão e seus subprodutos	379.444	424.509	11,9	690.450	680.460	-1,4	7,1	-11,9
Químicos e petroquímicos	527.747	453.190	-14,1	744.612	573.280	-23,0	6,0	-10,3
Minerais	469.568	770.661	64,1	566.758	523.784	-7,6	5,5	-43,7
Cacau e derivados	38.012	39.873	4,9	357.014	480.427	34,6	5,0	28,3
Demais segmentos	600.179	700.658	16,7	1.167.818	1.326.819	13,6	13,9	-2,7
<b>Total</b>	<b>13.706.359</b>	<b>14.219.699</b>	<b>3,7</b>	<b>9.905.910</b>	<b>9.536.445</b>	<b>-3,7</b>	<b>100,0</b>	<b>-7,2</b>

Fonte: Brasil (2025a).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: Dados preliminares coletados em 6 nov. 2025 e sujeitos a retificação.

(1) Variação (%) acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O déficit comercial com os Estados Unidos nos três meses pós-‘tarifaço’ registrou pequena redução de 4,5%. Entre agosto e outubro de 2025, o saldo negativo atingiu US\$ 651,2 milhões, contra US\$ 682,2 milhões observados no mesmo intervalo de 2024, não refletindo o impacto das tarifas mais altas. As importações caíram 5,8%, devido à menor demanda por bens industriais, enquanto as exportações recuaram 9,5% em razão da queda principalmente

nas remessas de combustíveis, frutas, pneumáticos, pescados, calçados e minerais não metálicos.

Ressalta-se também que esse movimento de retração não se deve apenas ao 'tarifaço'. Mesmo produtos que não foram tarifados e seguem com imposto zero também sofreram queda nas exportações, possivelmente um sinal de arrefecimento da própria demanda americana. É o caso dos combustíveis, assim como da celulose.

Apesar do cenário de resiliência do comércio global, haverá mudanças permanentes no padrão se as tarifas permanecerem altas no longo prazo. Além disso, a política comercial dos EUA tornou-se errática, o que impulsionou a cooperação internacional entre outras partes, como, por exemplo, no acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Por sua vez, as tensões geopolíticas e as consequências da pandemia também afetaram o comércio internacional. As empresas tentam reduzir sua dependência de longas cadeias de suprimentos ou de certos países. Isso pode levar a um crescimento comercial global mais lento.

Nas importações, no acumulado até outubro, o cenário se repete com as importações em menor ritmo, com recuo de 13,0% no comparativo interanual, principalmente de combustíveis. As compras de bens intermediários acusam avanço modesto de 2,7%, alcançando US\$ 4,7 bilhões. Mas, ainda assim, o Brasil tem importado (insumos e matérias-primas) em um nível robusto, de US\$ 467,5 milhões mensais, o que é um patamar razoável para um setor (Indústria), que enfrenta diversos desafios e dificuldades.

**Tabela 3**  
Importações baianas, segundo categorias de uso (1) – Bahia – Jan.-out. 2025

Discriminação	2024	2025	Var. (%) (2)	Part. (%)
Bens Intermédios (BI)	4.551.667	4.675.735	2,7	57,9
Combustíveis e Lubrificantes	4.200.886	2.411.642	-42,6	29,9
Bens de Capital (BK)	399.776	689.998	72,6	8,5
Bens de Consumo (BC)	130.001	291.079	123,9	3,6
Bens Não Especificados Anteriormente	911	5.258	477,0	0,1
<b>Total</b>	<b>9.283.241</b>	<b>8.073.712</b>	<b>-13,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Brasil (2025a).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: Dados preliminares coletados em 6 nov. 2025 e sujeitos a retificação;

(1) Importações efetivas, dados preliminares;

(2) Variação (%) acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

As compras externas seguem com os EUA na liderança, com 29,0% de participação, mas com queda de 9,3% se comparada ao mesmo período de 2024. Destacam-se, por sua vez, as vendas da China, que já se posiciona

O crescimento das vendas na Bahia verificado em setembro foi atribuído à melhora na expectativa do consumidor, baseada na manutenção de um forte mercado de trabalho e recente alívio da inflação

como segundo maior país fornecedor ao estado em 2025, com desembolsos de US\$ 1,3 bilhão, 67,7% superior no comparativo interanual (células fotovoltaicas, veículos, fertilizantes e máquinas e equipamentos). As compras com origem da Rússia caíram 49,2% no ano contra igual período de 2024, com menores desembarques de diesel e nafta. Já para os fertilizantes, o país segue como principal fornecedor ao estado, com desembolsos de US\$ 220 milhões no ano e crescimento de 18,0% no comparativo interanual.

## ATIVIDADE DE COMÉRCIO

A dinâmica das vendas do comércio varejista na Bahia foi comprometida ao longo dos primeiros nove meses do ano de 2025, comparado a igual período de 2024. Entretanto, em setembro, a taxa de 5,9% trouxe alento para o segmento, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (Indicadores IBGE, 2025f). A expansão apresentada ficou acima da registrada no Brasil (0,8%) e superou a variação das vendas em igual mês de 2024 (4,3%). O crescimento das vendas na Bahia verificado em setembro foi atribuído à melhora na expectativa do consumidor, baseada na manutenção de um forte mercado de trabalho e recente alívio da inflação. O resultado mensal pode estar sinalizando para uma lenta recuperação, considerando que, nos próximos meses, haverá impulsos adicionais como comemoração do Dia das Crianças, Black Friday e festas natalinas.

A inflação acumulada de janeiro a setembro na Região Metropolitana de Salvador mostrou ritmo de aceleração (3,12%). O índice foi pressionado pela alta dos preços nos grupos de Educação (6,04%), Habitação (5,17%), Despesas pessoais (5,12%), Saúde e cuidados pessoais (4,71%), Vestuário (3,06%), Alimentação e bebidas (2,49%), Comunicação (1,17%) e Transportes (0,60%). A exceção ficou por conta de Artigos de residência (-2,53%) que registrou deflação no período.

**Tabela 4**  
**Volume de vendas do comércio, segundo atividades – Bahia – Jan.-set. 2025**

Atividades	Var. mensal (1)	Var. acum. no ano (2)
<b>Comércio varejista</b>	<b>5,9</b>	<b>1,4</b>
Combustíveis e lubrificantes	7,3	0,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,3	0,9
Hipermercados e supermercados	7,7	2,2
Tecidos, vestuário e calçados	-8,5	-1,5
Móveis e eletrodomésticos	8,7	2,6
Móveis	-0,4	-2,8
Eletrodomésticos	18,2	7,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	12,9	8,8
Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-7,9	-16,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-9,6	-18,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,4	-0,6
<b>Atacado selecionado e outros (3)</b>	<b>7,8</b>	<b>-1</b>
Veículos, motocicleta, partes e peças	18,2	7,8
Materiais de construção	7,2	-1,5
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,7	-19,5

Fonte: Indicadores IBGE (2025f).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) variação (%) mensal em relação a igual período do ano anterior.

(2) variação (%) acumulada no ano em relação a igual período do ano anterior.

(3) o indicador do comércio é composto pelos resultados das atividades elencadas no comércio varejista e em outros atacados selecionado.

O movimento de casualidade do mercado de trabalho e da inflação resultou numa taxa de crescimento moderada nas vendas do comércio varejista para o acumulado de nove meses (1,4%). No ano, o destaque positivo nas vendas no varejo restrito foi observado em *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (8,8%). Por sua vez, o resultado negativo foi registrado em *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-18,5%), considerando a magnitude da taxa, conforme destacado na Tabela 4.

Outro aspecto observado no período foi o indicador antecedente do consumo. Segundo a Pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2025), a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) retraiu 3,1% no comparativo anual. Essa queda foi influenciada principalmente pelas famílias com renda de até dez salários mínimos. O item Acesso ao Crédito foi o que registrou o maior recuo (-3,1%). De acordo com essa pesquisa, quase metade das famílias soteropolitanas (46,1%) informaram maior dificuldade para obter crédito nas compras a prazo (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2025). Esse cenário é resultado do aumento da taxa de juros e da inadimplência, que elevam os riscos associados à concessão de financiamentos (Confiança do consumidor [...], 2025).

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) (Número [...], 2025), elaborada mensalmente pela Fecomércio Bahia, apontou aumento, pelo sexto mês consecutivo, na taxa de famílias endividadadas em

A atividade de Veículos [...] foi influenciada pelos incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado da Bahia aos servidores públicos estaduais para aquisição de carros elétricos e híbridos

Salvador. Em setembro, o percentual alcançado foi de 72,9% dos lares, superando o do mês imediatamente anterior (71,3%) e o de igual período do ano anterior (64,6%). Esse patamar representa 686,5 mil famílias endividadas e é considerado o mais alto registrado pela pesquisa desde julho de 2013, quando a taxa foi de 74,0%. O aumento do endividamento resultou no crescimento da inadimplência em 25,0% das famílias soteropolitanas.

Assim, apesar do dinamismo no mercado de trabalho e de uma inflação em patamar mais baixo, ainda não é possível vislumbrar retomadas de vendas vultosas no varejo, diante do aumento do número de famílias endividadas e das taxas de juros elevadas. A despeito das datas comemorativas do último trimestre do ano serem impulsionadoras de vendas, principalmente nos meses de novembro e dezembro, com a liberação do 13º salário.

No comércio varejista ampliado, que inclui o varejo restrito e mais as atividades de *Veículos, motocicleta, partes e peças, Materiais de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo*, no acumulado do ano, o destaque positivo ficou por conta de *Veículos, motocicleta, partes e peças* que registrou ritmo de crescimento aquecido (7,8%). Por sua vez, *Materiais de construção* (-1,5%) e *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-19,5%) foram determinantes para a retração nas vendas apresentadas pelo varejo ampliado no período (-1,0%).

A atividade de *Veículos, motocicleta, partes e peças* foi influenciada pelos incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado da Bahia aos servidores públicos estaduais para aquisição de carros elétricos e híbridos da *greentech* da montadora chinesa Build Your Dreams (BYD).

Já o ramo de *Materiais de construção*, impactado pela renda e principalmente pelo crédito na modalidade de cartão de crédito, perdeu ritmo a partir do terceiro trimestre de 2024, chegando a registrar variação negativa no primeiro (-2,3%) e no segundo (-3,8%) trimestres, sugerindo que, ante a elevação dos preços de alguns produtos e da taxa de juros, os consumidores ficaram mais cautelosos na aquisição de produtos comercializados pela atividade, ainda que, no terceiro trimestre, tenha ocorrido expansão nas vendas. Já a atividade de *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* ficou sujeita às variações de preços dos alimentos no mercado, assim como à disponibilidade de renda do consumidor.

Nesse aspecto, os dados apresentados pela pesquisa sobre comércio varejista no terceiro trimestre de 2025, apesar de positivos, devem ser vistos com cautela, pois a manutenção da trajetória dos juros elevados, impactando os níveis de endividamento e inadimplência, podem comprometer a dinâmica

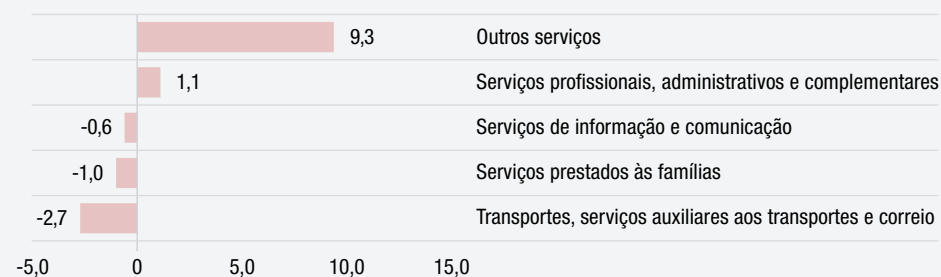
do setor. Nesse aspecto, a expectativa para o comportamento do varejo no quarto trimestre é de taxas de crescimento moderadas.

## ATIVIDADE DE OUTROS SERVIÇOS

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (Indicadores IBGE, 2025g), o volume de serviços na Bahia, no acumulado entre janeiro e setembro de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior, retraiu 0,9%, resultado inferior à média nacional (2,8%).

Três das cinco atividades puxaram o volume de serviços na Bahia para baixo (Gráfico 4), com destaque para a atividade de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-2,7%), que contabilizou a variação negativa mais expressiva, seguida pela atividade de *Serviços prestados às famílias* (-1,0%) e *Serviços de informação e comunicação* (-0,6%). Por sua vez, as contribuições positivas vieram de *Outros serviços* (9,3%), atividade que contabilizou a variação mais expressiva, seguida por *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (1,1%).

**Gráfico 3**  
Volume de serviços (1), segundo atividades – Bahia – Jan.-set. 2025



Fonte: Indicadores IBGE (2025g).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) variação (%) mensal e acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com esse cenário, a perspectiva para os próximos meses é de uma inversão da desaceleração no volume de serviços no estado, pois as pesquisas de sondagens empresariais que avaliam os setores para o País, divulgadas até o momento, apontam para essa direção. Conforme a sondagem empresarial da FGV (Sondagem de Serviços, 2025), o Índice de Confiança de Serviços (ICS) subiu 1,2 ponto em novembro, para 90,1 pontos, maior nível desde junho de 2025 (90,7 pontos). Na média móvel trimestral, o índice avançou 1,0 ponto, para 89,3 pontos. Segundo avaliação do economista Stéfano Pacini:

O mercado de trabalho baiano apresentou redução na taxa de desocupação e aumento na taxa de ocupação e na massa salarial

O bom resultado do mês de novembro reflete a resiliência do setor de serviços frente à desaceleração de outros setores. Em relação ao presente, destaca-se a heterogeneidade dos resultados, com Serviços Profissionais e de Transporte sustentando o resultado, enquanto Famílias mantém a trajetória descendente. Em relação ao futuro, as expectativas melhoram pelo segundo mês seguido, indicando uma leve tendência favorável para os próximos meses nos principais segmentos. O setor de serviços tem respondido melhor ao cenário de dificuldades financeiras e da política monetária contracionista que impacta principalmente o consumo e a confiança das famílias (Sondagem de Serviços, 2025).

Em contrapartida, contrapondo o desaquecimento no volume de serviços em geral, aqueles destinados às atividades turísticas<sup>8</sup> na Bahia no acumulado de 2025 até setembro, quando comparado com o mesmo período de 2024, marcou expansão de 7,8%, mantendo a aceleração iniciada em 2021, de acordo com a PMS (Indicadores IBGE, 2025g). No Brasil, o volume das atividades turísticas cresceu 5,7%.

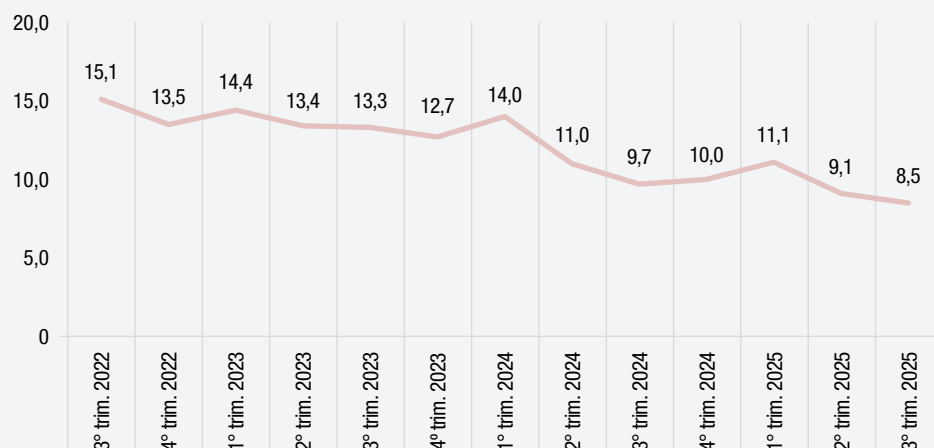
## MERCADO DE TRABALHO

No terceiro trimestre de 2025, o mercado de trabalho baiano apresentou redução na taxa de desocupação e aumento na taxa de ocupação e na massa salarial. Os indicadores de emprego que corroboram essas afirmações podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Indicadores IBGE, 2025h), do IBGE, e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2025b).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Indicadores IBGE, 2025h), apresentou queda de 1,2 p.p. entre o terceiro trimestre de 2024 (9,7%) e o terceiro trimestre de 2025 (8,5%), como também recuou 0,6 p.p. entre o segundo trimestre e o terceiro trimestre de 2025. Com o resultado do período, a taxa de desocupação foi a menor de toda a série histórica da PNAD Contínua. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2022 está ilustrada no Gráfico 4.

8 Agregado especial que abrange as seguintes atividades: serviços de alojamento e alimentação; serviços culturais, de recreação e lazer; locação de automóveis sem condutor; agências de viagens e operadoras turísticas e transportes turísticos (transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; trens turísticos, teleféricos e similares; transporte por navegação interior de passageiros, em linhas regulares; outros transportes aquaviários e transporte aéreo de passageiros).

**Gráfico 4**  
Taxa de desocupação (%) (1) – Bahia – 3º trim. 2022-3º trim. 2025



Fonte: Indicadores IBGE (2025h).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

Ainda de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Indicadores IBGE, 2025h), a população ocupada na Bahia aumentou 5,4% no terceiro trimestre de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto, na média nacional, houve crescimento de 1,4% na mesma base de comparação. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada no estado, os resultados indicam, no confronto entre o terceiro trimestre de 2024 e o de 2025, aumento da ocupação em nove dos dez segmentos: *Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais* (7,4%), *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (1,7%), *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (4,6%), *Indústria geral* (23,2%), *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (4,4%), *Construção* (5,0%), *Serviços domésticos* (0,5%), *Alojamento e alimentação* (8,5%) e *Transporte, armazenagem e correio* (6,0%). Em sentido contrário, o grupamento *Outros serviços* (-8,0%) apresentou recuo da população ocupada nessa base de comparação.

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação no estado, verificou-se que os empregados do *setor privado com carteira assinada* (exclusive domésticos) tiveram crescimento de 7,6% no terceiro trimestre de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao mesmo tempo, os empregados do *setor privado sem carteira assinada* (exclusive domésticos) reduziram em 7,8%. No mesmo período, houve também aumento da população ocupada na modalidade *conta própria* (15,2%).

O rendimento habitual médio real (de todos os trabalhos) avançou 5,6% para os ocupados, na comparação entre o terceiro trimestre de 2025 e o mesmo período de 2024. Na mesma comparação, a massa de rendimento real (de todos os trabalhos) aumentou em 11,1% (Indicadores IBGE, 2025h).

Quanto ao emprego formal, no período de janeiro a setembro de 2025, foram gerados 99.732 postos de trabalho na Bahia, de acordo com os dados do Novo Caged (Bahia [...], 2025). No país, houve um saldo positivo de 1,7 milhão de postos, e no Nordeste, de 335 mil postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado (Gráfico 5), todos os setores de atividade apresentaram saldos positivos: Serviços, com 50,1 mil postos, seguido por Indústria, com 18,2 mil postos de trabalho, Construção, com 14,6 mil postos de trabalho, Comércio 8,5 mil postos de trabalho e Agropecuária, com 8,3 mil postos de trabalho.

**Gráfico 5**  
Saldo (1) de empregos celetistas, segundo atividades (2)(3) – Bahia – Jan.-set. 2025



Fonte: Brasil (2025b).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Saldo líquido = admitidos menos desligados. Todos os setores incluídos.

(2) Inclusive informações fora do prazo até set. 2025.

(3) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq (2025).

Os indicadores analisados apontaram continuidade no dinamismo do mercado de trabalho baiano em 2025, principalmente com importante aumento dos empregos formais. Ressalta-se que, apesar da tendência de queda em relação ao mesmo período do ano anterior, a taxa de desemprego ainda é considerada elevada e a terceira mais alta entre os estados do País, atrás apenas de Pernambuco (10,0%) e Amapá (8,7%).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico mundial para 2025, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), deve alcançar um resultado de 3,2%, pouco abaixo da taxa de 2024, que apresentou crescimento de 3,3% (International Monetary Fund, 2025). O cenário internacional, como destacado em seções anteriores, foi impactado pelas incertezas com relação às transações comerciais diante das medidas impostas pelo EUA. Ademais, outros fatores também se destacaram como as contínuas pressões inflacionárias, que contribuíram para que os bancos centrais continuassem cautelosos em relação à flexibilização das políticas monetárias. Além disso, os riscos negativos incluíram tensões geopolíticas, fragmentação do comércio, taxas de juros elevadas por mais tempo e desastres relacionados ao clima.

No Brasil, a expectativa também é de crescimento para o ano de 2025 com taxa de 2,2%, porém menor se comparado àquele observado em 2024 (3,4%), segundo a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (Brasil, 2025d). Na mesma linha que a expectativa oficial, as estimativas do Boletim Focus (2025) do Banco Central mostram que a mediana das previsões dos analistas para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) é de uma taxa em torno de 2,25% para 2025. Com relação à inflação, ainda segundo o mesmo boletim, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve alcançar 4,36% (Focus, 2025). No tocante aos juros básicos da economia, a taxa Selic ficou em 15,0% como estipulado na última reunião do ano, acima das expectativas do início de 2025, diante do conturbado cenário geopolítico.

Tendo em vista o ambiente internacional e nacional, as expectativas para o desempenho da economia baiana, previstas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), confirmam o resultado positivo para o ano de 2025, com taxa acima de 2,0%, crescimento apoiado no dinamismo do mercado de trabalho e do consumo interno, porém ainda abaixo da taxa observada em 2024, quando a economia cresceu 2,9%.

O bom desempenho econômico do estado em 2025 foi sustentado pelo setor agropecuário baiano, que registrou mais uma safra recorde apoiada nas boas condições climáticas e em decorrência de uma demanda crescente, mesmo com os impasses do cenário internacional, que prejudicaram as cotações das *commodities*.

As expectativas para o desempenho da economia baiana [...] confirmam o resultado positivo para o ano de 2025, com taxa acima de 2,0%, crescimento apoiado no dinamismo do mercado de trabalho e do consumo interno

O setor industrial mostrou resultados positivos tanto na *Indústria de transformação* como na *Construção*, sustentadas por melhores condições financeiras, com as medidas de estímulo ao crédito e de incentivo ao investimento produtivo. O segmento da *Construção* tem sido impulsionado principalmente pelos investimentos do setor privado.

Por sua vez, o setor de Serviços manteve o desempenho positivo de crescimento, mesmo com leve desaceleração, respondendo ao mercado de trabalho aquecido e ao crescimento da massa de rendimento.

Por fim, os investimentos em infraestrutura também foram determinantes para manter a expansão da atividade econômica e ampliar a competitividade no estado. Muitas obras de infraestrutura, principalmente relacionadas à mobilidade urbana, contribuíram para a dinâmica da economia baiana em 2025 e devem ter continuidade em 2026.

## REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2024/25. Brasília: CONAB, v. 12, n. 12, set. 2025. Décimo segundo levantamento. Disponível em: [https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safra/safra-de-graos/boletim-da-safra-de-graos/12o-levantamento-safra-2024-25/e-book\\_boletim-de-safra-s-12o-levantamento\\_2025.pdf](https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safra/safra-de-graos/boletim-da-safra-de-graos/12o-levantamento-safra-2024-25/e-book_boletim-de-safra-s-12o-levantamento_2025.pdf). Acesso em: 10 dez. 2025.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *IPCA fica em 0,09% em outubro*. Rio de Janeiro, 11 nov. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/45033-ipca-fica-em-0-09-em-outubro>. Acesso em: 20 nov. 2025.

AGÊNCIA SENADO. Governo precisa de R\$ 27 bi para cumprir meta, afirma IFI. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/23/governo-precisa-de-r-27-bi-para-cumprir-meta-afirma-ifi#:~:text=O%20alerta%20consta%20no%20105%C2%BA,2025%E2%80%9D%2C%20diz%20o%20documento>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BAHIA exibiu saldo positivo de 11.350 postos de trabalho em setembro. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, set. 2025. Disponível em: [https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-11/Boletim\\_Caged\\_Set\\_2025.pdf](https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-11/Boletim_Caged_Set_2025.pdf). Acesso em: 10 dez. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS: Sistema Gerenciador de Séries Temporais: inadimplência das operações de crédito – BA: total. Brasília, DF: BCB, set. 2025. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 8 dez. 2025.

BANCO CENTRAL EUROPEU. *Decisões de política monetária*. Frankfurt, 30 out. 2025. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/press/pr/date/2025/html/ecb.mp251030~cf0540b5c0.pt.html>. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Boletim MacroFiscal da SPE. Disponível em: [https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/boletim-macrofiscal/2025/bmf2511-boletim\\_macrofiscal.pdf](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/boletim-macrofiscal/2025/bmf2511-boletim_macrofiscal.pdf).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Comex Stat*. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 6 dez. 2025a.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Novo Caged*, Brasília, DF, set. 2025b. Disponível em: <https://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Tesouro Nacional. *Governo Central registra déficit primário de R\$ 14,497 bilhões em setembro*. Brasília, DF, 30 out. 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/governo-central-registra-deficit-primario-de-r-14-497-bilhoes-em-setembro>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. *News release: gross domestic product, (second estimate) Quarter 2025 (Third Estimate), GDP by Industry, Corporate Profits (Revised), and Annual Update*. Thursday, September 25, 2025. Disponível em: <https://www.bea.gov/index.php/news/2025/gross-domestic-product-3rd-quarter-2025-initial-estimate-and-corporate-profits>. Acesso em: 23 dez. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO.

*Intenção de Consumo das Famílias*. Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-icf/>. Acesso em: 5 dez. 2025

CONFIANÇA do consumidor cai 2% em setembro, aponta Fecomércio BA. *Intenção de Consumo das Famílias*, Salvador, set. 2025. Disponível em: <https://fecomercioba.com.br/central-conhecimento/icf-setembro-2025/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

DESEMPENHO do comércio exterior baiano. *Boletim de Comércio Exterior da Bahia*, Salvador, out. 2025. Disponível em: [https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-11/Informativo%2010-Outubro\\_2025-Acumulado.pdf](https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-11/Informativo%2010-Outubro_2025-Acumulado.pdf). Acesso em: 27 nov. 2025.

EUROSTAT. GDP up by 0.3% and employment up by 0.2% in the euro area. *Euro Indicators*, [s. l.], 5 Dec. 2025. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-euro-indicators/w/2-05122025-ap>. Acesso em: 11 dez. 2025.

FEDERAL OPEN MARKET COMMITTEE. *Press release: Federal Reserve issues FOMC statement*. Washington, DC, 10 Dec. 2025. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/newsevents/pressreleases/monetary20251210a.htm>. Acesso em: 12 dez. 2025.

FOCUS: relatório de mercado. Brasília: BCB, 12 dez. 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20251212.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

INDICADORES IBGE: contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2025a. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt\\_2025\\_3tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2025_3tri.pdf). Acesso em: 12 dez. 2025.

INDICADORES IBGE: estatística da produção pecuária. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2025b. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp\\_2025\\_3tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2025_3tri.pdf). Acesso em: 10 dez. 2025.

INDICADORES IBGE: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2025c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#resultado>. Acesso em: 20 nov. 2025.

INDICADORES IBGE: levantamento sistemático da produção agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2025d. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag\\_2025\\_out.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2025_out.pdf). Acesso em: 20 nov. 2025.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Industrial Mensal: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2025e. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim\\_pfr\\_2025\\_set.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2025_set.pdf). Acesso em: 20 nov. 2025.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2025f. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc\\_2025\\_set.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2025_set.pdf). Acesso em: 20 nov. 2025.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2025g. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms\\_2025\\_set.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2025_set.pdf). Acesso em: 20 nov. 2025.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: terceiro trimestre de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2025h. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2025\\_3tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2025_3tri.pdf). Acesso em: 10 dez. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. World economic outlook: global Economy in flux, prospects remain dim. Washington, DC: IMF, Oct. 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo/issues/2025/10/14/world-economic-outlook-october-2025>. Acesso em: 20 nov. 2025.

NÚMERO de famílias endividadas sobe ao maior nível em 12 anos, avalia Fecomércio BA. *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor*, Salvador, set. 2025. Disponível em: <https://fecomercioba.com.br/central-conhecimento/peic-agosto-2025-2/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

PIB da Bahia cresce 2,2% no terceiro trimestre de 2025. *PIB Estadual Trimestral*, Salvador, jul./set. 2025. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei/noticias/2025-12/4589/pib-da-bahia-cresce-22-no-terceiro-trimestre-de-2025>. Acesso em: 12 dez. 2025.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 275, Brasília, 2025. *Atas [...]*. Brasília: BCB, 09-10 dez. 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Acesso em: 16 dez. 2025.

SONDAGEM DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: FGV, nov. 2025. Disponível em: [https://portalibre.fgv.br/system/files/divulgacao/noticias/mat-complementar/2025-11/Press%20Release\\_ICCS\\_Nov25.pdf](https://portalibre.fgv.br/system/files/divulgacao/noticias/mat-complementar/2025-11/Press%20Release_ICCS_Nov25.pdf). Acesso em: 30 nov. 2025.

YAO, Kevin; ZHANG, Ellen. Economia da China desacelera no 3º trimestre em meio à guerra comercial. *CNN Brasil Money*, [s. l.], 20 out. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/economia-da-china-desacelera-no-3o-trimestre-em-meio-a-guerra-comercial/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

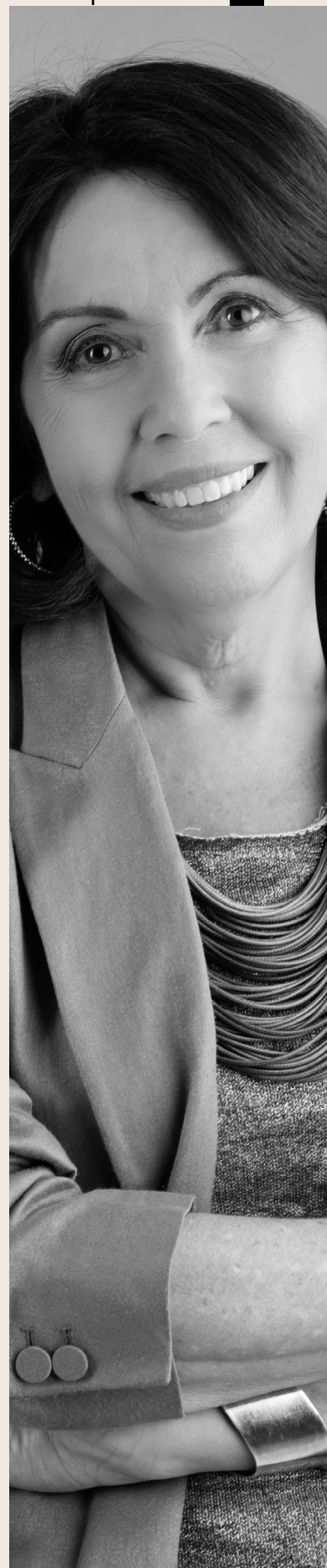


Patrícia Orrico

# EXPORTAÇÃO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO: O NOVO MOMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA BAHIA

A inserção da Bahia no mercado internacional tem se mostrado crucial para o fortalecimento da economia estadual, sobretudo diante da necessidade de diversificar a pauta exportadora, ampliar a competitividade das empresas locais e atrair investimentos estratégicos. Em um cenário global de reconfiguração das cadeias de valor e maior disputa por mercados, setores como minerais críticos e produtos de maior complexidade ganham relevância, tornando a consolidação de uma cultura exportadora sólida parte essencial de um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Nesse contexto, o Centro Internacional de Negócios (CIN), vinculado à FIEB, assume papel central ao articular empresas, instituições públicas e organismos internacionais, promovendo capacitação, inteligência comercial e suporte à inserção de pequenos e médios empreendimentos no comércio exterior.

Sob a liderança de Patrícia Orrico, o CIN tem ampliado sua atuação ao fortalecer parcerias estratégicas com entidades como a ApexBrasil e a Rede CIN, ampliando o alcance das iniciativas de internacionalização. A entrevistada destaca que a diversificação das exportações, o aproveitamento do potencial mineral do estado, a formação de capacidades empresariais e a atração de investimentos estrangeiros são elementos-chave para que a Bahia se projete de forma competitiva no cenário global. A entrevista evidencia ainda a importância da coordenação institucional na construção de uma agenda que una planejamento, inovação e competitividade, reforçando que a internacionalização não é apenas um vetor econômico, mas um caminho estratégico para o desenvolvimento sustentável e duradouro do estado.



As exportações baianas derivam, majoritariamente, das indústrias de transformação e extrativa [...] e, em 2025, responderam por 80% a 90% do valor total das exportações do estado e por cerca de 3% das exportações totais do Brasil

**SEI – A BAHIA POSSUI UMA PAUTA DE EXPORTAÇÕES CONCENTRADA EM POUCOS SEGMENTOS, EMBORA NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS TENHA OCORRIDO UMA LEVE DESCONCENTRAÇÃO. COMO AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DE SETORES NESTA PAUTA?**

**Patrícia Orrico** – Sim, de fato. As exportações baianas derivam, majoritariamente, das indústrias de transformação e extrativa (petroquímicos, químicos, celulose, combustíveis etc.), e, em 2025, responderam por 80% a 90% do valor total das exportações do estado e por cerca de 3% das exportações totais do Brasil. Portanto, essa pauta é ainda muito concentrada, tanto em relação ao porte quanto ao número de exportadores.

Devido a isso, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) tem apoiado essa ampliação por meio de estratégias variadas, entre elas, o incentivo à exportação de diferentes produtos, a internacionalização de pequenas e médias empresas, o investimento em pesquisas e a promoção comercial. Essas iniciativas são apoiadas pelo Sistema FIEB na sua totalidade, assim como suas respectivas áreas e gerências.

**SEI – QUAL É O PAPEL DO CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS (CIN) NA INSERÇÃO DE OUTROS SETORES NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO?**

**PO** – O Centro Internacional de Negócios (CIN) foca na ampliação e na diversificação da pauta exportadora do estado, a partir de ações voltadas ao aumento da competitividade para a internacionalização das empresas baianas, e ainda por meio de mentoria e consultoria individuais, capacitação, participação em feiras, missões e rodadas internacionais, possibilitando às empresas um melhor aproveitamento das oportunidades prospectadas e identificadas com os potenciais mercados-alvo.

Essa articulação envolve parceria com o Sistema FIEB (Senai, Cimatec, IEL, SESI, CIEB) entre outras entidades, a exemplo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Rede CIN dos demais estados, além da ApexBrasil, do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), ministérios federais, governos estaduais e municipais, embaixadas, câmaras de comércio bilaterais e associações empresariais.

Nesse contexto, destacamos o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), cujo Plano Estadual da Bahia é conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com outras entidades públicas e privadas.

Colaboramos também com o Comitê Consultivo do Núcleo do Programa de Qualificação para Exportação (Peiex) no estado da Bahia, iniciativa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). Esse programa é executado em parceria com o Sebrae (BA) e é voltado à preparação das empresas que desejam iniciar, de forma planejada, o processo de exportação.

#### SEI – QUAIS AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO CENTRO PARA AUMENTAR AS EXPORTAÇÕES DA BAHIA?

**PO** – As dificuldades se referem diretamente à necessidade de fortalecer uma cultura exportadora nas empresas, especialmente naquelas de menor porte.

É fundamental a desmistificação do comércio exterior para que os empresários tenham uma ideia justa quanto às reais possibilidades de acesso aos mercados internacionais de forma exitosa.

O empenho e a adoção de práticas estratégicas voltadas à comercialização são necessários para o mercado interno – cada vez mais competitivo diante da crescente entrada de produtos importados no mercado brasileiro – e fundamentais ao desempenho dessas empresas em relação às exportações.

Assim, o CIN vem desenvolvendo um trabalho de forma contínua e adaptada às necessidades de cada empresa, visando sensibilizá-las e motivá-las a adotarem as orientações indicadas para a conquista dos mercados eleitos.

#### SEI – A PREOCUPAÇÃO DAS MAIORES ECONOMIAS (ESTADOS UNIDOS E CHINA) ESTÁ VOLTADA PARA MINERAIS CRÍTICOS E TERRAS RARAS. A BAHIA TEM POTENCIAL E COMPETITIVIDADE NESSES SETORES?

**PO** – O potencial da Bahia nesse setor vem atraindo grande interesse das empresas. A Companhia Baiana de Produção Mineral (CBPM), o governo e outras entidades vêm trabalhando muito nesse sentido, por meio de diversas ações voltadas à visibilidade do grande potencial e eminente crescimento deste setor no nosso estado.

A realização da Expositram 2025, por exemplo, trouxe um número considerável de delegações empresariais estrangeiras, assim como brasileiras, que puderam se conectar com o tecido empresarial baiano e as inúmeras oportunidades que o setor oferece.

É fundamental a desmistificação do comércio exterior para que os empresários tenham uma ideia justa quanto às reais possibilidades de acesso aos mercados internacionais de forma exitosa

O processo de capacitação das empresas é realizado por meio de mentoria individual, mas também de módulos de qualificação direcionados a temas específicos

## SEI – COMO O CIN ATUA PARA INSERIR EMPRESAS E PRODUTOS NO COMÉRCIO EXTERIOR?

**PO** – Além das ações citadas, cabe destacar o projeto de internacionalização *Origem Bahia*, em parceria com o Sebrae, que conta com o apoio da ApexBrasil para a realização de algumas atividades. Por meio desse projeto, já foram atendidas cerca de 620 empresas.

Ao longo de 2025, foram realizados cerca de 30 cursos de capacitação, além de mentoria e consultoria técnica individualizadas, resultando em um Plano de Competitividade para Internacionalização para cada empresa.

Foram também elaborados diversos estudos de inteligência comercial para analisar o perfil e as oportunidades de negócios nos mercados eleitos: Estados Unidos, Chile, Colômbia, França, Portugal, México e Espanha, nos quais foram também organizadas ações de promoção comercial (missões e rodadas de negócios internacionais) que resultaram na geração de aproximadamente R\$ 40 milhões em negócios.

Outra iniciativa de promoção comercial é o projeto *Mulheres da Terra*, voltado à promoção de produtos sob liderança feminina, especialmente do setor de Cacau e Chocolate, por meio de ações no Brasil e exterior.

Em 2025, a FIEB também recebeu diversas delegações estrangeiras, visando fomentar as relações bilaterais, tais como China, Canadá, Suíça, França, Polônia, Portugal, Espanha, Ucrânia, Nigéria, Ruanda, Reino Unido, Azerbaijão, Bulgária e outras.

## SEI – COMO AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS SE CAPACITAM POR MEIO DO CIN PARA ATUAR NO MERCADO INTERNACIONAL?

**PO** – Como comentado, o processo de capacitação das empresas é realizado por meio de mentoria individual, mas também de módulos de qualificação direcionados a temas específicos, voltados à melhoria de competitividade, estratégias comerciais para conquistar mercados internacionais, regulamentação, logística, *marketing* e outros.

Algumas missões empresariais têm o caráter formativo, a exemplo da experiência de executivos no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e na Universidade La Salle, em Barcelona, realizadas em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Sebrae.

## SEI – QUAIS OS EVENTOS/FEIRAS INTERNACIONAIS ESTÃO NA AGENDA DO CIN EM PARCERIA COM A APEXBAHIA PARA 2026?

**PO** – As principais ações previstas para o primeiro semestre de 2026 são:

- Expocósmica, em Porto, Portugal (11 a 13/04), voltada ao setor de Higiene, Perfumaria e Cosméticos (HPPC), com presença em showroom, encontros B2B, workshops e visitas técnicas;
- Missão Empresarial à Feira Hannover, Alemanha, e 42º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (20 a 24/04);
- Missão Empresarial ao Canadá, Montreal e Toronto (02 a 05/05);
- Feira Internacional de Luanda (Filda), Angola (21 a 26/07);
- INDEX 2026, em Salvador (06 a 08/05), iniciativa da FIEB e do Sebrae, voltada à indústria baiana, com a realização de diversas atividades, entre as quais o seminário “Atração de investimentos como vetor de desenvolvimento territorial” com especialistas nacionais e internacionais, gestores municipais, administradores de fundos de investimento, dirigentes de bancos, representantes de países da União Europeia, entre outros.

## SEI – DE QUE FORMA A COOPERAÇÃO DO CIN COM A APEXBRASIL PODE INTENSIFICAR A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS (IED) DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE POSSAM INCORPORAR INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E AMPLIAR O VOLUME E A DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BAIANA?

**PO** – A parceria com a ApexBrasil é cada vez mais estreita, inclusive diante da instalação de um escritório na Bahia, o que tem permitido a construção de um plano de ação que abrange iniciativas voltadas à promoção comercial, mas também à atração de investimentos e de outros parceiros, como a Bahiainveste, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Sebrae, que têm possibilitado a realização de uma série de ações.

A FIEB também conta com o Serviço de Apoio ao Investidor (InvestHub), que disponibiliza atendimento articulado a empresários em processo de implantação ou expansão de negócios no estado, funcionando como um ‘one-stop-shop’, que conecta investidores ao Sistema Indústria e a parceiros públicos e privados, e atuando como facilitador em todas as etapas do processo de implantação.

A parceria [do CIN] com a ApexBrasil é cada vez mais estreita, inclusive diante da instalação de um escritório na Bahia, o que tem permitido a construção de um plano de ação que abrange iniciativas voltadas à promoção comercial, mas também à atração de investimentos e de outros parceiros



# A CONEXÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA E OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS MUNICIPAIS: UMA ABORDAGEM MULTIVARIADA

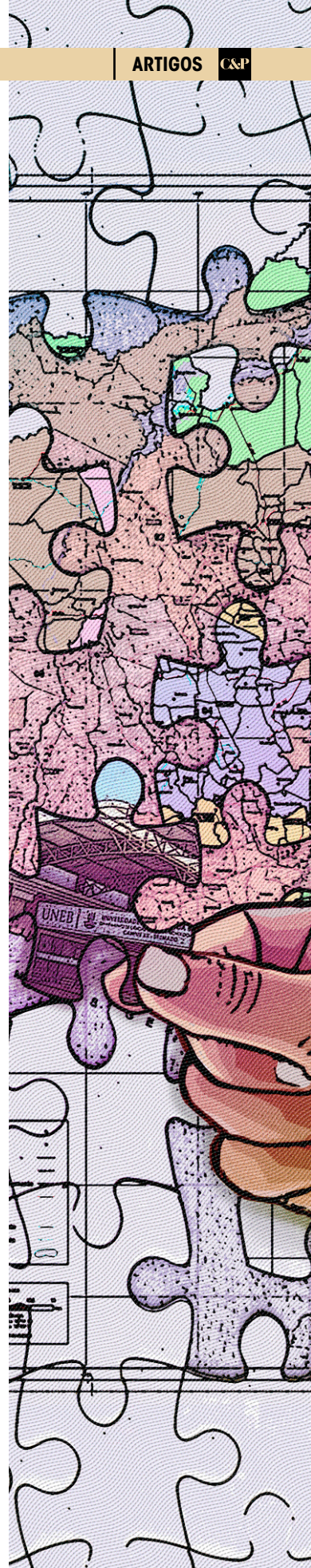
Caio Sousa Silva  
Graduado em Economia pela  
Universidade Estadual do  
Sudoeste da Bahia (UESB).  
<https://orcid.org/0009-0003-4667-1117>.  
csousa442@gmail.com

Fernanda Calasans C. L. Pessoti  
Doutora em Economia pela  
Universidade Federal da Bahia (UFBA),  
mestra em Economia pela Universidade  
Federal de Uberlândia (UFU) e graduada  
em Economia pela Universidade  
Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).  
Professora Adjunta do Departamento  
de Ciências Sociais Aplicadas da UESB.  
<https://orcid.org/0000-0002-1351-9974>.  
fernanda.pessoti@uesb.edu.br

Gustavo Casseb Pessoti  
Mestre em Desenvolvimento Regional  
pelo Programa de Pós-Graduação  
da Universidade Salvador (Unifacs) e  
graduado em Ciências Econômicas  
pela Universidade Federal da Bahia  
(UFBA). Especialista em Políticas  
Públicas e Gestão Governamental  
(EPPGG) do Governo do Estado da  
Bahia. Coordenador de Avaliação  
Institucional da Universidade Estadual  
do Sudoeste da Bahia (UESB),  
professor universitário, membro  
do Conselho Federal de Economia  
(Cofecon) e vogal da Junta Comercial  
do Estado da Bahia (Juceb).  
<https://orcid.org/0009-0007-1916-5867>.  
gustavo.pessoti@uesb.edu.br

<https://doi.org/10.56839/cp.12092>

A **DISCUSSÃO** sobre o papel da educação no desenvolvimento socioeconômico das regiões ganha crescente relevância em tempos de aprofundamento das desigualdades territoriais e concentração de oportunidades em espaços economicamente dinâmicos. A educação superior, nesse contexto, emerge como uma ferramenta estratégica na promoção do desenvolvimento local e regional, especialmente quando articulada a políticas públicas voltadas à interiorização e à democratização do acesso ao conhecimento. No Brasil, historicamente marcado por assimetrias regionais e centralização de investimentos em polos urbanos, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas desempenham funções que vão além da formação acadêmica, atuando como agentes articuladores de redes institucionais, de dinamização econômica e de fortalecimento do capital humano.



As chamadas Universidades Estaduais da Bahia (UEBAs) desempenham papel relevante na interiorização da educação superior e, possivelmente, na indução do desenvolvimento local

A literatura especializada (Dowbor, 2007; Fonseca; Nieth, 2021) aponta para a consolidação de um novo paradigma de universidade: aquela que, sem abandonar suas funções tradicionais de ensino e pesquisa, passa a exercer uma ‘terceira missão’ – a de promover o desenvolvimento regional de forma ativa, colaborando com governos locais, setor produtivo e sociedade civil. Nesse sentido, a universidade torna-se um agente de transformação estrutural, com efeitos diretos e indiretos sobre indicadores econômicos, sociais e institucionais.

O estado da Bahia, por sua diversidade territorial e histórica marginalização de regiões interiores em relação ao litoral e à capital Salvador, oferece um terreno fértil para investigações sobre a influência de políticas de educação superior pública no reequilíbrio regional. Com uma estrutura composta por quatro universidades estaduais – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB) –, as chamadas Universidades Estaduais da Bahia (UEBAs) desempenham papel relevante na interiorização da educação superior e, possivelmente, na indução do desenvolvimento local.

Apesar do avanço em termos de cobertura territorial e oferta de cursos, pouco se sabe, de forma sistematizada e empiricamente validada, sobre os impactos socioeconômicos associados à presença dessas instituições nos municípios baianos. Assim, a questão central que mobiliza este estudo é: há evidências de que a presença de Universidades Estaduais da Bahia está associada a melhores indicadores socioeconômicos nos municípios onde estão localizadas?

Responder a essa pergunta implica não apenas uma avaliação quantitativa da correlação entre a presença das UEBAs e indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), infraestrutura urbana e índices educacionais, mas também uma reflexão crítica sobre o papel da universidade pública no contexto do desenvolvimento regional endógeno. Tal reflexão dialoga com os estudos sobre o capital humano, a teoria do crescimento endógeno e o desenvolvimento territorial sustentável (Amaral Filho, 2001; Sachs, 2004), oferecendo uma contribuição relevante ao campo das políticas públicas e da geografia econômica.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar, por meio de uma abordagem estatística multivariada, os efeitos potenciais da presença das UEBAs sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios baianos, identificando padrões, correlações e possíveis caminhos para o aprofundamento de políticas de desenvolvimento regional baseadas na educação superior.

Para alcançar tal objetivo, o artigo estruturou-se em cinco seções temáticas principais, além desta breve introdução. A próxima seção aborda a fundamentação teórica, revisando os principais marcos conceituais acerca da relação entre universidade, capital humano e desenvolvimento regional. A terceira seção realiza uma descrição institucional das UEBA's. Na sequência, a quarta seção apresenta a metodologia utilizada, centrada na Análise Fatorial Exploratória (AFE), técnica estatística multivariada que permite sintetizar um grande conjunto de variáveis socioeconômicas em fatores latentes. A seção também descreve a base de dados utilizada, os testes estatísticos aplicados (como o KMO e o teste de esfericidade de Bartlett) e os critérios adotados para a interpretação dos resultados. Os achados empíricos e suas interpretações são apresentados na subseção 4.1, destacando três fatores principais: 'Desenvolvimento econômico e capital humano', 'Infraestrutura doméstica/urbana' e 'Educação e exclusão escolar'. Por fim, nas considerações finais, o artigo retoma os principais resultados, discute suas implicações para as políticas públicas de desenvolvimento regional e educação superior, e aponta limitações do estudo.

A educação superior começa a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento regional à medida que as universidades se tornam peças estratégicas na formulação e implementação de políticas regionais

## EDUCAÇÃO COMO UM VETOR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A relação entre universidade, educação e desenvolvimento não é um tema novo no debate acadêmico. No que se refere especificamente ao desenvolvimento regional, as pesquisas, geralmente por meio de estudos de caso, têm auxiliado na compreensão aprofundada dos fenômenos resultantes dessa conexão. Assim, nesse âmbito, é pertinente traçar algumas perspectivas que orientam esta análise, começando pela breve abordagem da relação da educação, em especial a superior, com o desenvolvimento.

A educação superior começa a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento regional à medida que as universidades se tornam peças estratégicas na formulação e implementação de políticas regionais. No trabalho de Fonseca e Nieth (2021), destaca-se que as universidades, tradicionalmente focadas na produção e disseminação de conhecimento, assumem uma "terceira missão", que envolve um engajamento mais profundo com a sociedade regional. Esse engajamento é realizado por meio de colaborações bidirecionais com atores locais, como indústrias e governos, contribuindo não apenas com o conhecimento acadêmico, mas também com o planejamento estratégico e a mediação em processos de desenvolvimento regional. Em regiões periféricas, onde as capacidades institucionais podem ser mais limitadas, as universidades frequentemente assumem papel

O processo educacional deve transcender a mera transmissão de conhecimentos gerais, concentrando-se também na aplicação prática desses saberes no contexto local

central na compensação dessas deficiências, atuando como promotoras do progresso regional.

Ademais, a relação entre educação e desenvolvimento local mostra-se profundamente vinculada à capacidade de uma comunidade transformar sua realidade por meio do conhecimento. Como destaca Dowbor (2007), a educação não deve ser concebida apenas como um instrumento de ascensão individual para aqueles provenientes de regiões menos favorecidas, mas sim como uma ferramenta fundamental para a transformação dessas regiões. Ao se apropriarem do conhecimento acerca de suas realidades locais, os cidadãos tornam-se capazes de participar ativamente do desenvolvimento de suas comunidades, fomentando uma dinâmica social propícia à inovação e ao progresso.

Além disso, a educação desempenha um papel central na construção de uma cidadania informada, a qual é essencial para o desenvolvimento local sustentável. Segundo Dowbor (2007), o processo educacional deve transcender a mera transmissão de conhecimentos gerais, concentrando-se também na aplicação prática desses saberes no contexto local. A premissa é que, ao compreender melhor o ambiente em que vivem, os cidadãos podem agir de forma mais eficaz na resolução de problemas locais.

Becker (1993 *apud* Viana; Lima, 2010) endossa essa discussão afirmando que, embora seja mais fácil mensurar os benefícios monetários associados ao capital humano, há outros aspectos igualmente importantes a serem considerados. A educação, além de aumentar a produtividade e gerar benefícios econômicos, também promove impactos positivos em diversas áreas não monetárias. Por exemplo, contribui para a melhoria da saúde, pois indivíduos mais instruídos tendem a adotar práticas preventivas contra doenças. Além disso, eleva o nível de participação democrática, já que cidadãos mais educados interagem de forma mais consciente com seus governantes e possuem maior compreensão sobre políticas públicas. Assim, a educação proporciona resultados positivos tanto no contexto econômico, quanto no político, social e cultural.

Dowbor (2007) também sublinha que o desenvolvimento local não deve ser aguardado passivamente por meio de grandes intervenções externas, mas sim construído a partir da mobilização e organização dos recursos locais. Nesse contexto, a educação emerge como um catalisador que permite às comunidades identificarem seus próprios potenciais e mobilizarem-se para gerar transformações concretas, tornando-se, assim, protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

As considerações desses autores evidenciam a importância da educação formal superior para a promoção do desenvolvimento regional e a superação de desigualdades socioeconômicas. A relação estreita entre a formação de capital humano e o desenvolvimento endógeno reitera a atuação das universidades como vetores fundamentais de transformação, gerando impactos que transcendem o crescimento econômico e alcançam dimensões sociais e culturais. Assim, é essencial compreender o papel das universidades como agentes estratégicos de influência estrutural. Nesse sentido, a próxima seção abordará as especificidades das universidades estaduais da Bahia, contextualizando sua importância no desenvolvimento local.

Em 1808, foram criadas as primeiras escolas de formação médica no país: o Curso Médico de Cirurgia, na Bahia, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no Rio de Janeiro, que se tornariam, respectivamente, a [...] (UFBA) e a [...] (UFRJ)

## UNIVERSIDADE: HISTÓRICO E UMA CARACTERIZAÇÃO DAS UEBAS

A universidade é uma instituição longeva, cuja origem remonta ao final do século XI, na Itália, especificamente na cidade de Bolonha, onde escolas episcopais, monásticas e particulares deram origem à Universidade de Bolonha (1088). Alguns estudiosos argumentam que a Universidade de Oxford, fundada em 1096, teria sido a segunda instituição universitária criada, enquanto outros atribuem essa posição à Universidade de Paris, que surgiu no século seguinte (Simões, 2013).

No Brasil, a criação de universidades enfrentou intensa resistência, herança direta do controle exercido pela Coroa Portuguesa. Desde o século XVI, os jesuítas ofereciam cursos de Letras e Artes, porém, as oportunidades de continuidade acadêmica se restringiam ao Colégio Central da Bahia ou a instituições europeias, como a Universidade de Coimbra e a Universidade de Montpellier (Lopes, 2002). Durante o período colonial e monárquico, qualquer iniciativa que sugerisse autonomia cultural e política era cuidadosamente reprimida. Em contraste, nas colônias espanholas, já havia diversas universidades ao final do século XVI. Somente com a transferência da Família Real para o Brasil, em 1808, foram criadas as primeiras escolas de formação médica no país: o Curso Médico de Cirurgia, na Bahia, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no Rio de Janeiro, que se tornariam, respectivamente, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Lopes, 2002).

Conforme Serpa (1995 *apud* Miranda, 2013), com apenas uma universidade federal, o ensino superior na Bahia permaneceu, por um extenso período, sem ampliação do número de vagas e do corpo docente. Isso ocorreu apesar da relevância econômica do estado no cenário nacional e de sua

Com o objetivo de promover a interiorização do ensino superior, o estado da Bahia criou universidades que viabilizaram a formação de profissionais da educação e a qualificação de recursos humanos para os setores produtivos

posição estratégica como elo entre as regiões Norte e Sul em um país de grandes dimensões territoriais como o Brasil.

Diante disso, houve várias iniciativas por parte de estados e municípios para a criação de universidades. Essas ações surgiram devido ao atraso na oferta de ensino superior por parte do governo federal, especialmente nas regiões do interior do país. Nesse sentido, as instituições de ensino superior estaduais e municipais desempenharam papel essencial no desenvolvimento da educação superior no Brasil (Mota Júnior, 2018).

Segundo Boaventura (2009), com o objetivo de promover a interiorização do ensino superior, o estado da Bahia criou universidades que viabilizaram a formação de profissionais da educação e a qualificação de recursos humanos para os setores produtivos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões do interior. Atualmente, a Bahia possui quatro universidades estaduais: a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), criada em 1970; a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), estabelecida em 1980; a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), criada em 1983, e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), fundada em 1991.

Reconhece-se, conforme Costa e Miranda (2011, *apud* Miranda, 2013), que a escolha das cidades-sede das primeiras Universidades Estaduais da Bahia (UEBAs) seguiu um critério hierárquico de desenvolvimento urbano, selecionando-se inicialmente cidades que já possuíam um certo nível de infraestrutura urbana, a fim de assegurar a viabilidade e a sustentação dessas instituições. Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que as demais cidades que abrigam UEBA recebem investimentos em infraestrutura destinados a viabilizar sua operação. Contudo, tal aspecto não será explorado em profundidade nesta análise.

A Tabela 1 apresenta um panorama consolidado dos indicadores gerais das Universidades Estaduais da Bahia em 2023, evidenciando a heterogeneidade entre as instituições no que tange à infraestrutura e ao impacto acadêmico. A Uneb, com 25 *campi*, destaca-se como a universidade de maior abrangência territorial e número de cursos (124), respondendo por uma significativa parcela de matrículas (44,5%) e concluintes (53,9%). Em contraste, a UEFS e a UESC possuem apenas um *campus* cada, mas demonstram eficiência no aproveitamento de suas vagas, com taxas de ingressantes próximas à totalidade das vagas ofertadas. No caso da UESB, com três *campi* e 52 cursos, observa-se um número expressivo de concluintes (1.075), superando as demais instituições, exceto a Uneb, no percentual relativo de egressos em relação ao total de matrículas. Destaca-se que, segundo o Dicionário de Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2025), o número de matrículas corresponde ao “cálculo de matrículas sendo a soma do número de alunos com situação de vínculo ao curso igual a: *Cursando e/ou Formado*”. Ou seja, o número de estudantes matriculados em algum semestre da IES.

**Tabela 1**  
Indicadores Gerais das Universidades Estaduais da Bahia – 2023 (1)

Universidade	Número de <i>campi</i>	Número de cursos	Vagas ofertadas	Ingressantes	Matrículas	Concluintes
UEFS	1	33	2.277	1.785	9.224	821
UESB	3	52	2.078	1.336	8.010	1.075
Uneb	25 (2)	124	4.171	3.435	18.830	3.026
UESC	1	35	2.426	1.763	6.208	687
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>237</b>	<b>10.952</b>	<b>8.319</b>	<b>42.272</b>	<b>5.609</b>

Fonte: INEP (2025).

Notas: (1) Os dados são referentes a cursos com modalidade de ensino presencial no ano de 2023.

(2) Adota-se, neste estudo, uma adaptação metodológica referente ao número de *campi* da Uneb. Embora o portal oficial da universidade registre 27 *campi*, os microdados do Censo da Educação Superior do INEP contabilizam 25. Portanto, em virtude da ausência de informações para os demais indicadores, consideram-se apenas 25 *campi*. Ressalte-se que os dois *campi* não contemplados se localizam nos municípios de Canudos (Campus Avançado) e Jeremoabo (Departamento dos Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Camponesas – DCT/OPARÁ).

No total, as universidades estaduais ofertaram 10.952 vagas em 2023, registrando 8.319 ingressantes e um contingente de 42.272 matrículas. Contudo, o número de concluintes (5.609) é o menor indicador entre os considerados, o que sugere a necessidade de analisar mais profundamente fatores como evasão, retenção e políticas de permanência estudantil.

O Quadro 1 representa a síntese da distribuição territorial dos *campi* das UEBA em diferentes territórios de identidade, regiões administrativas e municípios.

**Quadro 1**  
Distribuição das UEBA no território baiano

Instituições	Quantidade de territórios de identidade com <i>campus</i> das UEBA	Quantidade de regiões administrativas com <i>campus</i> das UEBA	Quantidade de municípios com <i>campus</i> das UEBA	Sede das UEBA
UEFS	1	1	1	Feira de Santana
UESB	3	3	3	Vitória da Conquista
Uneb	19	18	26	Salvador
UESC	1	1	1	Ilhéus
<b>Total</b>	<b>23 (1)</b>	<b>23</b>	<b>31</b>	-

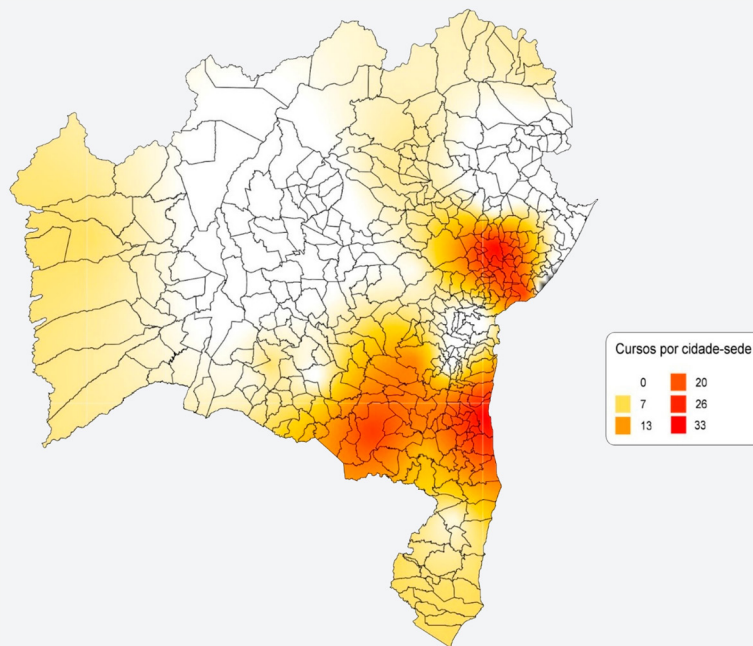
Fonte: Alencar (2024). Elaboração própria.

Nota: (1) O resultado do somatório das quantidades da coluna vertical no Quadro 1 não corresponde ao total 23, porque em um dos territórios de identidade, o Médio Rio de Contas, existe tanto um *campus* da UESB (Jequiú) quanto um da Uneb (Ipiáú).

A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) é a instituição que apresenta maior capilaridade, estando presente em 19 territórios de identidade, 18 regiões administrativas e 26 municípios, alcance que deixa clara a intensão

dessa instituição em promover a interiorização da educação superior no estado. Já a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) expande sua atuação para três territórios de identidade, três regiões administrativas e três municípios: Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. Por sua vez, a UEFS e a UESC, apesar de terem abrangência menor, funcionam como polos estratégicos em suas respectivas regiões: a UEFS próxima ao maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste, e a UESC entre os municípios de Itabuna e Ilhéus. Outro fator atrativo dessas instituições são seus cursos de pós-graduação, que reúnem graduados de diversas regiões do estado. A Figura 1 representa a distribuição municipal do número de cursos de graduação ofertados pelas UEBA em 2023.

**Figura 1**  
Distribuição espacial da oferta de cursos em municípios com a presença de instituições de ensino superior estaduais na Bahia



Fonte: INEP (2025). Elaboração própria.

Embora a distribuição espacial das UEBA demonstre que sua presença coincide com municípios de maior desenvolvimento socioeconômico, essa relação não pode ser assumida de maneira simplista. A literatura sobre a geografia econômica da Bahia já indica que os mapas de distribuição de indicadores de desenvolvimento frequentemente apresentam essa configuração, independentemente do foco da análise. Portanto, a investigação de causalidade entre a presença das universidades e o desenvolvimento desses municípios exigiria uma abordagem metodológica ainda mais robusta que a adotada neste trabalho.

Contudo, conforme salienta Barbosa (2013), ao analisar a distribuição das UEBA's no território baiano, é importante interpretar os dados com cautela, pois eles indicam apenas a presença de *campi* e a oferta de cursos, sem considerar a natureza ou área de conhecimento desses cursos. Assim, em muitos casos, essa presença territorial pode não representar uma homogeneidade na oferta acadêmica, visto que os cursos oferecidos em cada *campus* podem ser distintos e atender a diferentes demandas locais.

## O MÉTODO DA ANÁLISE FATORIAL E SEUS RESULTADOS

A análise fatorial emerge como uma ferramenta metodológica aplicável no estudo das dinâmicas socioeconômicas, especialmente em contextos regionais como o estado da Bahia. Assim, a aplicação da análise fatorial permite identificar padrões subjacentes e sintetizar múltiplas dimensões que, a princípio, e dentro do escopo do trabalho, podem apresentar conexões entre a presença dessas instituições estaduais de ensino superior e o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos dos municípios baianos. Torna-se, portanto, prudente definir os conceitos fundamentais desse método matemático/estatístico e esclarecer sua aplicabilidade e inferência no contexto desta análise.

Em linhas gerais, a análise fatorial resume uma grande quantidade de variáveis em grupos menores, chamados fatores, que, segundo Hair *et al.* (2009), mantêm a representatividade das características das variáveis originais. Esses fatores são definidos como uma “combinação linear das variáveis originais. Os fatores também representam as dimensões latentes (construtos) que resumem ou explicam o conjunto original de variáveis observadas” (Hair *et al.*, 2009, p. 101).

Genericamente falando, a análise fatorial fornece as ferramentas para analisar a estrutura das inter-relações (correlações) em um grande número de variáveis (por exemplo, escores de teste, itens de teste, respostas a questionários), definindo conjuntos de variáveis que são fortemente inter-relacionadas, conhecidos como fatores. Esses grupos de variáveis (fatores), que são, por definição, altamente intercorrelacionadas, são considerados como representantes de dimensões dentro dos dados (Hair *et al.*, 2009, p. 102).

Ademais, conforme exposto por Urbina (2007), a análise fatorial pode ser conduzida por dois métodos distintos. A Análise Fatorial Confirmatória (AFC) destina-se a testar hipóteses e validar suposições previamente estabelecidas acerca de fatores preexistentes, enquanto a Análise Fatorial Exploratória

(AFE) tem como objetivo identificar e revelar as relações subjacentes entre os constructos e as variáveis em análise. Para os fins deste estudo, optou-se pela utilização do segundo método, a AFE, dada a sua adequação ao propósito de explorar relações e padrões ainda não formalizados.

Um exemplo prático da aplicação desse método é encontrado no trabalho de Barbosa (2013), no qual o autor, por meio da análise fatorial, desenvolve um indicador denominado Índice de Potencial de Desenvolvimento, com o objetivo de compreender o papel das Universidades Estaduais da Bahia no desenvolvimento local. Nesse estudo, Barbosa utiliza 25 variáveis e, após a aplicação do modelo, sintetiza-as em quatro fatores, agregados com base em suas cargas fatoriais nos respectivos constructos, permitindo, assim, a construção de seu índice de impacto e aferindo suas conclusões acerca da temática.

De acordo com Hair *et al.* (2009), se o objetivo principal for reduzir a quantidade de variáveis, as dimensões podem servir como base para a construção de novas medidas combinadas. Em contrapartida, quando há um embasamento conceitual para entender as inter-relações entre as variáveis, essas dimensões podem adquirir um significado mais profundo, representando aquilo que elas coletivamente expressam. Nesse contexto, os fatores podem refletir conceitos mais amplos que não podem ser capturados de forma satisfatória por apenas uma variável isolada ou quando várias dimensões são observadas isoladamente. Essa concepção se revela particularmente útil no presente trabalho, pois compreender a correlação entre as diversas variáveis relativas aos indicadores sociais dos municípios – com ou sem a presença de universidades estaduais – não se restringe a um esforço de análise isolada de cada variável. Em vez disso, recorre-se a esse método de análise multivariada, baseado em álgebra matricial, capaz de captar relações intrínsecas e padrões que seriam imperceptíveis por análises fragmentadas.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

No que tange aos *softwares* utilizados, os dados foram organizados no Microsoft Excel, enquanto a análise foi conduzida com o auxílio da linguagem R no ambiente RStudio. Adicionalmente, comparações foram realizadas por meio do *software* estatístico Stata. Os dados foram extraídos de fontes secundárias, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Índice de Progresso Social (IPS Brasil<sup>1</sup>).

1 O IPS Brasil é uma colaboração entre o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Fundação Avina, Centro de Empreendedorismo da Amazônia, iniciativa Amazônia 2030, Anattá – Pesquisa e Desenvolvimento, e o *Social Progress Imperative* (IPS Brasil, 2024).

**Quadro 2**  
Descrição das variáveis

Sigla	Indicador	Definição	Unidade	Fonte
ABA_AGUA_REDE	Abastecimento de Água Via Rede de Distribuição	Porcentagem das famílias inscritas no CadÚnico morando em domicílios com serviço de abastecimento de água adequado, incluindo rede geral de distribuição ou poço artesiano.	% de domicílios	CadÚnico/Ministério da Cidadania
ABAND_EF	Abandono no Ensino Fundamental	Taxa de abandono escolar para alunos do Ensino Fundamental, ou seja, o percentual de alunos que abandonam os estudos ou são reprovados no ano letivo e não realizam a matrícula no ano seguinte.	% de alunos	Inep/Ministério da Educação
ADAND_EM	Abandono no Ensino Médio	Taxa de abandono escolar para alunos do Ensino Médio, ou seja, o percentual de alunos que abandonam os estudos ou são reprovados no ano letivo e não realizam a matrícula no ano seguinte.	% de alunos	Inep/Ministério da Educação
COB_INT_MOVEL	Cobertura de Internet Móvel (4G/5G)	Estimativa da cobertura móvel envolve as seguintes variáveis: tecnologias, frequências, localização das estações, altura e direção das antenas, potências dos transmissores, edificações e relevo.	% de moradores cobertos	Anatel
DIST_ID_SERIE	Distorção Idade-Série no Ensino Médio	Taxa de distorção idade-série para alunos do ensino médio. A distorção idade-série é o indicador educacional que demonstra o percentual de alunos, em cada série, que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados.	% de alunos	Inep/Ministério da Educação
DOM_COL_RES	Domicílios com Coleta de Resíduos Adequada	Porcentagem das famílias inscritas no CadÚnico em domicílios com serviço de coleta de lixo adequado (forma de coleta direta pela concessionária de saneamento do município).	% de domicílios	CadÚnico/Ministério da Cidadania
DOM_ILUM_ELE	Domicílios com Iluminação Elétrica Adequada	Porcentagem das famílias inscritas no CadÚnico morando em domicílios com serviço de iluminação elétrica adequada (ligada à rede de energia elétrica da concessionária com medidor próprio).	% de domicílios	CadÚnico/Ministério da Cidadania
EGS_SAN_ADEQ	Esgotamento Sanitário Adequado	Porcentagem das famílias inscritas no CadÚnico morando em domicílios com serviço de coleta de esgoto adequado, incluindo os sistemas de esgoto canalizado e fossas sépticas.	% de domicílios	CadÚnico/Ministério da Cidadania
EMP_SUP	Empregados com Ensino Superior	Número de pessoas acima de 25 anos com vínculo ativo com formação de nível superior por mil habitantes acima de 25 anos	Número de empregos com nível superior por mil habitantes.	RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego
EMP_SUP_FEM	Mulheres Empregadas com Ensino Superior	Número de mulheres com vínculo ativo e que possuem formação de nível superior por mil habitantes	Número de empregadas com nível superior por mil mulheres	RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego
IDEB_EF	Ideb Ensino Fundamental	O Ideb é um indicador criado para medir a qualidade do ensino nas escolas. Ele é calculado a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e o desempenho médio nas provas aplicadas pelo Inep. Compreende a nota média do Ideb nos anos finais e anos iniciais do ensino fundamental.	Índice (0-10)	INEP/Ministério da Educação
PIB	Produto Interno Bruto	Produto Interno Bruto (PIB): soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente no ano de referência.	A preços correntes (R\$ 1.000,00)	IBGE/Contas Nacionais
PIB_PC	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Para o cálculo do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> foi considerada a população residente, estimada por município, com data de referência em 1º de julho de cada ano, enviada ao Tribunal de Contas da União (TCU).	A preços correntes (R\$ 1.000,00)	IBGE/Contas Nacionais
PUEBA	Presença de Universidade Estadual Baiana	Indica presença de Instituição de Ensino Superior estadual	Binária	INEP/Ministério da Educação
QT_CURSO	Número de Cursos	Número de cursos presenciais	Número total	INEP/Ministério da Educação
TBB	Total de Benefícios Básicos	O valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária.	Número total	Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único =SAGICAD

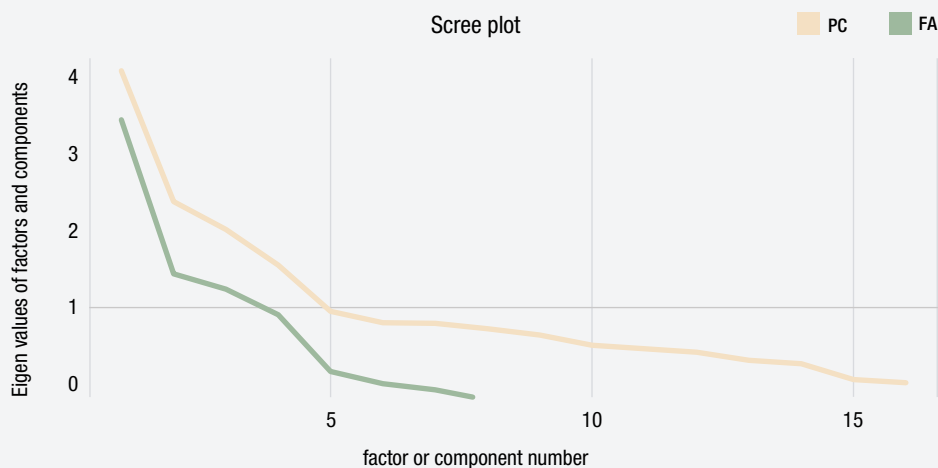
Fonte: elaboração própria.

As variáveis apresentadas no Quadro 2 foram selecionadas com base em cálculos preliminares de suas cargas fatoriais, cumulatividade e unicidade e em abstrações metodológicas. Esse processo buscou identificar quais variáveis seriam mais relevantes para a análise, mesmo que, em alguns casos, suas cargas fatoriais não fossem necessariamente as mais elevadas.

Inicia-se, então, a análise propriamente dita. Na etapa de verificação da adequação da análise fatorial, foram empregados os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de Esfericidade de Bartlett, os quais permitem avaliar a pertinência dos dados para a aplicação do método estatístico em questão. Para o teste de KMO, o valor obtido foi de 0,68, indicando uma adequação moderada dos dados à análise fatorial. Já no teste de Esfericidade de Bartlett, observou-se um qui-quadrado de 3734,69, com um valor-p igual a zero, evidenciando a rejeição da hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. Observa-se que ambas as condições necessárias para a aplicação da análise fatorial foram devidamente atendidas, assegurando a viabilidade metodológica do procedimento.

Optou-se pelo método de análise de componentes principais, utilizando a rotação ortogonal Varimax para facilitar a interpretação dos fatores extraídos. O critério adotado para a escolha do número de fatores foi o de autovalores superiores a dois (opção *mineigen*) na busca por maior robustez e parcimônia na análise, embora a literatura tradicionalmente recomende a seleção baseada em autovalores maiores que apenas um (Hair *et al.*, 2009).

Gráfico 1  
Gráfico de Sedimentação



Fonte: elaboração própria.

Uma ferramenta gráfica amplamente utilizada para auxiliar na decisão sobre a quantidade de fatores a ser extraída é o Scree Plot, apresentado no Gráfico 1, que representa os autovalores ou valores próprios obtidos tanto da análise de componentes principais quanto da análise fatorial. Observa-se que ambas as linhas sugerem de três a quatro fatores para um autovalor maior que um.

Uma vez escolhido o número de fatores, observam-se as cargas fatoriais, que indicam o grau de correlação entre cada variável e os componentes principais extraídos. Os valores das cargas fatoriais são expostos no Quadro 3.

**Quadro 3**  
Cargas fatoriais

Dimensões	Variáveis	Constructos		
		1	2	3
Desenvolvimento econômico e capital humano	Presença de universidade estadual baiana	0.61		
	Produto interno bruto (PIB)	0.88		
	Produto interno bruto <i>per capita</i>	0.37		
	Total de benefícios básicos	0.84		
	Número de cursos	0.69		
	Empregados com ensino superior	0.72		
	Mulheres empregadas com ensino superior	0.63		
Infraestrutura doméstica/urbana	Abastecimento de água via rede de distribuição		0.83	
	Esgotamento sanitário adequado		0.51	
	Domicílios com coleta de resíduos adequada		0.87	
	Domicílios com iluminação elétrica adequada		0.33	
	Cobertura de internet móvel		0.73	
Educação e exclusão escolar	Abandono no ensino fundamental			0.73
	Abandono no ensino médio			0.50
	Distorção idade-série no ensino médio			0.78
	Índice de desenvolvimento da educação básica no ensino fundamental			-0.74

Fonte: elaboração própria.

A análise reconhece que cargas fatoriais abaixo de 0,4 são consideradas baixas, sendo 0,3 o limite inferior frequentemente aceito para interpretação prática (Hair *et al.*, 2009). No entanto, optou-se por incluir essas cargas na presente investigação, fundamentando-se em sua relevância teórica e no contexto específico das variáveis analisadas. Essa abordagem é amparada por Hair *et al.* (2009), que reconhecem certa utilidade de cargas nessa faixa para análises exploratórias e para capturar nuances importantes no conjunto de dados.

O primeiro fator, denominado Desenvolvimento Econômico e Capital Humano, sugere uma relação entre o fortalecimento econômico dos municípios e a presença de instituições educacionais, como as Universidades Estaduais da Bahia (UEBAs). As cargas fatoriais elevadas associadas ao PIB, ao número de cursos e aos empregados qualificados demonstram que esses

elementos estão conectados, reforçando a importância do capital humano e das políticas públicas para o desenvolvimento local.

O segundo fator, identificado como Infraestrutura Doméstica/Urbana, destaca a relevância de serviços urbanos essenciais, como abastecimento de água, coleta de resíduos e cobertura de internet móvel, para a qualidade de vida. Esses indicadores apresentam forte associação, sugerindo que a infraestrutura básica dos municípios tende a se complementar.

Por fim, o terceiro fator, Educação e Exclusão Escolar, reflete os desafios enfrentados no sistema educacional, com ênfase na relação entre abandono escolar, distorção idade-série e desempenho medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O contraste entre variáveis como abandono escolar, que apresenta carga positiva, e o IDEB, com carga negativa, sugere que a redução de problemas educacionais pode estar ligada à melhoria dos índices de eficiência educacional.

A análise, considerando todas as variáveis incluídas, revelou três dimensões principais que explicam conjuntamente 53% da variância nos dados. O primeiro fator, 'Desenvolvimento econômico e capital humano', contribui com 22%, destacando variáveis como PIB e número de cursos. O segundo, 'Infraestrutura doméstica/urbana, explica 16% dessa variância, refletindo serviços como abastecimento de água e coleta de resíduos. O terceiro, 'Educação e exclusão escolar', responde por 15%, englobando variáveis como abandono escolar e distorção idade-série.

Os escores fatoriais foram calculados utilizando o método de regressão, conforme implementado na função *principal* do pacote *psych* no software R. Esses escores representam a projeção das observações (municípios) nos fatores latentes extraídos, refletindo sua posição atinente em relação às dimensões analisadas. Com o uso da função *principal*, os valores dos escores são automaticamente normalizados, pois a função citada trabalha diretamente com a matriz de correlação. Os escores analisados são brutos, sem aplicação de ponderações adicionais.

**Tabela 2**  
Média dos escores para os municípios com e sem UEBA

Dimensão	Com UEBA	Sem UEBA
Desenvolvimento econômico e capital humano	2,1725	-0,1684
Infraestrutura doméstica/urbana	0,5882	-0,0456
Educação e exclusão escolar	-0,4151	0,0322

Fonte: elaboração própria.

Para a análise comparativa entre as médias dos municípios com e sem a presença de Universidades Estaduais Baianas (UEBAs), será utilizado o teste t, com enfoque na variante *Welch Two Sample t-test*. Esse método estatístico permite avaliar diferenças significativas entre as médias dos grupos, sem assumir que possuem variâncias iguais, o que torna a abordagem mais robusta e adequada ao contexto do estudo (Field, 2012).

Resumidamente, caso o valor-p seja menor que o nível de significância adotado – nesse caso, de 0,05 –, rejeita-se a hipótese nula em favor da alternativa, indicando que as médias dos grupos são estatisticamente diferentes. Por sua vez, se o valor-p for maior que 0,05, conclui-se que não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula. Ou seja, caso a hipótese alternativa seja assumida, é possível dizer, estatisticamente, que a diferença entre as médias não é atribuída ao acaso ou a variações aleatórias nos dados. Neste estudo, as comparações são feitas dentro dos próprios fatores, segregando as variáveis pela presença de UEBAs.

Conforme apresentado na Tabela 2, no que se refere ao Fator 1, denominado Desenvolvimento Econômico e Capital Humano, os municípios com UEBAs apresentaram uma média de 2,17, enquanto os municípios sem UEBAs registraram uma média de -0,17, com um valor-p altamente significativo ( $p < 0,0001$ ). Isso sugere uma correlação entre a presença dessas instituições e indicadores mais favoráveis de dinamismo econômico e qualificação profissional, como Produto Interno Bruto (PIB) e empregabilidade qualificada.

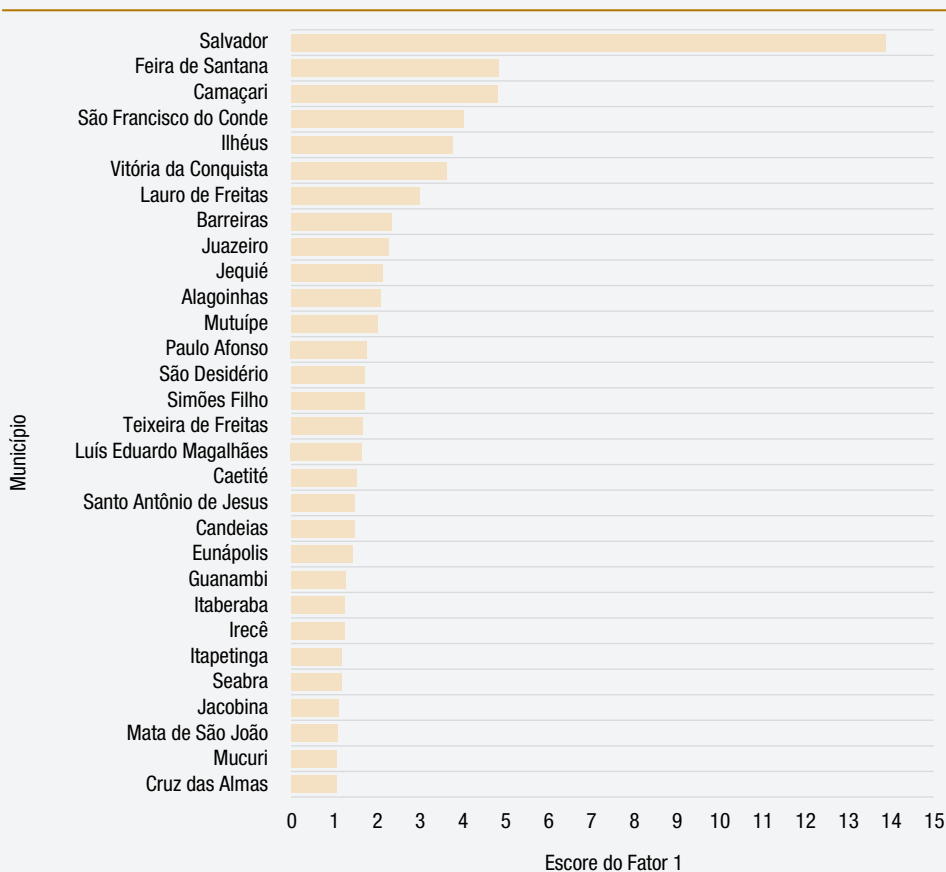
Quanto ao Fator 2, denominado Infraestrutura Doméstica/Urbana, os municípios com UEBAs apresentaram uma média de 0,59, enquanto os sem UEBAs registraram uma média de -0,05, com um valor-p de 0,004, indicando que a diferença é estatisticamente significativa. Isso sugere que a presença de UEBAs está associada a melhores indicadores de infraestrutura urbana. Esses dados podem refletir tanto o impacto direto dessas instituições quanto a influência de políticas públicas e investimentos direcionados às regiões onde as UEBAs estão instaladas.

Finalmente, quanto ao Fator 3, relacionado à Educação e Exclusão Escolar, os municípios com UEBAs apresentaram uma média de -0,42, enquanto os sem UEBAs registraram 0,03, com um valor-p de 0,00134, evidenciando diferença significativa. Escores mais baixos no grupo com UEBAs refletem desafios educacionais reduzidos, como menores taxas de abandono escolar e distorção idade-série.

[O estudo] sugere uma correlação entre a presença dessas instituições [UEBAs] e indicadores mais favoráveis de dinamismo econômico e qualificação profissional, como Produto Interno Bruto (PIB) e empregabilidade qualificada

Ainda no contexto dos escores fatoriais, procurou-se analisar os valores atribuídos aos municípios, com foco nos indicadores associados ao Fator 1. Tal decisão fundamentou-se na relevância desse fator, que apresentou a maior contribuição para a variância total explicada.

Gráfico 2  
30 municípios com maiores escores no Fator 1



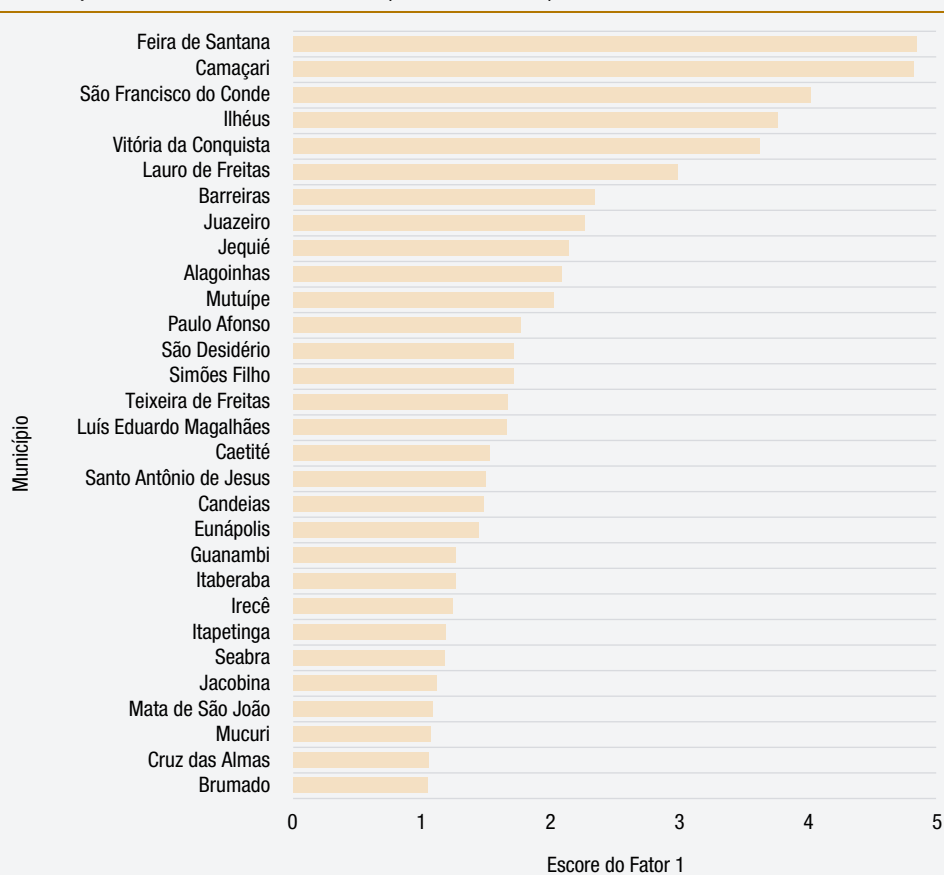
Fonte: elaboração própria.

Nota: dados extraídos de fontes secundárias, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Índice de Progresso Social (IPS Brasil).

Percepções significativas já podem ser obtidas a partir do Gráfico 2. Entre os 30 municípios com os maiores escores no Fator 1, nada menos que 21 abrigam uma Universidade Estadual da Bahia (UEBA). Notadamente, a cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, destaca-se como um *outlier*, evidenciando uma discrepância significativa em relação à segunda cidade, Feira de Santana. Ademais, como é característico em análises socioeconômicas dos municípios baianos, São Francisco do Conde destaca-se, em grande medida, devido ao seu PIB *per capita* excepcionalmente elevado, o que exerce significativa influência no constructo analisado.

Enfim, vale ressaltar mais uma vez que 21 dos 30 municípios com os maiores escores fatoriais relacionados ao Fator 1 possuem pelo menos um *campus* de alguma UEBA, reforçando mais um possível indicativo do impacto positivo dessas instituições. Nesse caso, o impacto estaria relacionado a indicadores econômicos e de produção, como o aumento de pessoas qualificadas e a maior produtividade. Conforme discutido em seções anteriores, embora os impactos econômicos sejam os mais facilmente observáveis, eles não representam a totalidade dos efeitos gerados pelas UEBA. Esses resultados referentes ao Fator 1 encontram respaldo na teoria do capital humano, que estabelece uma relação entre a qualificação da força de trabalho e o aumento do PIB, sugerindo uma contribuição dessas instituições para o desenvolvimento regional. O Gráfico 3 apresenta os 30 municípios com os maiores escores associados ao Fator 1, excluindo-se a cidade de Salvador. Com a ausência de Salvador, Brumado ocupa a 30ª posição, sendo um município que também conta com a presença de uma UEBA.

**Gráfico 3**  
30 Municípios com maiores escores no Fator 1 (Excluindo Salvador)

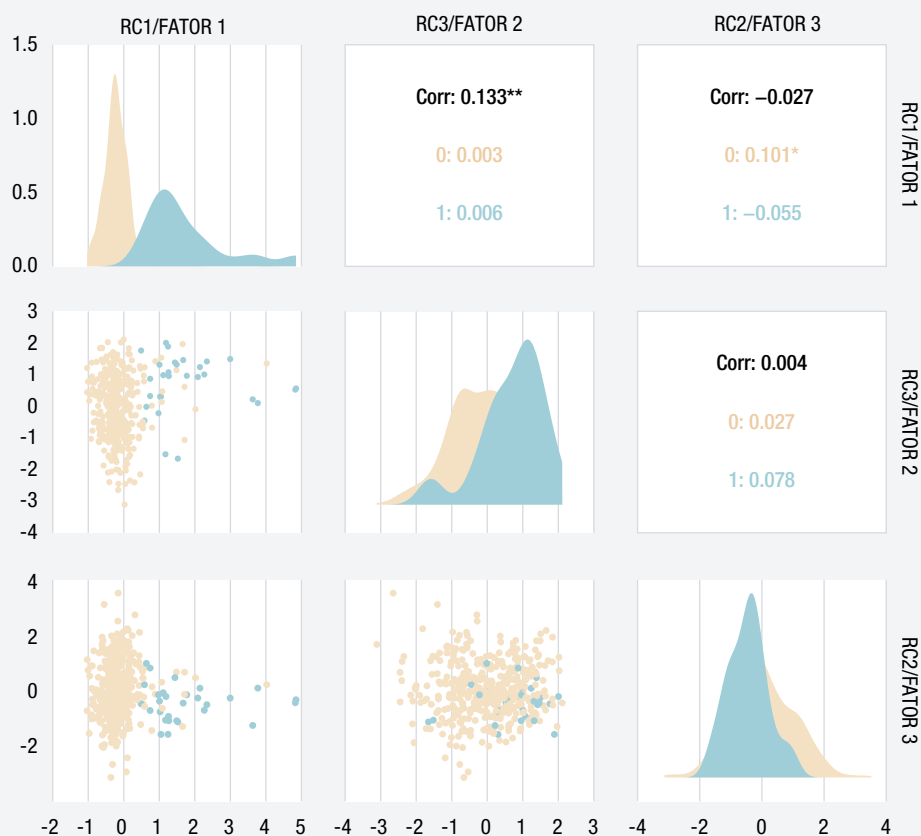


Fonte: elaboração própria.

Nota: dados extraídos de fontes secundárias, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Índice de Progresso Social (IPS Brasil).

O Gráfico 4 apresenta a relação entre os três fatores analisados (Fator 1: ‘Desenvolvimento econômico e capital humano’; Fator 2: ‘Infraestrutura doméstica/urbana’, e Fator 3: ‘Educação e exclusão escolar’). As observações feitas consideraram os três quadrantes do canto inferior esquerdo do gráfico, os quais contêm pontos, sendo que cada ponto unitário representa um município. Os municípios com UEBA são destacados em azul, enquanto os municípios sem UEBA estão representados em laranja, permitindo uma análise visual clara das diferenças entre os grupos. Salienta-se que a remoção de Salvador do gráfico garante uma melhor interpretação.

**Gráfico 4**  
Matriz de dispersão dos escores fatoriais (excluída a cidade de Salvador)



Fonte: elaboração própria.

Os municípios sem UEBA (em laranja) apresentam maior concentração em valores próximos ao eixo central, indicando escores médios ou baixos para todos os fatores. Por sua vez, os municípios com UEBA (em azul) destacam-se por uma concentração em valores mais positivos nos fatores 1 e 2, o que sinaliza desempenho superior nos fatores ‘Desenvolvimento

econômico e capital humano' e 'Infraestrutura doméstica/urbana. No Fator 3, os municípios com UEBA são majoritariamente concentrados em valores negativos, refletindo menores índices de exclusão escolar.

Dessa forma, a análise fatorial realizada permitiu identificar e explorar dimensões relacionadas ao desenvolvimento econômico, à infraestrutura e à educação nos municípios baianos. Os resultados destacaram a conexão das UEBA com os indicadores socioeconômicos selecionados, evidenciado por diferenças significativas nos escores fatoriais entre os municípios com e sem a presença dessas instituições. Esses achados, sustentados por análises estatísticas coerentes com a literatura teórica, servem de base para uma primeira aferição da conexão entre as UEBA e o desenvolvimento regional.

A presença dessas instituições [UEBA] está associada a melhores indicadores em dimensões como desenvolvimento econômico, infraestrutura urbana e redução da exclusão educacional

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre a presença das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA) e os indicadores socioeconômicos dos municípios baianos, por meio de uma abordagem multivariada baseada na análise fatorial exploratória. Os resultados obtidos revelaram evidências empíricas significativas de que a presença dessas instituições está associada a melhores indicadores em dimensões como desenvolvimento econômico, infraestrutura urbana e redução da exclusão educacional.

A análise permitiu a identificação de três fatores principais: 'Desenvolvimento econômico e capital humano', 'Infraestrutura doméstica/urbana' e 'Educação e exclusão escolar'. A comparação entre os municípios com e sem UEBA indicou diferenças estatisticamente significativas nas três dimensões, com vantagem para aqueles que contam com a presença de universidades estaduais. Isso reforça a ideia de que essas instituições desempenham um papel estruturante no desenvolvimento regional, ao promover a formação de capital humano por meio da geração e disseminação de conhecimento, além de influenciar diretamente o tecido urbano e institucional local.

Ainda que a metodologia adotada não permita afirmar causalidade direta, os achados reforçam a hipótese de que as UEBA funcionam como catalisadoras de processos de desenvolvimento. Os resultados estão em consonância com a literatura sobre capital humano e desenvolvimento endógeno, demonstrando que o fortalecimento da educação superior pública no interior do estado tem potencial para reduzir desigualdades e dinamizar economias locais.

Não obstante, o estudo reconhece suas limitações. A ausência de uma abordagem longitudinal, o caráter estático das variáveis analisadas e a não

consideração de fatores qualitativos, como a qualidade dos cursos ofertados ou a inserção dos egressos no mercado de trabalho, limitam o alcance das inferências. Além disso, os efeitos da pandemia da covid-19, que possivelmente intensificaram disparidades regionais e educacionais, ainda carecem de uma análise mais aprofundada no contexto abordado.

Assim, este trabalho reforça a importância das universidades estaduais como instrumentos estratégicos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico local. Recomenda-se, para estudos futuros, o aprofundamento da análise por meio de modelos de inferência causal, como o método de diferenças em diferenças ou regressões com variáveis instrumentais, bem como a incorporação de indicadores qualitativos e longitudinais. Tal aprofundamento permitirá avançar na compreensão dos mecanismos pelos quais as UEBAs impactam o desenvolvimento dos territórios nos quais estão inseridas.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ane Sthaffany Farias. *Orçamento das universidades estaduais baianas durante o governo Rui Costa (PT): decretos e contingenciamentos*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024. Disponível em: <https://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2024/11/Dissertacao-Ane-1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 23, p. 261-286, jun. 2001. Disponível em: [https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pgdrf/files/2010/10/Artigo\\_3.pdf](https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pgdrf/files/2010/10/Artigo_3.pdf). Acesso em: 30 maio 2024.

BARBOSA, Cesar. *Financiamento público das universidades estaduais baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local*. 2013. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/1109141328.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

BOAVENTURA, Edivaldo M. *A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência*. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/109/4/A%20construcao%20da%20universidade%20baiana.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2024.

DOWBOR, Ladislau. Educação e desenvolvimento local. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, ano 52, n. 261, p. 15-30, jan./mar. 2007. Disponível em: [https://lam.ibam.org.br/revista\\_detalhe.asp?idr=649](https://lam.ibam.org.br/revista_detalhe.asp?idr=649). Acesso em: 17 ago. 2024.

FIELD, Andy; MILES, Jeremy; FIELD, Zoë. *Discovering statistics using R*. [S. l.]: Sage Publications, 2012.

FONSECA, Líliliana; NIETH, Lisa. The role of universities in regional development strategies: a comparison across actors and policy stages. *European Urban and Regional Studies*, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 298-315, 2021.

HAIR, Joseph F. *et al. Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). *Microdados do Censo da Educação Superior 2023*. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/cento-da-educacao-superior>. Acesso em: 3 nov. 2024.

IPS BRASIL. *IPS Brasil*. Disponível em: <https://ipsbrasil.org.br/p/conheca/ips>. Acesso em: 3 nov. 2024.

LOPES, J. Leite. A universidade no Brasil: evolução e ação social. *Revista Adusp*, São Paulo, n. 25, p. 75-79, abr. 2002. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/wp-content/uploads/2002/04/r25a07.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2024.

MIRANDA, Marta Rosa Farias de Almeida. *Investimentos públicos diretos em educação superior na Bahia: um estudo de caso sobre o sistema estadual de educação superior da Bahia*. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstream/s/22a2e868-a4ea-436a-afa9-1a54467e1d13/content>. Acesso em: 17 ago. 2024.

MOTA JÚNIOR, Antônio Macêdo. As universidades estaduais da Bahia e o desenvolvimento local e regional. *Revista Práticas de Gestão Pública Universitária*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, p. 124-141, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/16810/14079>. Acesso em: 3 set. 2024.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 136-152, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783/10148>. Acesso em: 6 nov. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Conselho Universitário. Resolução nº 1.568/2023. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027 da UNEB. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, 28 jan. 2023. Disponível em: <https://mepisco.uneb.br/wp-content/uploads/2025/05/PDI-Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-UNEB-2023-2027.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. *Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI: 2011-2015: vigência 2016*. Feira de Santana: UEFS, 2016. Disponível em: [https://pdi.uefs.br/wp-content/uploads/2025/02/PDI\\_UEFS\\_2011\\_2016\\_compressed.pdf](https://pdi.uefs.br/wp-content/uploads/2025/02/PDI_UEFS_2011_2016_compressed.pdf). Acesso em: 18 out. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023*. Ilhéus: UESC, 2019. Disponível em: <https://www.uesc.br/asplan/relatorios/pdi/pdi20192023.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. *Plano de Desenvolvimento Institucional: 2013-2017*. Vitória da Conquista: Uesb, 2012. Disponível em: <https://www2.uesb.br/assessoria/apda/wp-content/uploads/2023/07/PDI-UESB-2013-20171-1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

URBINA, Susana. *Fundamentos da testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. *Interações*, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/srrRFK6rcbj7gwW6GMVNHK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2024.



# PLANTAS QUE CURAM E MOVEM A ECONOMIA: A BAHIA NA ERA DA BIOINDÚSTRIA VERDE

Felipe Romici Zane  
Lordelo Nogueira

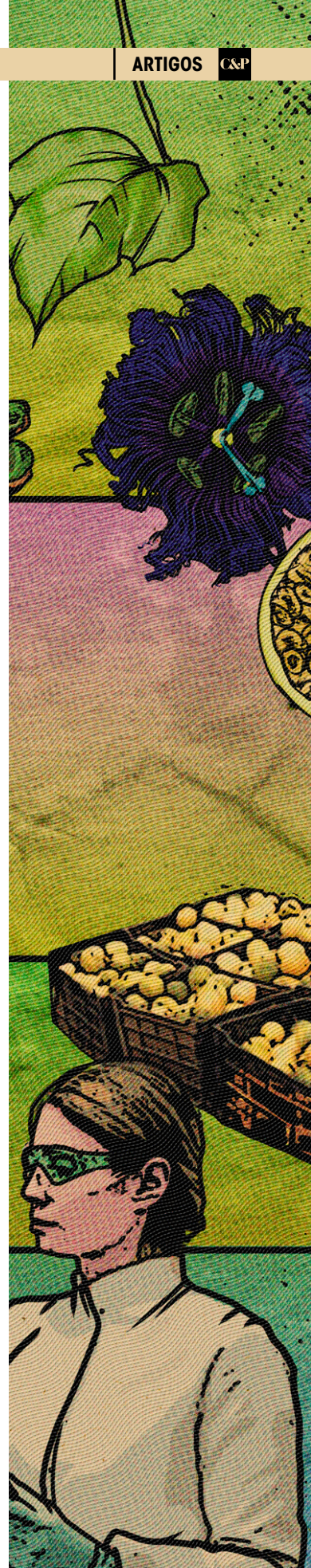
Mestre em Engenharia de Biomateriais e Bioprocessos pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
<https://orcid.org/0009-0006-0429-0713>.  
[felipe.lordelo@unesp.br](mailto:felipe.lordelo@unesp.br)

Ligia Maria Manzine Costa  
Doutora em Nanociências e Materiais Avançados pela Universidade Federal do ABC (UFABC), mestra em Ciência e Engenharia dos Materiais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), graduado em Química pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp) no campus de Ilha Solteira (SP).  
<https://orcid.org/0000-0001-6483-7633>.  
[ligia.manzine@unesp.br](mailto:ligia.manzine@unesp.br)

Lucinéia dos Santos  
Doutora e mestra em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), graduada em Farmácia Bioquímica pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp) no campus de Assis (SP).  
<https://orcid.org/0000-0002-9142-0371>.  
[lucineia.santos@unesp.br](mailto:lucineia.santos@unesp.br)

<https://doi.org/10.56839/cp.11209.3>

**A INTEGRAÇÃO** entre tecnologias digitais e genéticas, marca registrada da Quarta Revolução Industrial, tem impulsionado o crescimento da bioeconomia, tornando-a elemento estratégico para o desenvolvimento sustentável global. Nesse contexto, o Brasil destaca-se em razão de sua ampla biodiversidade, que, associada ao avanço da biotecnologia nacional e à crescente geração e ao uso de dados biológicos (“biodados”), oferece vantagens significativas para a pesquisa, a inovação e a produção de novos fármacos a partir de recursos naturais.



A bioeconomia representa um segmento promissor para o desenvolvimento econômico do Brasil, com o potencial de elevar o valor agregado da produção nacional a patamares comparáveis aos do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A bioeconomia representa um modelo econômico promissor para a inovação e a sustentabilidade. É definida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como baseada na “produção, no uso e na conservação de recursos biológicos, incluindo conhecimento, ciência, tecnologia e inovação relacionados, para fornecer informações, produtos, processos e serviços a todos os setores econômicos com o objetivo de avançar em direção a uma economia sustentável” (Iberdrola, 2025, tradução nossa). A indústria farmacêutica, em particular, tem passado por uma transformação significativa, com a redução no uso de compostos químicos e o aumento na incorporação de materiais biológicos em medicamentos. Essa mudança posiciona o Brasil de forma estratégica, dada a sua riqueza em recursos naturais (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, 2025).

O presente artigo explora o potencial da bioeconomia de fármacos sustentáveis no Brasil, abordando seu impacto econômico, os desafios regulatórios existentes e possíveis soluções para fortalecer o Complexo Industrial da Saúde (CIS) nacional. Por meio da análise de documentos e pesquisas complementares, busca-se delinear um caminho para que o país capitalize sua biodiversidade e sua expertise tecnológica, transformando-as em um motor de crescimento econômico e de melhoria da saúde pública.

## CONTEXTO DA BIOECONOMIA NO BRASIL E NA BAHIA

A bioeconomia representa um segmento promissor para o desenvolvimento econômico do Brasil, com o potencial de elevar o valor agregado da produção nacional a patamares comparáveis aos do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Atualmente, o agronegócio já demonstra a força do setor primário, respondendo por 23,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2024 (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2025). A bioeconomia, ao integrar recursos biológicos com tecnologia e inovação, impulsiona o crescimento e gera novas oportunidades de negócio. No entanto, a lacuna no mercado relacionada à biotecnologia brasileira exige políticas e incentivos, fundamentais para estimular o investimento e a inovação em fármacos sustentáveis. O objetivo é aproveitar a capacidade do Brasil de produzir medicamentos naturais e a crescente demanda por soluções ecológicas, a fim de atrair capital e fomentar novas empresas e tecnologias.

O fortalecimento da bioeconomia no Brasil não apenas contribui para a segurança sanitária<sup>1</sup>, reduzindo a dependência de insumos importados, mas também gera empregos qualificados e impulsiona a pesquisa e o desenvolvimento (P&D). A transição para uma economia baseada em recursos biológicos renováveis e processos sustentáveis é fundamental para o estabelecimento de um Complexo Industrial da Saúde (CIS) robusto e competitivo globalmente.

Nesse cenário nacional de avanços estruturais e estratégicos, a Bahia emerge como um caso emblemático no contexto da bioeconomia medicinal. Diversos fatores estruturais, históricos e institucionais conferem ao estado um papel de destaque na formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao CIS, posicionando a Bahia como protagonista no desenvolvimento e na consolidação desse setor no país.

Liderança em biodiversidade medicinal, a Bahia abriga parte significativa da variedade biológica brasileira, especialmente nos biomas Mata Atlântica e Caatinga, que são fontes estratégicas de princípios ativos naturais para fármacos e fitoterápicos. Essa riqueza possibilita o desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em produtos da sociobiodiversidade com potencial terapêutico.

A Bahia destaca-se nacionalmente como caso emblemático por sua combinação única de biodiversidade medicinal, infraestrutura científica, políticas públicas articuladas e inserção no CIS. Essa integração torna o estado referência no avanço da bioeconomia farmacêutica sustentável no Brasil.

Além do protagonismo científico e tecnológico, observa-se que a própria base econômica do estado reflete essa vocação para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais. O agronegócio e o extrativismo vegetal permanecem como motores centrais da geração de emprego e renda na Bahia, demonstrando a interconexão entre a inovação na bioeconomia e o dinamismo dos setores produtivos tradicionais.

Em maio de 2025, a Bahia abriu 12.858 novos postos formais de trabalho; desses, 2.558 (20%) foram gerados diretamente pela Agropecuária, que só ficou atrás do setor de Serviços como maior contribuinte mensal (Brasil, 2025b).

A Bahia destaca-se nacionalmente como caso emblemático por sua combinação única de biodiversidade medicinal, infraestrutura científica, políticas públicas articuladas e inserção no CIS

1 A produção nacional de IFAs e bioativos reduz a dependência do Brasil em relação a importações sujeitas a rupturas geopolíticas e oscilações cambiais, vulnerabilidades estruturais diagnosticadas no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Gadelha *et al.*, 2012). Com uma cadeia produtiva local, o SUS torna-se capaz de garantir abastecimento ágil e rastreável em emergências sanitárias, conforme previsto na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do CEIS (Brasil, 2023b).

A Agropecuária, que é o foco da bioeconomia de fitoterápicos, manteve o crescimento mesmo com queda física de grãos, reforçando a resiliência das cadeias baseadas em recursos naturais e o potencial de nichos de maior valor

No acumulado de janeiro a maio de 2025, o estado somou 59.319 novos empregos formais, confirmando a força dos setores baseados em recursos naturais para absorver mão de obra, inclusive em regiões rurais e no semi-árido (Brasil, 2025b).

Com PIB corrente de R\$ 420,3 bilhões em 2023, a Bahia respondeu por quase um terço da economia nordestina. O Valor Adicionado da Agropecuária alcançou R\$ 32,3 bilhões ( $\approx 7,7\%$  do PIB estadual), refletindo a importância de cadeias como licuri, cacau, babosa e plantas medicinais nativas. Esses números mostram espaço para escalar fitoterápicos e ingredientes ativos regionais sem depender de insumos importados (Acesso Política, 2024).

A Agropecuária, que é o foco da bioeconomia de fitoterápicos, manteve o crescimento mesmo com queda física de grãos, reforçando a resiliência das cadeias baseadas em recursos naturais e o potencial de nichos de maior valor (óleos essenciais, extratos botânicos). A Bahia concentrou 47,2% das exportações de todo o Nordeste em 2024 (Exportações [...], 2025), registrando US\$ 11,73 bilhões em vendas externas, segundo maior valor da série histórica.

A ampliação do uso econômico de espécies nativas e cultivadas, como mangaba, licuri e mulungu, ilustra a perspectiva de valorização da flora baiana, seja pela diversificação de produtos, agregação de valor ou geração de empregos qualificados em toda a cadeia produtiva. Diversas dessas plantas, além de sua importância cultural e econômica, apresentam propriedades fitoterápicas já reconhecidas ou em processo de validação científica.

Nesse contexto, são destacados, a seguir, exemplos emblemáticos de espécies de relevância socioeconômica e farmacológica para a Bahia, evidenciando como o aproveitamento integral do patrimônio vegetal pode impulsionar inovação, sustentabilidade e desenvolvimento regional.

## BIODIVERSIDADE MEDICINAL BAIANA

Graças à elevada diversidade vegetal da Bahia, cujo patrimônio tem valor cultural, viabilidade econômica e potencial fitoterápico, a indústria farmacêutica pública estadual Bahiafarma planeja implantar o Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Medicamentos (CPDIM), com o objetivo de prospectar e identificar moléculas com potencial terapêutico em plantas da flora baiana, convertendo essa riqueza botânica em fitoterápicos e cosméticos regionais (Brasil, 2024a). Muitas espécies de plantas já são usadas tradicionalmente e integram as listas prioritárias do Ministério da Saúde,

a exemplo da Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao Sistema Único de Saúde (Renuis), visando à formulação de medicamentos no SUS. A seguir destacam-se seis espécies de relevância para a cadeia produtiva de biofármacos no estado:

### SISAL (*AGAVE SISALANA*)

Cultivado no semiárido baiano onde se concentra aproximadamente 90% da produção mundial de sisal (Santos; Brandão, 2021), o cultivo exerce papel social relevante nas microrregiões do Piemonte da Diamantina e do Alto Sertão. A utilização econômica clássica é a extração de fibras de alta resistência, aplicadas em cordoaria, cabos marítimos, geotêxteis e compósitos automotivos (Naveen *et al.*, 2019; Srinivasakumar *et al.*, 2013).

**Quadro 1**  
Dados da produção do sisal (fibra) – IBGE

Valor da produção	296.461 mil reais (2023)	Estabelecimentos	5.216 unidades (2017)
Quantidade produzida	90.407 toneladas (2023)	Número de pés	141.258 mil unidades (2017)
Área colhida	98.443 hectares (2023)	Maior produtor	Campo Formoso - BA (2023)
Rendimento médio	918 kg por hectare (2023)		

Fonte: IBGE (2025).

A cultura do sisal (*Agave sisalana*) permanece como um pilar socioeconômico do semiárido baiano, alcançando valor bruto de produção de R\$ 296,5 milhões em 2023 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025). A extração da fibra, distribuída por mais de 98 mil hectares e realizada por 5.216 estabelecimentos familiares, sustenta uma rede de renda e emprego em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como Campo Formoso, principal polo produtivo estadual. Contudo, a produtividade média de 918 kg ha<sup>-1</sup> indica um hiato de eficiência de aproximadamente 23% em relação ao patamar de 1.200 kg ha<sup>-1</sup> projetado pela Embrapa para sistemas consolidados de manejo (Santos; Brandão, 2021). Esse hiato reflete limitações tecnológicas, máquinas de desfibramento antiquadas, baixa mecanização do plantio e deficiências hídricas, que reduzem a competitividade global e comprimem a margem de lucro do produtor (Silva *et al.*, 2018).

Paradoxalmente, o mesmo gargalo de produtividade revela uma oportunidade estratégica para verticalizar a cadeia por meio do aproveitamento integral da folha. Apenas cerca de 5% da biomassa foliar converte-se em fibra comercial; os restantes 95% (suco e mucilagem) são descartados como resíduo de baixo valor energético, agravando passivos ambientais

Os indicadores atuais expõem dois caminhos complementares: 1) elevar a produtividade da fibra [sisal] para recuperar, de forma imediata, sua competitividade e 2) internalizar a cadeia de fitoterápicos, transformando um passivo agrícola em ativo de alto valor agregado

(Araldi *et al.*, 2018; Nogueira *et al.*, 2026). Pesquisas farmacológicas recentes demonstram que esse resíduo é rico em saponinas esteroidais (~ 490 mg g<sup>-1</sup> de extrato seco), compostos precursores na síntese industrial de glicocorticoides e com propriedades anti-inflamatórias, antioxidantes e cicatrizantes (Costa *et al.*, 2023; Nogueira *et al.*, 2026). Ensaio *in vivo* indicaram inibição de edema de pata em 64% de ratos tratados com extrato hidrolisado de sisal na dose de 50 mg kg<sup>-1</sup>, desempenho superior ao da indometacina<sup>2</sup> sem toxicidade aguda observada até 1.000 mg kg<sup>-1</sup> (Costa *et al.*, 2023).

Essa evidência sugere que, se 50% do resíduo líquido gerado pela produção anual (≈ 4,3 milhões de toneladas de folhas) fosse convertido em extrato padronizado, poderiam ser produzidas mais de 200 mil toneladas de insumo fitoterápico. Considerando o preço médio internacional de US\$ 4-8 kg<sup>-1</sup> para saponinas industriais, a biorrefinaria de sisal poderia elevar em até três vezes o valor agregado por hectare, elevando o valor bruto de produção para acima de R\$ 1 bilhão por safra e reduzindo a vulnerabilidade dos pequenos produtores às oscilações do mercado de fibras.

A convergência entre indicadores agrônômicos e potenciais farmacológicos reforça a necessidade de políticas públicas integradas: crédito verde para miniusinas de extração, linhas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) voltadas à adaptação de processos ao semiárido sob boas práticas de fabricação (GMP, na sigla em inglês) e incentivos fiscais para laboratórios locais de padronização fitoquímica. Adicionalmente, a Lei nº 13.123/2015 sobre acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios deve ser harmonizada com as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para fitoterápicos, encurtando prazos regulatórios e garantindo que comunidades sisaleiras participem da cadeia de valor dos novos derivados (Brasil, 2015).

Em síntese, os indicadores atuais expõem dois caminhos complementares: 1) elevar a produtividade da fibra para recuperar, de forma imediata, sua competitividade e 2) internalizar a cadeia de fitoterápicos, transformando um passivo agrícola em ativo de alto valor agregado. A simbiose desses caminhos pode posicionar a Bahia como referência global de biorrefinarias de sisal, promovendo inclusão produtiva, conservação ambiental e inovação no Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

## AROEIRA (*SCHINUS TEREBINTHIFOLIUS*)

A aroeira, um termo que engloba espécies como a *Schinus terebinthifolius* e a *Myracrodruon urundeuva*, é uma planta nativa com ampla distribuição no Brasil, incluindo a Região Nordeste. Reconhecida por seu valor ecológico e econômico, essa espécie tem sido amplamente estudada devido às suas notáveis propriedades medicinais, que a tornam uma promissora fonte para o desenvolvimento de fármacos de origem natural.

Historicamente, a aroeira tem sido utilizada na medicina popular para o tratamento de diversas condições. As folhas e cascas da *Schinus terebinthifolius* são empregadas em feridas, doenças respiratórias e urinárias, e seu chá é conhecido por aliviar dores inflamatórias, além de auxiliar na cicatrização de lesões cutâneas (Pereira *et al.*, 2021). Já a *Myracrodruon urundeuva* é valorizada por suas ações anti-inflamatórias, antimicrobianas, antioxidantes e neuroprotetoras, corroborando usos terapêuticos tradicionais (Domingos; Silva, 2020).

A ciência moderna tem corroborado muitos desses usos tradicionais. Estudos fitoquímicos revelam que a aroeira é rica em compostos bioativos como polifenóis, flavonoides, terpenos e taninos (Pereira *et al.*, 2021). Pesquisas demonstraram que extratos da aroeira possuem propriedades anti-inflamatórias, antioxidantes, antimicrobianas, cicatrizantes, anticancerígenas e antiparasitárias (Pereira *et al.*, 2021). Embora o potencial seja vasto, a necessidade de mais pesquisas, especialmente estudos clínicos e de toxicidade abrangentes, é fundamental para validar plenamente seu uso na medicina moderna e garantir a segurança e eficácia dos produtos derivados.

## MARACUJÁ-DO-MATO (*PASSIFLORA CINCINNATA*)

A *Passiflora cincinnata*, popularmente conhecida como maracujá-do-mato ou flor-da-paixão de Crato, é uma espécie nativa da América do Sul. Sua vasta distribuição abrange desde o leste do Brasil até o sul do Paraguai e da Argentina, estendendo-se a oeste até a Bolívia oriental (Araújo *et al.*, 2018). Botanicamente, a planta é notável por suas flores violetas exuberantes, dotadas de filamentos abundantes e retorcidos, que exemplificam a singularidade e a elegância das estruturas florais do gênero *Passiflora*. Produz frutos comestíveis de formato arredondado, com aproximadamente cinco centímetros de diâmetro, que amadurecem de verde para amarelo-alaranjado, embora seu sabor seja frequentemente descrito como insípido (Araújo *et al.*, 2018).

Estudos fitoquímicos revelam que a aroeira é rica em compostos bioativos como polifenóis, flavonoides, terpenos e taninos

A *Passiflora*  
*cincinnata* tem  
sido valorizada  
na medicina  
popular para  
diversas finalidades  
terapêuticas

No Brasil, a *Passiflora cincinnata* apresenta uma distribuição geográfica notavelmente ampla, com ocorrências confirmadas em diversas regiões, incluindo uma forte presença no Nordeste. Especificamente, foi registrada nos estados nordestinos do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas e Bahia (Silva *et al.*, 2018). Ecologicamente, a espécie demonstra uma adaptabilidade notável, prosperando em solos ácidos e arenosos e sendo frequentemente encontrada em domínios fitogeográficos diversos, como nos biomas Caatinga, Cerrado, Amazônia e Mata Atlântica. Uma característica fundamental para a prevalência da espécie no Nordeste é sua classificação como variedade tolerante à seca, exibindo bom desenvolvimento mesmo em regiões semiáridas (Silva *et al.*, 2018).

A *Passiflora cincinnata* tem sido valorizada na medicina popular para diversas finalidades terapêuticas, a exemplo do suco do fruto, tradicionalmente empregado em bochechos para aliviar dores de garganta. De forma mais abrangente, o gênero *Passiflora* é reconhecido na medicina popular americana por suas propriedades diuréticas e analgésicas (Brandão *et al.*, 2017). A pesquisa científica moderna tem validado e aprofundado essas alegações tradicionais. Estudos pré-clínicos demonstraram os efeitos neuroprotetores do extrato etanólico de *P. cincinnata* em modelos de doença de Parkinson: o uso do preparado durante o tratamento retardou o início de deficiências motoras e mitigou a perda dopaminérgica na substância negra pars compacta (Brandão *et al.*, 2017).

As diversas propriedades farmacológicas observadas na *Passiflora cincinnata* são amplamente atribuídas ao seu rico conteúdo de compostos bioativos, predominantemente flavonoides (Oliveira Júnior *et al.*, 2024). Marcadores químicos e farmacológicos essenciais identificados incluem vitexina, isovite-xina, orientina, isoorientina e seus derivados. Análises adicionais revelaram a presença de outros compostos importantes, como rutina, quercetina, apigenina, epicatequina, catequina e ácido gálico. Estudos *in vitro* recentes também revelaram potencial antioxidante e fotoprotetor de extratos hidro-alcoólicos de *P. cincinnata*, mostrando-se promissores como ingredientes fotoprotetores naturais ou coadjuvantes em formulações de protetores solares (Oliveira Júnior *et al.*, 2024).

## MANGABA (*HANCORNIA SPECIOSA*)

A mangaba (*Hancornia speciosa*), também conhecida como mangabeira, é uma planta tropical nativa da América do Sul, com uma presença marcante no Brasil. Seu nome, de origem Tupi-Guarani, significa “fruta boa para comer”, o que já indica seu valor histórico e cultural como alimento (Almeida

*et al.*, 2022). A mangabeira é uma árvore decídua que pode atingir até dez metros de altura, produzindo frutos ovais de coloração amarela ou esverdeada que, quando maduros, tornam-se macios, aromáticos e com sabor doce-subácido (Almeida *et al.*, 2022).

No Brasil, a *Hancornia speciosa* possui uma ampla distribuição, sendo endêmica dos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. É particularmente abundante em terras altas e planícies costeiras da Região Nordeste, com ocorrências confirmadas nos estados de Sergipe, Bahia, Alagoas e Pernambuco (Almeida *et al.*, 2022). A espécie demonstra notável adaptabilidade a climas quentes e secos, preferindo solos arenosos e bem drenados, e exibindo alta tolerância à seca, o que a torna um recurso valioso para as condições semiáridas da região (Almeida *et al.*, 2022). Historicamente, a mangaba tem sido amplamente utilizada na medicina popular para diversas finalidades terapêuticas. O látex extraído da mangabeira é tradicionalmente empregado no tratamento de diarreia, úlcera, gastrite, tuberculose, acne e verruga, além de ser eficaz para contusões e torções (Ribeiro *et al.*, 2016). A infusão das folhas também é popularmente usada para aliviar dores menstruais. A pesquisa científica tem buscado validar esses usos tradicionais, e estudos recentes, como os conduzidos pelo professor Saulo Capim, têm explorado o potencial do látex da mangaba para auxiliar na cicatrização de feridas, especialmente em pacientes diabéticos, e no tratamento de úlceras cutâneas (Empresa Brasil de Comunicação, 2021).

As propriedades medicinais da mangaba são atribuídas à sua rica composição fitoquímica, que inclui compostos fenólicos, carotenoides e ácido ascórbico (Vitamina C), além de flavonoides como rutina e ácido clorogênico (Almeida *et al.*, 2022). Estudos científicos têm comprovado que a mangaba possui atividades antioxidantes, anti-inflamatórias, antidiabéticas (as folhas inibem a  $\alpha$ -glucosidase e aumentam a captação de glicose), gastroprotetoras e antimutagênicas (Almeida *et al.*, 2022; Pereira *et al.*, 2015). O látex, em particular, demonstrou não ser citotóxico nem genotóxico nas concentrações testadas, indicando um perfil de segurança promissor para uso medicinal (Ribeiro *et al.*, 2016).

## LICURI (*SYAGRUS CORONATA*)

A palmeira licuri, cientificamente conhecida como *Syagrus coronata*, é uma espécie nativa do Brasil, com forte presença no semiárido nordestino e no bioma Caatinga. Popularmente chamada também de aricuri ou ouricury, essa palmeira perene é amplamente reconhecida por sua utilidade multifacetada, que abrange desde a alimentação e produção de materiais até aplicações

As propriedades medicinais da mangaba são atribuídas à sua rica composição fitoquímica, que inclui compostos fenólicos, carotenoides e ácido ascórbico (Vitamina C), além de flavonoides como rutina e ácido clorogênico

O licuri possui uma rica história de uso na medicina popular.

O óleo extraído de suas amêndoas é tradicionalmente empregado para controlar a pressão alta e o diabetes

medicinais. Sua relevância transcende o uso tradicional, tornando-se um foco crescente de estudos científicos devido ao seu potencial para o desenvolvimento sustentável e a bioeconomia.

O licuri possui uma rica história de uso na medicina popular. O óleo extraído de suas amêndoas é tradicionalmente empregado para controlar a pressão alta e o diabetes. A pesquisa científica tem validado muitas dessas aplicações, demonstrando que o óleo e os extratos do licuri possuem propriedades antibacterianas, antifúngicas, antiparasitárias e anti-inflamatórias (GFI Brasil, 2022).

Investigações farmacológicas demonstraram que o óleo fixo da amêndoa de *S. coronata* possui atividade antioxidante, antinociceptiva e anti-inflamatória, com inibição da migração leucocitária e da produção de citocinas pró-inflamatórias IL-1 $\beta$  e TNF- $\alpha$  em modelos animais, além de perfil de segurança biológica favorável (Barbosa *et al.*, 2024; Souza *et al.*, 2021). Essa riqueza de compostos bioativos posiciona o licuri como um recurso estratégico para a bioeconomia.

Nesse contexto, o licuri oferece um vasto potencial para a criação de cadeias de valor sustentáveis. Todas as partes do fruto podem ser aproveitadas, e o resíduo da extração do óleo, conhecido como torta desengordurada, possui proteínas de alta qualidade que podem ser transformadas em insumo para o crescente mercado de proteínas alternativas. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem demonstrado interesse em explorar o potencial econômico do licuri para os setores de cosmético e farmacêutico, além de destacar seu papel na economia circular em regiões semiáridas, ao possibilitar o aproveitamento de resíduos e a redução de custos (GFI Brasil, 2022).

## MULUNGU (*ERYTHRINA VELUTINA*)

A *Erythrina velutina* Willd., popularmente conhecida como mulungu, suinã ou canivete, é uma árvore nativa do Brasil pertencente à família Fabaceae, com ampla ocorrência em regiões tropicais, notadamente no Nordeste brasileiro, abrangendo biomas como a Caatinga (Rodrigues *et al.*, 2018; Silva *et al.*, 2013). Essa espécie decídua, que pode atingir até 15 metros de altura e apresentar um tronco espinhoso, destaca-se por sua floração exuberante, com flores vermelho-sangue que surgem antes das folhas, conferindo-lhe um valor ornamental significativo (Silva *et al.*, 2013). A capacidade do mulungu de prosperar em ambientes semiáridos, como a Caatinga, demonstra uma resiliência notável, sugerindo potencial para o cultivo sustentável e fonte de matéria-prima ecologicamente viável para a bioeconomia.

No âmbito da saúde, o mulungu possui um vasto histórico de uso na medicina popular brasileira. Tradicionalmente, a casca da planta tem sido empregada como tranquilizante, sedativo e no tratamento de insônia, estresse e ansiedade, devido a seus efeitos no sistema nervoso central (Silva *et al.*, 2013). Além dessas aplicações primárias, o conhecimento etnobotânico indica seu uso para diversas outras condições, incluindo convulsão, asma, bronquite e inflamação hepática (Vasconcelos *et al.*, 2007). Essa rica base de conhecimento tradicional representa séculos de observação empírica por comunidades locais, atuando como um mecanismo eficiente de pré-seleção para potenciais candidatos a fármacos.

Estudos científicos realizados por Carvalho *et al.* (2009) têm validado muitas das propriedades atribuídas ao mulungu na medicina tradicional. Pesquisas pré-clínicas demonstraram que extratos da planta, particularmente os hidroalcoólicos da casca, das folhas e até mesmo dos frutos, possuem efeitos ansiolíticos e sedativos comparáveis aos de benzodiazepínicos. Essa ação é amplamente atribuída à presença de alcaloides tetracíclicos, como hipaforina, eritrina e eritravina, que interagem com os receptores GABAérgicos no cérebro, modulando a neurotransmissão e promovendo relaxamento. Além disso, investigações revelaram propriedades antidepressivas (associadas a flavonoides como a luteolina), anticonvulsivantes, antimicrobianas e antinociceptivas, ampliando o leque de seu potencial terapêutico.

A *Erythrina velutina* representa um recurso promissor para a bioeconomia farmacológica, dada a sua riqueza em metabólitos secundários, incluindo alcaloides tetracíclicos benzilisoquinolínicos (BIAs), flavonoides, terpenos, taninos, cumarinas e saponinas (Silva *et al.*, 2013). A Caatinga, bioma onde a planta é abundante, é reconhecida como um importante reservatório de moléculas bioativas inovadoras (Chacon *et al.*, 2021). A compreensão das vias biossintéticas desses alcaloides e a identificação de genes candidatos são passos cruciais para o desenvolvimento de estratégias biotecnológicas que visam à produção otimizada e sustentável de metabólitos especializados de interesse farmacêutico (Chacon *et al.*, 2021). O fato de suas atividades biológicas ainda serem consideradas subexploradas sinaliza uma vasta oportunidade de mercado para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), posicionando a espécie como um ativo estratégico para a prospecção e a comercialização de produtos naturais de alto valor agregado.

Em síntese, o mulungu (*Erythrina velutina*) destaca-se como uma planta de grande valor para a saúde humana e para a bioeconomia, com um vasto histórico de uso tradicional e crescente validação científica de suas propriedades ansiolíticas, sedativas e outras ações farmacológicas. Sua riqueza em alcaloides e outros metabólitos secundários, aliada ao seu potencial

O mulungu possui um vasto histórico de uso na medicina popular brasileira. Tradicionalmente, a casca da planta tem sido empregada como tranquilizante, sedativo e no tratamento de insônia, estresse e ansiedade

A viabilidade dos fitoterápicos baianos começa com a coleta sustentável, conduzida por comunidades tradicionais que detêm conhecimentos sobre manejo

ecológico de adaptação a ambientes desafiadores, a posiciona como um ativo estratégico para o desenvolvimento de novos fármacos e produtos de alto valor agregado (Chacon *et al.*, 2021; Rodrigues *et al.*, 2018). O avanço contínuo da pesquisa, especialmente em biotecnologia e manejo sustentável, é crucial para maximizar os benefícios do mulungu, aliando a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento econômico e social.

## CADEIA PRODUTIVA DE FITOTERÁPICOS NA BAHIA

A cadeia produtiva de fitoterápicos na Bahia representa uma interface estratégica entre biodiversidade, saberes tradicionais, ciência regulatória e inovação industrial. Apesar do elevado potencial do estado, persistem gargalos estruturais que limitam a expansão do Complexo Econômico-Industrial da Saúde com base em ativos vegetais. A integração entre cadeias extrativas e polos farmacêuticos ainda é frágil, refletindo a carência de infraestrutura em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), o acesso restrito a financiamento verde e a ausência de plantas-piloto para insumos fitoterápicos.

A viabilidade dos fitoterápicos baianos começa com a coleta sustentável, conduzida por comunidades tradicionais que detêm conhecimentos sobre manejo, mas ainda carecem de regularização do acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios. Em seguida, carecem de logística e armazenamento adequados – há falta de centrais de secagem, câmaras frias e laboratórios regionais, o que compromete a estabilidade fitoquímica dos insumos e a regularidade de fornecimento. O maior entrave, porém, está na extração e padronização de ativos sob boas práticas de fabricação (GMP, na sigla em inglês<sup>3</sup>): o estado dispõe de pouca infraestrutura para purificar e quantificar metabólitos com validação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o que impede o escalonamento industrial e a entrada em mercados regulados. Superar esses três pontos com políticas articuladas de crédito, P&D e certificação permitirão transformar a abundância de espécies nativas em medicamentos competitivos, agregando valor ao semiárido e consolidando a bioeconomia baiana.

3 Trata-se de um conjunto de normas que obrigam a indústria a manter ambiente, equipamentos, processos e documentação sob controle rigoroso, garantindo que os produtos sejam consistentemente produzidos e controlados com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2022). Sem o cumprimento das BPF, extratos vegetais podem variar em composição e segurança, impedindo o registro sanitário e a aquisição pelo SUS.

## DESENVOLVIMENTO E REGISTRO DE FORMULAÇÕES FITOTERÁPICAS

O avanço de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) vegetais e de formulações fitoterápicas na Bahia exige investimentos coordenados em pesquisa, desenvolvimento e validação regulatória. Embora existam polos científicos como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Fiocruz Bahia e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), faltam zonas industriais dedicadas à bioeconomia e às políticas de indução tecnológica que aproximem universidades, bioindústrias e serviços de saúde. Além disso, o registro na Anvisa impõe dossiês que comprovem eficácia, segurança e padronização, processo encarecido pela escassez de laboratórios acreditados e centros de bioequivalência nas regiões Norte e Nordeste. Essa lacuna eleva o custo regulatório e limita a escalabilidade de pequenos produtores, tornando indispensável a criação de infraestrutura analítica regional e de incentivos específicos para certificação.

O mercado nacional de fitoterápicos tem-se expandido com base em políticas públicas que estimulam o uso de medicamentos naturais e o fortalecimento da medicina tradicional

### ANÁLISE DE MERCADO

A análise da demanda por fitoterápicos revela oportunidades econômicas e de inovação tanto no Sistema Único de Saúde (SUS), quanto no setor privado e nas exportações. A Bahia se insere nesse contexto como polo estratégico para atender à crescente demanda nacional e internacional por medicamentos baseados em biodiversidade.

O mercado nacional de fitoterápicos tem-se expandido com base em políticas públicas que estimulam o uso de medicamentos naturais e o fortalecimento da medicina tradicional. A Portaria GM/MS nº 2.261/2023 estabeleceu a Matriz de Desafios Produtivos do SUS, incluindo a priorização de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) de origem vegetal e a indução à produção local e regional desses insumos no Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Brasil, 2023b). O SUS já utiliza 12 plantas medicinais com protocolos clínicos padronizados, enquanto iniciativas como a Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (RENISUS) indicam uma demanda reprimida por soluções regionais seguras e eficazes (Brasil, 2025a).

O mercado privado de fitoterápicos no Brasil apresenta trajetória de crescimento contínuo, impulsionado pela crescente demanda por terapias de origem natural e pela valorização de produtos associados ao bem-estar e à sustentabilidade. Esse avanço é também reforçado pela ampliação de políticas públicas voltadas ao incentivo do uso de plantas medicinais, bem como pelo fortalecimento do arcabouço regulatório conduzido pela

A expansão do setor de fitoterápicos, impulsionada pela bioeconomia, não apenas fortalece cadeias produtivas locais, mas também gera uma demanda significativa por empregos qualificados

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que tem contribuído para a padronização, segurança e credibilidade desses produtos no mercado. Paralelamente, observa-se a expansão de segmentos correlatos, como o de cosméticos formulados com ativos vegetais, consolidando um ambiente favorável ao desenvolvimento da cadeia produtiva de fitoterápicos no país (Brasil, 2022, 2025a).

Em relação à parte regulatória, a Portaria nº 2.261/2023 representa um ponto de convergência entre as agendas de saúde pública, política industrial e conservação da biodiversidade (Brasil, 2023b). Ao identificar lacunas no fornecimento de medicamentos fitoterápicos no âmbito do SUS, a normativa abre espaço para soluções descentralizadas e de base territorial. A articulação entre RENISUS, Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e estratégias estaduais será fundamental para transformar o potencial da biodiversidade baiana em acesso ampliado e sustentável à saúde.

## BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS

A consolidação da cadeia de fitoterápicos na Bahia representa não apenas um avanço industrial, mas também estratégia de inclusão produtiva, fortalecimento regional e soberania sanitária. Diversos estudos evidenciam os impactos positivos dessa bioindústria sobre renda, emprego e desenvolvimento territorial.

A estruturação da produção vegetal medicinal beneficia diretamente comunidades extrativistas, agricultores familiares e povos tradicionais. Iniciativas de bioeconomia associadas à sociobiodiversidade podem elevar a renda dessas populações, gerando efeitos positivos sobre a segurança alimentar e a permanência no território. Além disso, a repartição de benefícios baseada no acesso legal ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais pode se tornar uma fonte recorrente de renda comunitária, conforme previsto na Lei nº 13.123/2015 (Brasil, 2015).

Além disso, a expansão do setor de fitoterápicos, impulsionada pela bioeconomia, não apenas fortalece cadeias produtivas locais, mas também gera uma demanda significativa por empregos qualificados. Essa necessidade abrange diversas áreas essenciais para o desenvolvimento e a consolidação da indústria.

O eixo da inovação em fitoterápicos é a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que exige equipes multidisciplinares altamente especializadas. Químicos, farmacêuticos e biólogos atuam juntos na descoberta e no isolamento

de compostos bioativos, vasculhando a flora em busca de moléculas terapêuticas promissoras. Uma vez identificados esses princípios ativos, farmacologistas e pesquisadores clínicos conduzem a validação científica, realizando ensaios que comprovam a eficácia e a segurança dos extratos vegetais. Paralelamente, farmacotécnicos e engenheiros químicos transformam esses ativos em formulações adequadas, cápsulas, cremes ou soluções líquidas, que garantam estabilidade e biodisponibilidade. Por fim, químicos analíticos e profissionais de controle de qualidade asseguram que, da matéria-prima ao produto final, cada lote apresente pureza, potência e consistência, cumprindo as exigências sanitárias e alcançando a confiança do consumidor. Essas atividades exigem formação superior e, frequentemente, pós-graduação, contribuindo para a valorização do capital humano e a atração de talentos para o país.

A integração entre academia e indústria é fundamental para impulsionar a inovação e o crescimento, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social. O investimento nesse setor não só agrega valor à biodiversidade brasileira, mas também consolida uma base industrial robusta e altamente tecnológica, capaz de competir no mercado global.

Em relação às consequências, o fortalecimento da cadeia de biofármacos pode impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB) estadual ao agregar valor à biodiversidade local, reduzir a dependência em relação a insumos farmacêuticos importados e promover exportações. Atualmente, o Brasil importa cerca de 90% dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) utilizados no sistema produtivo nacional, o que resulta em um déficit comercial anual estimado em R\$ 20 bilhões (Laboissière, 2024). Para enfrentar esse cenário, o programa Nova Indústria Brasil (Missão 2 do Complexo Econômico-Industrial da Saúde) estabeleceu como meta ampliar a participação da produção nacional para 70% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e demais insumos de saúde até 2033, priorizando a estruturação de cadeias produtivas de base biológica (Brasil, 2024b). A substituição de IFAs importados por insumos produzidos no Brasil pode gerar economia bilionária anual e estimular a geração de empregos de alta qualificação em polos regionais de bioindústria (Laboissière, 2024).

Além disso, observa-se uma crescente atração de capital de risco para *startups* bioindustriais, principalmente nos segmentos de cosméticos naturais, nutracêuticos e farmacobotânicos que trazem impactos estratégicos, como: redução da dependência no que se refere a IFAs importados, aumento da arrecadação estadual de ICMS e da capacidade de inovação, geração de empregos sustentáveis e inclusão produtiva, além da valorização de saberes e territórios tradicionais.

A integração entre academia e indústria é fundamental para impulsionar a inovação e o crescimento, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social

## DESAFIOS REGULATÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A articulação entre regulação sanitária e inovação tecnológica é apontada como eixo estratégico para reduzir a dependência do Brasil em relação aos IFAs importados e valorizar o patrimônio genético nacional

O avanço da cadeia de fitoterápicos exige modernização regulatória e um ambiente político que favoreça a inovação baseada na biodiversidade. Para isso são necessárias medidas como segurança jurídica, incentivos fiscais, crédito verde e recomendações de modernização regulatória.

Em relação à segurança jurídica (acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios), a legislação brasileira ainda é percebida como complexa e de difícil operacionalização no que se refere ao patrimônio genético (Brasil, 2015) e à repartição de benefícios, o que afasta investidores e dificulta a pesquisa. A burocracia envolvida no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (SisGen) tem sido apontada como um entrave relevante, por gerar insegurança e atrasos na pesquisa aplicada com plantas medicinais. Essa insegurança compromete a rastreabilidade dos insumos, o registro de produtos e a certificação de origem para exportação, prejudicando a repartição justa de benefícios.

Em relação aos incentivos fiscais e ao crédito verde, apesar da criação de linhas de financiamento, como o Fundo Clima do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o setor de biofármacos ainda carece de políticas estruturadas de crédito verde e de incentivos fiscais regionais. São necessárias ações como a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos rastreados, crédito orientado a comunidades extrativistas e financiamento de plantas industriais com exigência de boas práticas. Esses mecanismos são considerados essenciais para viabilizar o escalonamento produtivo e atrair capital de impacto ao setor.

Por fim, em relação às recomendações de modernização regulatória, estudos sugerem medidas específicas para aprimorar o ambiente normativo, como a criação de um marco legal específico para produtos de base vegetal, a integração entre órgãos reguladores – Anvisa, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) – e a inclusão de fitoterápicos em políticas públicas de compras e licenciamento acelerado do SUS. Nesse contexto, a articulação entre regulação sanitária e inovação tecnológica é apontada como eixo estratégico para reduzir a dependência do Brasil em relação aos IFAs importados e valorizar o patrimônio genético nacional.

## ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade da cadeia baiana de fitoterápicos começa na conservação dos ecossistemas e no uso responsável da biodiversidade, apoiando-se em planos de manejo, certificações socioambientais e monitoramento de impactos. Os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN), coordenados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), constituem instrumentos de política pública que identificam ameaças e orientam ações prioritárias de conservação, incluindo projetos de uso sustentável dos recursos naturais que permitem a exploração racional de espécies nativas sem exaurir suas populações, ao mesmo tempo que gera renda para as comunidades locais (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018, 2025). Na prática, o manejo florestal comunitário combina saber tradicional com técnicas silviculturais, o que reduz o desmatamento, fortalece a governança local e promove a repartição justa de benefícios. Esse modelo ganha competitividade quando conjugado a certificações como Orgânico Brasil, FairWild e o Selo da Sociobiodiversidade, que agregam valor, abrem portas em nichos de mercado ético e aumentam a renda do extrativista, enquanto oferecem ao consumidor garantia de origem e boas práticas socioambientais. Assim, conservação e economia deixam de ser agendas opostas e passam a retroalimentar-se: quanto mais valorizada e auditada a biodiversidade, maior a chance de consolidar uma bioeconomia regional robusta, capaz de abastecer o Sistema Único de Saúde com fitoterápicos padronizados e sustentáveis.

O manejo florestal comunitário combina saber tradicional com técnicas silviculturais, o que reduz o desmatamento, fortalece a governança local e promove a repartição justa de benefícios

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bioeconomia de fármacos sustentáveis emerge como uma estratégia promissora para o Brasil, capaz de aliar o desenvolvimento econômico à sustentabilidade ambiental e à melhoria da saúde pública. Conforme demonstrado, a vasta biodiversidade brasileira, combinada com o avanço da biotecnologia e a implementação de políticas públicas estratégicas, pode posicionar o país como um protagonista global nesse setor. Os ganhos projetados em termos de Produto Interno Bruto (PIB), segurança sanitária e sustentabilidade são significativos. A redução da dependência em relação a insumos importados, a atração de investimentos e a geração de empregos qualificados são apenas alguns dos benefícios que podem ser alcançados com o fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde (CIS) nacional. A Portaria GM/MS nº 2.261/2023, ao estabelecer uma matriz de desafios e soluções produtivas e tecnológicas para o Sistema Único de Saúde (SUS), sinaliza um caminho claro para a priorização de plataformas

e produtos que impulsionam a bioeconomia (Brasil, 2023b). No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, é imperativo superar desafios regulatórios, investir massivamente em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) e garantir um ambiente de segurança jurídica para os investidores. A colaboração entre governo, academia e setor privado, a simplificação de processos e o uso estratégico do poder de compra do SUS são medidas essenciais para acelerar a transição para uma bioeconomia mais robusta e sustentável.

Os próximos passos para o Brasil incluem a contínua discussão e a implementação de uma estratégia nacional de bioeconomia que integre as diversas frentes de atuação, desde a pesquisa básica até a produção em larga escala. Ao fazer isso, o país não apenas fortalecerá sua economia e sua saúde pública, mas também contribuirá significativamente para os esforços globais de desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ACESSE POLÍTICA. *Produto Interno Bruto da Bahia em 2023 foi de R\$ 420,3 bilhões*. [S. l.], 07 nov. 2024. Disponível em: <https://acessepolitica.com.br/noticia/145566/produto-interno-bruto-da-bahia-em-2023-foi-de-r-4203-bilhoes>. Acesso em: 7 jun. 2025.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Resolução RDC nº 658, de 30 de março de 2022. Dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-658-de-30-de-marco-de-2022-389846242>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- ALMEIDA, Francisco Lucas Chaves *et al.* Hancornia speciosa: an overview focused on phytochemical properties, recent achievements, applications, and future perspectives. *International Journal of Gastronomy and Food Science*, [s. l.], v. 29, Sept. 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/361900711\\_Hancornia\\_speciosa\\_An\\_overview\\_focused\\_on\\_phytochemical\\_properties\\_recent\\_achievements\\_applications\\_and\\_future\\_perspectives](https://www.researchgate.net/publication/361900711_Hancornia_speciosa_An_overview_focused_on_phytochemical_properties_recent_achievements_applications_and_future_perspectives). Acesso em: 11 jul. 2025.
- ARALDI, Rodrigo Pinheiro *et al.* Analysis of antioxidant, cytotoxic and mutagenic potential of Agave sisalana Perrine extracts. *Biomedicine & Pharmacotherapy*, [s. l.], v. 98, p. 873-885, 2018.
- ARAÚJO, Francisco Pinheiro *et al.* Passiflora cincinnata: maracujá-da-caatinga. In: CORADIN, Lidio; CAMILLO, Julcéia; PAREYN, Frans Germain Corneel (ed.). *Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro: região Nordeste*. Brasília, DF: MMA, 2018. p. 217-224. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1103144/1/LivroNordeste2172242018.Araujopdf.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ARCE, Vladimir Andrei Rodrigues; OLIVEIRA, Elaine Cristina. O PET-Saúde no contexto do Núcleo de Apoio à Saúde da Família: contribuições para a reorientação das práticas de saúde. *Tempus: actas de saúde coletiva*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 65-77, 2015.

Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1692>.

Acesso em: 7 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DE PESQUISA. *A bioeconomia e o desenvolvimento do Brasil*. Disponível em: <https://www.interfarma.org.br/a-bioeconomia-e-o-desenvolvimento-do-brasil/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BALDOINO, Aline Silva; VERAS, Renata Meira. Análise das atividades de integração ensino-serviço desenvolvidas nos cursos de saúde da Universidade Federal da Bahia. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 50, p. 17-24, 2016. Número especial. Disponível em: <https://revistas.usp.br/reeusp/article/view/117399>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BARBOSA, Bartira Victória Dantas da Rocha *et al.* Almond fixed oil from *Syagrus coronata* (Mart.) Becc. has antinociceptive and anti-inflammatory potential, without showing oral toxicity in mice. *Journal of Ethnopharmacology*, [s. l.], v. 331, p. 118283, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jep.2024.118283>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRANDÃO, Luiz Eduardo Mateus *et al.* Passiflora cincinnata extract delays the development of motor signs and prevents dopaminergic loss in a mice model of parkinson's disease. *Evidence-based Complementary and Alternative Medicine*, [s. l.], v. 2017, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1155/2017/8429290>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.715, de 26 de setembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 set. 2023a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11715.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11715.htm). Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 maio 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm). Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *MCTI anuncia investimento de R\$ 11,3 milhões em centro de pesquisa de medicamentos na Bahia*. Brasília, DF, 16 set. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/09/mcti-anuncia-investimento-de-r-11-3-milhoes-em-centro-de-pesquisa-de-medicamentos-na-bahia>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plantas medicinais e fitoterápicos no SUS*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/plantas-medicinais-e-fitoterapicos/plantas-medicinais-e-fitoterapicos-no-sus>. Acesso em: 10 jul. 2025a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.261, de 8 de dezembro de 2023. Estabelece a Matriz de Desafios Produtivos e Tecnológicos em Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 dez. 2023b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-2.261-de-8-de-dezembro-de-2023-529259361>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Nova Indústria Brasil: Plano de Ação para a Neointustrialização: 2024-2026*. Brasília, DF: MDIC, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/plano-de-acao/nova-industria-brasil-plano-de-acao-2024-2026-1.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. *Bahia abre mais de 12 mil novos postos formais de trabalho em maio*. Brasília, DF, 01 jul. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/numeros-do-novo-caged-em-2025/05/bahia-abr-e-mais-de-12-mil-novos-postos-formais-de-trabalho-em-maio>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CARVALHO, Ana Carla C. S. *et al.* Evidence of the mechanism of action of *Erythrina velutina* Willd (Fabaceae) leaves aqueous extract. *Journal of Ethnopharmacology*, [s. l.], v. 122, n. 2, p. 374-378, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jep.2008.12.019>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA; CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. *Sumário executivo: PIB do agronegócio: 4º trimestre de 2024*. Piracicaba: CEPEA/Esalq/USP, 2025. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/sumario-executivo-pib-do-agronegocio-4o-trimestre-de-2024>. Acesso em: 30 mar. 2026.

CHACON, Daisy Sotero *et al.* Erythrina velutina Willd. alkaloids: Piecing biosynthesis together from transcriptome analysis and metabolite profiling of seeds and leaves. *Journal of Advanced Research*, [s. l.], v. 34, p. 123-136, Dec. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2090123221000242?via%3Dihub>. Acesso em: 10 jul. 2025

COSTA, Luisa Taynara Silvério da *et al.* Toxicity and anti-inflammatory effects of Agave sisalana extract derived from agroindustrial residue. *Plants*, [s. l.], v. 12, n. 7, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2223-7747/12/7/1523/pdf?version=1680830810>. Acesso em: 11 jul. 2025.

DOMINGOS, Flávia Regina; SILVA, Maria Arlene Pessoa da. Uso, conhecimento e conservação de Myracrodruon urundeuva: uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 9, n. 11, p. 1-60, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/8851/8724>. Acesso em: 5 jul. 2025.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. *Estudante utiliza árvore da mangaba para criar substância que auxilia na cicatrização de feridas em diabéticos*. Brasília, DF, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional/2021/03/estudante-utiliz-a-arvore-da-mangaba-para-criar-substancia-que-auxilia-na>. Acesso em: 11 jul. 2025.

EXPORTAÇÕES baianas crescem 3,6% em 2024, apesar de desafios econômicos. *Revista Let's Go Bahia*, Salvador, 08 jan. 2025. Disponível em: <https://lets gobahia.com.br/noticia/default/exportacoes-baianas-crescem-36-em-2024-apesar-de-desafios-economicos>. Acesso em: 7 jun. 2025.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois *et al.* O complexo econômico-industrial da saúde: elementos para uma articulação virtuosa entre saúde e desenvolvimento. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 92, p. 21-30, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bNLYhCKFqnhC7k96CbLzcmz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2025.

GFI BRASIL. *Licuri, the gold of the backlands, could also be the new bet for the alternative protein market*. [S. l.], 23 Mar. 2022. Disponível em: <https://gfi.org.br/en/licuri-o-ouro-d-o-sertao-tambem-pode-ser-a-nova-aposta-do-mercado-de-proteinas-alternativas/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

IBERDROLA. *Bioeconomy: the challenges of a key model for sustainable development*. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/sustainability/bioeconomy-what-is-it>. Acesso em: 2 jun. 2025.

INOCÊNCIO, Emília Silva *et al.* Exploring the potential of licuri (*Syagrus coronata*) using sustainable techniques and solvents for extracting bioactive compounds. *Sustainability*, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 1-13, 2025. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/17/4/1507/pdf?version=1739353178>. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção de sisal (fibra)*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/sisal-fibra/ba>. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Instrução Normativa ICMBio nº 21, de 18 de dezembro de 2018. Disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/pan/saiba-mais/documentos-e-downloads/01\\_-\\_in\\_icmbio\\_no\\_21\\_de\\_18\\_de\\_dez\\_de\\_2018\\_retificada-1.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/pan/saiba-mais/documentos-e-downloads/01_-_in_icmbio_no_21_de_18_de_dez_de_2018_retificada-1.pdf). Acesso em: 10 jul. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN)*. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/pan>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LABOISSIÈRE, Paula. *Brasil estima déficit de R\$ 20 bi com insumos farmacêuticos importados*. Brasília, DF, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-08/brasil-estima-deficit-de-r-20-bi-com-insumos-farmaceticos-importados>. Acesso em: 10 jul. 2025.

NAVEEN, J. *et al.* Mechanical and physical properties of sisal and hybrid sisal fiber-reinforced polymer composites. In: JAWAID, Mohammad; THARIQ, Mohamed; SABA, Naheed. *Mechanical and physical testing of biocomposites, fibre-reinforced composites and hybrid composites*. Cambridge: Woodhead Publishing, 2019. p. 427-440. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/B9780081022924000217>. Acesso em: 10 jul. 2025.

NOGUEIRA, Felipe Romici Zane Lordelo *et al.* Post-electrospinning surface functionalization of PCL nanofibrous membranes with sisal extracts: extract-dependent cytocompatibility and bioactivity. *Cosmetics*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 1-24, 2026. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2079-9284/13/2/80/pdf?version=1774608204>. Acesso em: 30 mar. 2026.

OLIVEIRA JÚNIOR, Raimundo Gonçalves de *et al.* Photoprotective potential of *Passiflora cincinnata* mast. (Passifloraceae) hydro-alcoholic extracts. *Chemistry & Biodiversity*, [s. l.], v. 21, p. 1-8, 2024. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/cbdv.202401271>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PEREIRA, Aline C. *et al.* Hancornia speciosa Gomes (Apocynaceae) as a potential anti-diabetic drug. *Journal Ethnopharmacology*, [s. l.], v. 161, p. 30-35, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378874114008708?via%3Dihub>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PEREIRA, Delávila Pinheiro *et al.* Potencial biotecnológico da aroeira vermelha (*Schinus terebinthifolius* Raddi): uma revisão narrativa. *Revista Saúde e Meio Ambiente*, Três Lagoas, v. 13, n. 1, p. 25-37, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/13282>. Acesso em: 5 jul. 2025.

RIBEIRO, T. P. *et al.* Evaluation of cytotoxicity and genotoxicity of Hancornia speciosa latex in *Allium cepa* root model. *Brazilian Journal of Biology*, São Carlos, v. 76, n. 1, p. 245-249, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjb/a/7z3Hs3QDHX6yBMWB9Cbkzgr/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 11 jul. 2025.

RODRIGUES, Dalila Ribeiro *et al.* Phenotypic, genetic and symbiotic characterization of *Erythrina velutina* rhizobia from Caatinga dry forest. *Brazilian Journal of Microbiology*, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 503-512, 2018. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6112057/>. Acesso em: 29 maio 2024.

SANTOS, Robson de Andrade; BRANDÃO, Weliton Neves. *Sisal*. Brasília, DF, 09 dez. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-sisal/atividades-economicas/cultivos/sisal>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SILVA, Eduardo Oliveira *et al.* New records of *Passiflora* L. (Passifloraceae) species from Maranhão state and northeastern Brazil. *Check List: the journal of biodiversity data*, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 347-352, 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/59b1/09529881c2b98e3a022353fa2923ee59ebd5.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SILVA, Márcia M. B. da *et al.* Anatomy of leaf and stem of *Erythrina velutina*. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, Curitiba, v. 23, n. 2, p. 200-206, Mar./Apr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfar/a/643gQxNSYgKr9VtL7LSvTkk/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, Odilon Reny Ribeiro Ferreira da; BELTRÃO, Napoleão Esberard de Macêdo (ed.). *O agronegócio do sisal no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa-SPI; Campina Grande: Embrapa-CNPQ, 1999. (Circular técnica, 123). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/278171/1/CIRTEC123.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SOUZA, Mariluce Karla Bomfim de *et al.* Políticas de medicamentos, assistência farmacêutica e vigilância sanitária no Brasil: análise da atuação do estado no período de 2014 a 2018. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 208-229, ago. 2019. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/274/156>. Acesso em: 7 jun. 2025.

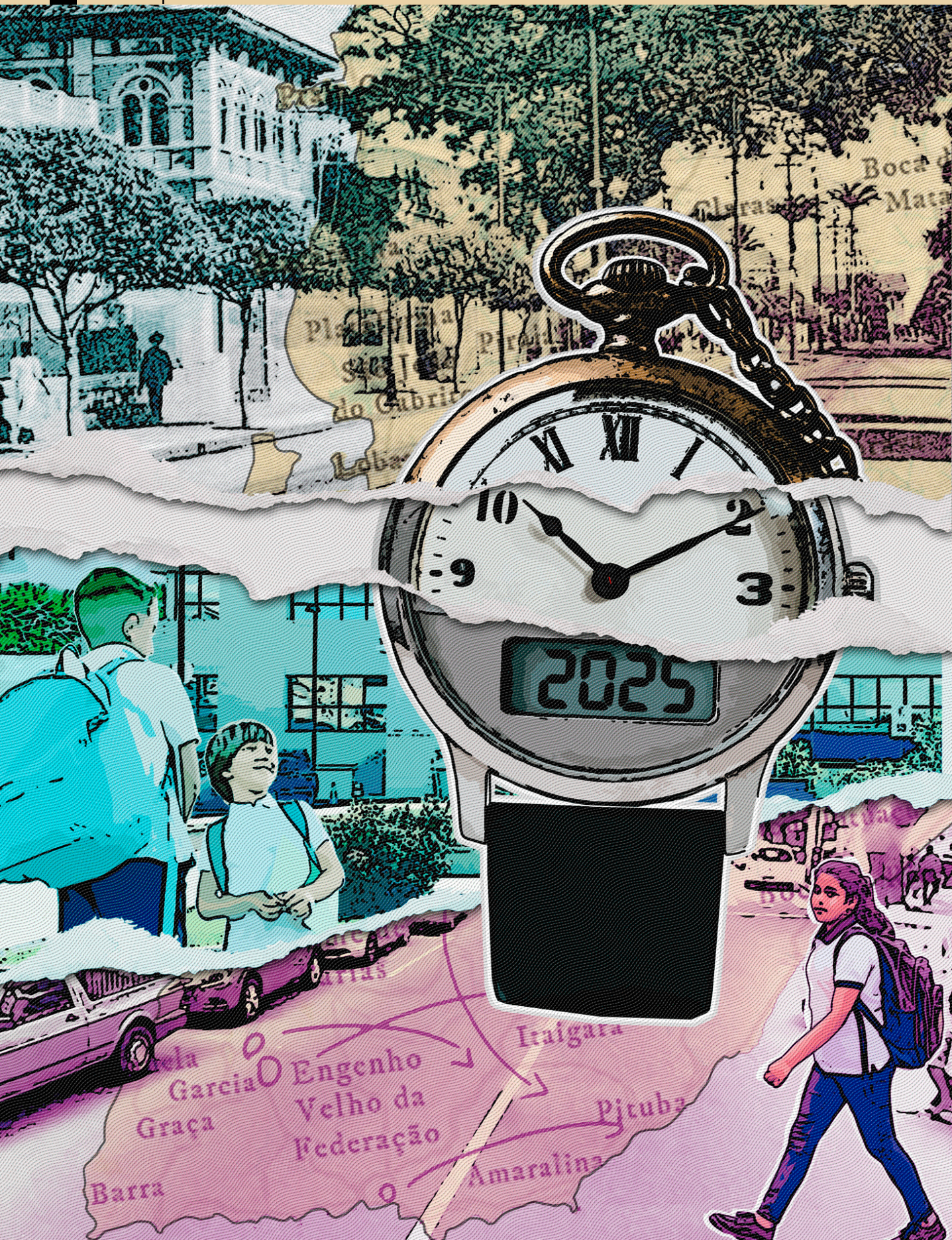
SOUZA, S. M. C. *et al.* Antiinflammatory and antiulcer properties of tannins from *Myracrodruon urundeuva* Allemão (Anacardiaceae) in rodents. *Phytotherapy Research*, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 220-225, 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17154231/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SOUZA, Talita Giselly dos Santos *et al.* Biological safety of *Syagrus coronata* (Mart.) Becc. fixed oil: cytotoxicity, acute oral toxicity, and genotoxicity studies. *Journal of Ethnopharmacology*, [s. l.], v. 272, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378874121001677/pdf?md5=f0e844805accbb5b277750416d3c272&pid=1-s2.0-S0378874121001677-main.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SRINIVASAKUMAR, P. *et al.* Sisal and its potential for creating innovative employment opportunities and economic prospects. *IOSR Journal of Mechanical and Civil Engineering*, [s. l.], v. 8, n. 6, p. 1-8, Sept./Oct. 2013. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jmce/papers/vol8-issue6/A0860108.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

TEIXEIRA, Maria da Glória *et al.* Sentinel areas: a monitoring strategy in public health. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1189-1195, set./out. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/HQVdHPZqxMBpjW5XMVkCQXD/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 7 jun. 2025.

VASCONCELOS, Silvânia M. *et al.* Anticonvulsant activity of hydroalcoholic extracts from *Erythrina velutina* and *Erythrina mulungu*. *Journal of Ethnopharmacology*, [s. l.], v. 110, n. 2, p. 271-274, 2007. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378874106004740?via%3Dihub>. Acesso em: 11 jul. 2025.



# OS IMPULSOS DE URBANIZAÇÃO DE SALVADOR (BA) SOB A ÓTICA DA DINÂMICA DAS LOCALIZAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARTICULAR

Maiesse Pinto El Sayegh Nunes  
Doutora em Planejamento Territorial  
pela Universidade Católica do Salvador  
(UCSal), mestre em Economia pela  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
e graduada em Ciências Econômicas  
pelo Centro Universitário Newton Paiva.  
<https://orcid.org/0009-0007-0236-3998>.  
[mpfnunes@uol.com.br](mailto:mpfnunes@uol.com.br)

<https://doi.org/10.56839/cp.i1209.4>

**AS CIDADES** são compostas por pessoas que residem em diversos tipos de moradia e utilizam uma variada gama de serviços, como os mercantis, financeiros, culturais e educacionais. Geralmente, as cidades brasileiras, conforme Singer (1980, p. 84), têm “um centro principal [...] os serviços urbanos se irradiam do centro à periferia [...] na medida em que a cidade vai crescendo, centros secundários de serviços vão surgindo em bairros [...]”. Nas áreas com maior disponibilidade de serviços, e por isso mais valorizadas, essa irradiação é conduzida pelos interesses do capital imobiliário. O funcionamento do mercado imobiliário “faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, capazes de pagar um preço alto pelo direito de morar” (Singer, 1980, p. 82).



[Neste artigo] realiza-se uma análise da expansão da cidade e da rede de escolas implantadas ao longo das últimas décadas, considerando não apenas os novos estabelecimentos, mas os que permanecem em seus locais de origem

Em outros termos, o crescimento das cidades provoca forças de urbanização (impulsos) que podem manter, modificar ou substituir as formas urbanas, assim como as condições de oferta e de consumo de bens e serviços. Ou seja, as transformações do espaço urbano ocorrem em decorrência das atividades produtivas, enquanto os interesses do mercado imobiliário fazem com que o movimento de mudança das classes de alta renda para outras regiões torne-se mais atrativo.

Historicamente, há uma mobilidade espacial no segmento de educação, quer pelo deslocamento de alunos de pequenas cidades para os grandes centros, quer pela passagem do ensino fundamental para o ensino médio, ou por ajustes dos locais de moradia dos estudantes devido a alterações na renda familiar. Em paralelo, as mudanças dessas instituições de ensino, com a abertura de novas unidades em áreas que acompanham o deslocamento das camadas de renda mais alta, aumentam a concorrência no interior do segmento.

Em relação a Salvador, a evolução urbana avançou lentamente a partir de um impulso inicial de ocupação dos bairros centrais, aumentando o ritmo de urbanização com a abertura das avenidas de vale<sup>1</sup>. Esse impulso produziu a formação de um novo centro: Pituba-Iguatemi-Rodoviária; na etapa seguinte de urbanização, a metropolização e o capital imobiliário pressionaram por novas transformações urbanas e pela atualização dos serviços de infraestrutura.

O objetivo deste artigo é investigar as decisões quanto à localização dos estabelecimentos de ensino privado, que atendem alunos do nível fundamental até o nível médio, em decorrência das transformações produzidas pelos impulsos de urbanização de Salvador.

Com base em autores como Nunes (2023), Pedrão (2017), Sampaio (2015), Santos (1988), Singer (1980), Vasconcelos (2016) e Villaça (2001), faz-se uma leitura dos conceitos de impulsos de urbanização e decisões sobre localização, juntamente com a análise do processo de urbanização de Salvador. Por meio de pesquisa em sites, reportagens e bibliografia histórica, realiza-se uma análise da expansão da cidade e da rede de escolas implantadas ao longo das últimas décadas, considerando não apenas os novos estabelecimentos, mas os que permanecem em seus locais de origem.

Constatou-se que algumas escolas mantiveram suas sedes nos bairros tradicionais, enquanto a maioria acompanhou o processo de urbanização,

1 Av. Mario Leal Ferreira (Bonocô), Av. Vasco da Gama, Av. Ogunjá e Vale do Canela.

seja com a abertura de novas unidades, seja com mudanças de localização. Ao final, destaca-se que, para o segmento estudado, as demandas por uma educação internacional representaram uma força de transformação urbana e do serviço prestado.

Verificou-se que parte das escolas permaneceu em bairros tradicionais, enquanto a maioria se deslocou ou expandiu suas unidades em consonância com o processo de urbanização da cidade.”

O espaço urbano modifica-se ao longo do tempo. Essas modificações ocorrem por meio de agentes, já representados pela Igreja, o Estado e o capital imobiliário

## URBANIZAÇÃO: IMPULSOS E DECISÕES SOBRE LOCALIZAÇÃO

As grandes metrópoles são mundialmente conhecidas como polos de atração de pessoas, pois representam novas oportunidades, tanto no âmbito cultural, quanto na esfera social, com possibilidades de avanço nos estudos ou no trabalho. Para o sociólogo da Universidade de Chicago Robert Park (Park; Burgess; McKenzie, 1967, p. 1), a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições, ou seja, a cidade não é só uma construção artificial, é um produto da natureza humana. Essa composição de pessoas influencia em sua forma de agrupamento. Para o autor, as cidades devem ser vistas de forma física, social, cultural e não somente econômica (Park; Burgess; McKenzie, 1967). Ainda segundo Park, a localização está diretamente relacionada com a mobilidade das pessoas, podendo também descrever determinados aspectos desse fenômeno social (Park; Burgess; McKenzie, 1967). A urbanização, portanto, não é apenas uma análise econômica: além de ser um fenômeno histórico, seus impulsos estão vinculados às decisões sobre localização.

### IMPULSOS DE URBANIZAÇÃO

As grandes cidades são muito diferentes quanto às suas formas e maneiras de crescimento. Conforme Santos (1988, p. 111), elas “estão inseridas em um espaço composto por dois elementos – configuração territorial e dinâmica social – que estão sempre interagindo [...]”. A direção e a forma de expansão da cidade dependem do sítio geográfico e dos agentes, sendo que o Estado e as grandes incorporadoras imobiliárias influenciam a lógica desse crescimento.

O espaço urbano modifica-se ao longo do tempo. Essas modificações ocorrem por meio de agentes, já representados pela Igreja, o Estado e o capital imobiliário. Os agentes atuam de modo significativo na transformação

O crescimento urbano é impulsionado por “escolhas de localizações que representam os vetores para os quais a cidade irá se expandir [...]”

dos espaços em cada momento histórico, valorizando-os ou não. O capital imobiliário, enquanto agente que atua junto com o Estado, influencia o processo de expansão das cidades. Já o papel do Estado na valorização dos terrenos urbanos, conforme Sampaio (2015, p. 466), determina “[...] a implantação de infraestruturas, beneficiando assim as novas áreas criadas pelo mercado imobiliário. [...] acarretando transformações no preço do solo [...]” (Sampaio, 2015, p. 466).

Segundo Pedrão (2002, p. 279) “a espacialidade das cidades criou impulsos de organização da produção e do consumo, que articularam partes de uma cidade, ou que ligaram a criação de setores urbanos com determinados feixes de relações interurbanas”. Os impulsos criados recebem influência de como ocorre o abastecimento dos serviços de produção e consumo, e da organização do sistema de transportes. Ocorre que, numa avaliação dinâmica, “o fenômeno histórico da urbanização conjuga processos com diferentes durações, nos quais as formas urbanas são sempre limites, tendem a ser superadas” (Pedrão, 2002, p. 277).

Por sua vez, com o crescimento das cidades, as tecnologias aplicadas nos sistemas de infraestrutura são substituídas ou atualizadas. Além disso, as formas urbanas – ruas, praças, avenidas – se transformam ou permanecem com elementos de épocas anteriores. “A ligação dos resultados físicos da urbanização com os movimentos de produção e do consumo permite acompanhar a expansão das cidades, como resultado da formação de capital e da expansão do consumo” (Pedrão, 2002, p. 278). Conforme Villaça (2001, p. 72), “o impulso que leva à produção de shopping centers, hipermercados e cidades novas é a tentativa do capital de produzir e transformar as localizações em mercadorias”.

## DECISÕES SOBRE LOCALIZAÇÃO

O crescimento urbano é impulsionado por “escolhas de localizações que representam os vetores para os quais a cidade irá se expandir. Essas escolhas são motivadas através dos agentes públicos e privados que influenciam a malha do tecido urbano” (Nunes, 2023, p. 42).

A escolha da localização é um conceito desenvolvido por George (1965, p. 648, tradução nossa) em seu artigo *Geographie et urbanisme*: “[...] uma cidade não tem um sítio na sua fundação, mas um conjunto de sítios associados, sobrepostos, complementares e antagônicos de cada vez, tanto que o local atual é muitas vezes uma soma de sucessivos locais históricos projetados e operados em menor escala”.

Cada pedaço desse espaço denominado urbano, de acordo com a sua localização, possui estruturas, símbolos e formas que o representam. Cada bairro tem suas próprias características. As possíveis articulações entre esses espaços também estão de acordo com a representatividade de uma região, de um bairro etc. Para o geógrafo Correa (1989, p. 9), o espaço urbano é “[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta. É assim a própria sociedade [...] materializada em formas espaciais”.

No que se refere à valorização desse espaço, não depende somente das benfeitorias. Conforme Singer (1980, p. 84), “basta lembrar que imóveis com as mesmas benfeitorias podem ter preços completamente diferentes, conforme sua localização. É comum que o preço de um imóvel seja constituído inteiramente pelo ‘valor’ do terreno”.

Acerca do espaço urbano, Villaça (2012, p. 32) explica que seu “principal valor de uso, a localização, parece derivar de trabalho feito fora dela, fora de um determinado terreno ou lote”. Para ele, o preço da terra/localização “é, portanto, um preço composto [...] cujo peso relativo variará de localização para localização, dentro de uma mesma cidade” (Villaça, 2012, p. 39).

No caso das metrópoles brasileiras, é necessário explicar por que as camadas de alta renda se localizam em áreas mais centrais, com maior oferta de serviços, “[...] ao mesmo tempo é preciso entender as implicações e as consequências dessas localizações; em resumo, é preciso explicar as localizações intraurbanas” (Villaça, 2001, p. 24-25).

A localização e a valorização imobiliária nas cidades, conforme Oliveira (2013, p. 85), seguem se modificando, bem como as condições que cada imóvel assume ao longo do tempo. Nesse sentido, a autora afirma que essa demanda não seria referente ao solo em si, mas ao valor, preço e padrões expressos na sua localização. “Fica evidenciado, portanto, a existência de movimento do valor na cidade” (Oliveira, 2013, p. 85).

Conforme visto, a localização possibilita um maior acesso às trocas de bens e serviços e outras interações com o restante da cidade ou, pelo menos, com a parte cujo funcionamento interessa aos moradores do solo criado. Esse solo se valoriza a partir da intervenção do setor privado. Acerca da apreciação imobiliária, Pedrão (2002, p. 14) analisa que, em algumas metrópoles, “[...] instalaram-se modos de expansão urbana em que convergem os interesses das alianças entre os blocos de poder político e os interesses do grande capital, determinando estilos de concentração e de verticalização [...].

A localização  
e a valorização  
imobiliária nas  
cidades, conforme  
Oliveira [...], seguem  
se modificando  
[...] essa demanda  
não seria referente  
ao solo em si, mas  
ao valor, preço e  
padrões expressos  
na sua localização

Salvador, a primeira capital do país, completou 476 anos no dia 29 de março de 2025. A cidade passou por diversas transformações espaciais ao longo dos anos

“A classe de renda mais alta possui residências em bairros privilegiados, locais com temperatura mais amena, arborizados e longe de fábricas. Essas residências, ao mesmo tempo, estão próximas de produtos e serviços para atender às suas necessidades” (Nunes, 2023, p. 40).

## IMPULSOS DE URBANIZAÇÃO EM SALVADOR

Salvador, a primeira capital do país, completou 476 anos no dia 29 de março de 2025. A cidade passou por diversas transformações espaciais ao longo dos anos, especialmente nos séculos XX e XXI. Essas transformações, conforme Pedrão (2017, p. 40), foram “iniciadas em 1967, com a reforma urbana de Salvador, que prosseguiu até a década de 1990. Em seguida, ocorreu o aprofundamento de tendências que marcaram a urbanização conduzida pelo capital imobiliário [...]”.

Nesse sentido, de forma resumida, apresentam-se os movimentos de urbanização desse período: o movimento inicial de ocupação dos bairros centrais; o novo centro Pituba-Iguatemi-Rodoviária; e a urbanização conduzida pelo capital imobiliário a partir dos anos 1990.

Villaça (2001, p. 130-132) observa que “uma metrópole litorânea pode ser reunida em dois grupos: as que têm um território para expansão de cerca de 180 ou 90 graus e aquelas que dispõem de 90 graus”. Por essa classificação, Salvador possui um território de expansão de 90°. O Farol da Barra, que se encontra na ponta da península, é o marco que delimita a orla oceânica e a orla da Baía de Todos os Santos. A Barra, por ser a ponta da península, segue a orla atlântica na direção leste até o bairro de Amaralina; e, na direção nordeste, faz divisa com a Baía de Todos-os-Santos em direção ao Centro Histórico e ao Subúrbio Ferroviário.

A ocupação urbana inicial ocorreu às margens da Baía de Todos-os-Santos. Essa área, que serviu de moradia para a classe média, possui até hoje casarões localizados nos bairros da Ribeira, do Bonfim e da Boa Viagem, inclusive com algumas outrora destinadas a veraneio. No início do século XX, de forma lenta, a ocupação urbana expandiu-se, partindo do Centro Histórico e bairros mais centrais em direção ao Corredor da Vitória, à Barra e à Graça. Conforme Vasconcelos (2016, p. 350), “os transportes revolucionaram a acessibilidade à área, seja entre a Cidade Baixa e Alta, seja através de bondes elétricos”. Com a facilidade de mobilidade por meio de veículos automotores, na segunda metade do século XX, as classes de rendas mais altas deslocaram-se no sentido da Avenida Sete de Setembro-Corredor da Vitória, em direção à orla atlântica, ocupando os bairros Corredor da Vitória, Graça

e Barra, e preservando o traço histórico do Campo Grande, do Canela e do Garcia. Apesar dessas transformações, a cidade conservou uma estrutura mononuclear, com seu centro formado pela Cidade Baixa e a Cidade Alta.

Um segundo impulso de urbanização ocorreu na década de 1970, com a implantação de um moderno sistema viário, com novos acessos às avenidas de vale. Surgiram as avenidas Antônio Carlos Magalhães, Vale do Bonocô, Garibaldi, Luís Viana Filho, Juracy Magalhães, Magalhães Neto e Reitor Miguel Calmon (Vale do Canela); e, como parte dessa expansão, a implantação do Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Conforme Ângela Gordilho Souza (2008, p. 114), a abertura dessas avenidas, juntamente com outros fatores, viabilizou o estabelecimento do novo centro urbano, “com a construção da nova Rodoviária e do Shopping Center Iguatemi, no entroncamento da Av. Paralela com o Acesso Norte”. O novo centro urbano abriu novas oportunidades de negócios para o capital imobiliário. De acordo com Sampaio (2015, p. 241), o novo centro foi impulsionado pela “[...] malha expandida, com extensas áreas de terras vazias próximas às novas vias, e a legislação urbanística flexibilizada horizontal e vertical, implodindo a velha forma urbana de característica mononuclear herdada do século XIX”. Os novos empreendimentos residenciais foram direcionados para as classes de rendas médias e altas.

O relatório *Uma Política Habitacional para Salvador*, de 1985, coordenado por Fernando Pedrão, analisou o crescimento demográfico de Salvador entre os anos 1970/1980, período de forte expansão urbana. O resultado desse trabalho demonstrou que houve uma migração de parte das classes média e alta, que residiam em bairros tradicionais como Nazaré, Bonfim, Ribeira, Campo Grande e Federação, para novos espaços planejados na orla atlântica, como Pituba e Stiep (Pedrão, 1985).

O impulso de urbanização seguinte, conduzido pelo capital imobiliário, verificou-se a partir de 1990. Conforme Nunes (2023, p. 132), “o capital imobiliário transformou a Avenida Paralela em um eixo paralelo (literalmente) ao vetor de crescimento Norte da Orla Atlântica”. A partir do ano 2000, como parte desse movimento, foram construídos muitos empreendimentos voltados para as classes com rendas médias e altas, tais como: os condomínios Alphaville e Le Park, na Avenida Paralela, e o Greenville, na Avenida Pinto de Aguiar.

Em resumo, a valorização imobiliária consolidou o Corredor da Vitória como um dos metros quadrados mais caros da cidade. Os bairros da região da Pituba-Itaigara-Iguatemi permanecem valorizados e compondo a demanda por moradia para os novos contingentes de rendas médias. Além disso, os

Um segundo impulso de urbanização ocorreu na década de 1970, com a implantação de um moderno sistema viário, com novos acessos às avenidas de vale [...]. O impulso de urbanização seguinte, conduzido pelo capital imobiliário, verificou-se a partir de 1990

condomínios implantados ao longo da Avenida Paralela e suas transversais (sentido Orla) apresentam o terceiro metro quadrado mais caro de Salvador.

## A OFERTA DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PARA RENDAS MAIS ALTAS

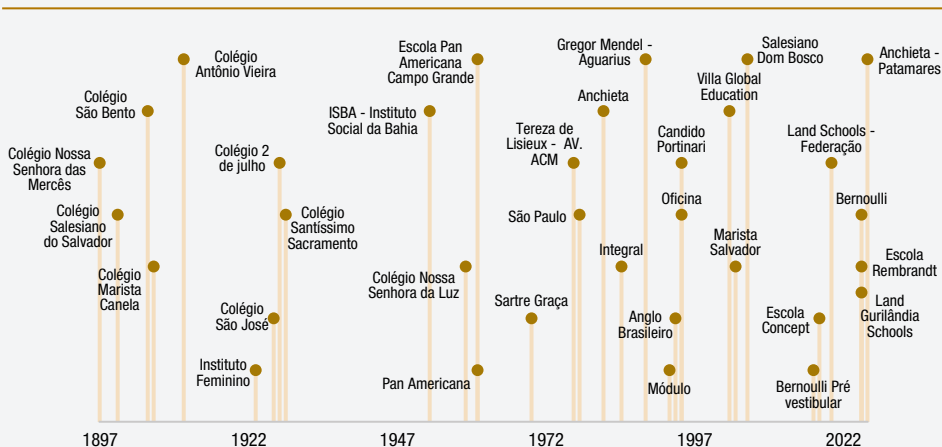
Os impulsos de urbanização são sempre acompanhados pela oferta de serviços. Nesse setor, a trajetória dos serviços educacionais da rede privada irá acompanhar a expansão urbana de Salvador. Durante muitos séculos, o crescimento da cidade manteve-se às margens da Baía de Todos-os-Santos, e sua expansão ocorria em áreas contíguas aos bairros centrais.

Na primeira área de expansão em direção à orla atlântica, no bairro da Pituba e adjacências, escolas foram abertas para atender ao público que passou a residir próximo à nova centralidade de Salvador – Shopping Iguatemi, terminal rodoviário e o bairro Caminho das Árvores, implantado pela construtora Odebrecht.

A partir da década de 2000, os bairros de Pituauçu e Patamares, além das áreas à margem da Av. Paralela, recebem uma grande quantidade de novos empreendimentos imobiliários, com as características da nova globalização. São empreendimentos com muitas torres, proporcionando a expansão dos serviços e do comércio da cidade, voltados para esse novo público.

O Gráfico 1 apresenta o ano de criação das escolas da cidade entre os anos 1897 e 2025.

**Gráfico 1**  
Ano de criação das escolas – Salvador (BA) – 1897-2022



Fonte: elaboração própria (2025).

Na primeira área de expansão<sup>2</sup>, a escola mais antiga, de origem católica, foi inaugurada em 1958, a partir daí surgiram mais quatro na década de 1980, três na década de 1990, além de duas que foram instaladas em 2024. Essa área se mantém valorizada e atrativa para novos empreendimentos.

Na segunda área de expansão<sup>3</sup>, foram criadas três novas unidades das que já existiam originariamente na área central. Na sequência, o *boom* de escolas nessa região ocorreu a partir do século XXI, e continuaram sendo inauguradas em 2024 e 2025, sendo algumas novas e outras como filiais.

Nas seções seguintes são investigadas as “escolhas” quanto à localização, realizadas pelos estabelecimentos de ensino privado a partir de três momentos: inicialmente, na primeira metade do século XX, nos bairros centrais e em seus arredores; posteriormente, seguindo a expansão da cidade em direção às áreas ocupadas por indivíduos com rendas mais elevadas, em um momento de crescimento da classe média; e finalmente, a expansão sob a liderança do capital imobiliário.

Durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, as escolas católicas exerciam uma forte presença em Salvador, e eram a maioria entre as instituições educacionais localizadas na região central

## AS ESCOLAS NOS BAIRROS CENTRAIS

Durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, as escolas católicas exerciam uma forte presença em Salvador, e eram a maioria entre as instituições educacionais localizadas na região central. Refletindo essa presença na sociedade, as escolas direcionadas para as parcelas da população com rendas mais altas eram predominantemente católicas, e englobavam atividades de educação, evangelização e assistência social. Nesse período, muitas escolas católicas se estabeleceram em bairros como Bonfim, na Cidade Baixa, e nas áreas mais centrais da Cidade Alta, conforme descrito do Quadro 1.

2 Iguatemi, Pituba, Caminho das Árvores.

3 Patamares, Pituáçu, Paralela.

**Quadro 1**  
Localização das escolas privadas na região Central – Salvador (BA)

Estabelecimento de ensino	Ano	Bairro	Observações
Instituto Nossa Senhora do Salette	1858	Barris	Rede de Educação Vicentina
Colégio Nossa Senhora das Mercês	1897	Mercês	Fechado - 2022
Colégio Salesiano do Salvador	1900	Nazaré	Programa Bilingue
Colégio São Bento	1905	Centro	120 anos de tradição
Colégio Marista	1906	Canela	Fechado - 2009
Colégio Antônio Vieira	1911	Garcia (1930)	Educação Bilingue
Instituto Feminino	1923	Politeama (1939)	Fechado - 1985
Colégio São José	1926	Bonfim (1939)	Parceria Fisk
Colégio 2 de julho	1927	Garcia	Fechado - 2024
Colégio Santíssimo Sacramento	1928	Garcia	Programa Bilingue
Instituto Social da Bahia (ISBA)	1952	Ondina	Fechado - 2020
Escola Pan Americana	1960	Campo Grande	Fechado - 1973
Sartre Garcia	1969	Graça	Fechado - 2021
Land Gurilândia Schools	2019	Federação	Educação Internacional e Bilingue

Fonte: elaboração própria (2025).

Ao analisar a relação entre expansão urbana e instituições educacionais presentes nos bairros centrais, observa-se que algumas unidades permanecem em sua localização inicial, eventualmente com pequenas mudanças, mas mantendo-se a região original, não se deslocando com a expansão urbana. Um exemplo é o Colégio São José, inicialmente fundado no bairro de Roma (1926), mudou-se para o Bonfim em 1939 (Colégio São José, 2025). Trata-se de uma instituição consolidada, com 99 anos de existência, em um bairro tradicional na Cidade Baixa.

Muitas dessas escolas, que iniciaram suas atividades em bairros mais centrais como Dois de Julho, Dique do Tororó e Centro Histórico, transferiram-se para o Garcia, onde puderam dispor de amplas áreas. O Colégio Antônio Vieira (2025), por exemplo, localizado no referido bairro, ocupa uma área de mais de 10 mil m<sup>2</sup>. Em meio a tantas escolas católicas, o Colégio Dois de Julho iniciou suas atividades em 1927, por meio da comissão de missão e relações ecumênicas da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos (Faculdade 2 de Julho, 2008). A partir do século XXI foi diminuindo o número de alunos e não ofertando algumas séries. Por fim, nos últimos tempos, funcionou com as turmas do 4º ao 9º ano, encerrando suas atividades em 2024.

Algumas das instituições de ensino apresentadas no Quadro 1 mudaram de endereço ou abriram filiais, enquanto outras encerraram suas atividades. O Colégio São Bento (2025) e o Colégio Sacramentinas (2025), por exemplo, mantiveram-se em suas localizações iniciais.

Em 2002, o Colégio Marista (Colégio Marista Salvador, 2025) encerrou suas atividades no Canela, transferindo sua sede para uma área em expansão

da orla atlântica. O Colégio Salesiano mantém sua sede em Nazaré, ao mesmo tempo que abriu uma filial, também em uma das áreas de expansão na Avenida Paralela (Colégio Salesiano do Salvador, 2025). Essas escolas que acompanharam a expansão urbana serão destacadas novamente em suas novas localizações.

A Pan-Americana School of Bahia, uma escola internacional americana, iniciou suas atividades em 1960, sendo destinada exclusivamente a descendentes de norte-americanos. Já na década de 1970, fechou a unidade do Campo Grande e, seguindo a zona de expansão, mudou-se para o bairro de Patamares (Escola Pan Americana da Bahia, 2025).

Contudo, algumas das instituições listadas no Quadro 1 encerraram definitivamente suas atividades; isto é, nem mudaram a localização, nem abriram filiais. Este é o caso do Instituto Social da Bahia (ISBA) em 2020, localizado no bairro de Ondina; do Colégio das Mercês em 2022, sediado nas Mercês, do Instituto Feminino em 1985, no Politeama, e do Sartre em 2021, localizado no bairro da Graça (Colégio Nossa Senhora das Mercês, 2025; Fundação Instituto Feminino da Bahia, 2025; G1 Bahia, 2020).

## ESCOLAS PARA A CLASSE MÉDIA NO NOVO CENTRO

Nos anos 1960, o bairro da Pituba recebia seus primeiros moradores, notadamente representantes da classe média. A ocupação ocorreu a partir da Avenida Paulo VI, que ainda não contava com pavimentação. Essa avenida, caracterizada à época por edificações de muro baixo e eminentemente residenciais, recebeu as instalações do Colégio Militar, que ainda hoje ocupa uma vasta área na região.

A expansão da cidade em direção à orla atlântica acentuou-se a partir da década de 1970, e os serviços educacionais, naturalmente, acompanharam os residentes dos novos espaços ocupados. Na década de 1980, novas escolas foram surgindo para também atender ao crescente número de pessoas que passavam a residir na capital baiana.

A expansão da cidade em direção à orla atlântica acentuou-se a partir da década de 1970, e os serviços educacionais, naturalmente, acompanharam os residentes dos novos espaços ocupados

**Quadro 2**  
Localização das escolas na primeira área de expansão – Salvador (BA)

Estabelecimento de ensino	Ano	Bairro	Observações
Colégio Nossa Senhora da Luz	1958	Pituba	Programa bilíngue
Tereza de Lisieux	1976	Av. ACM	Fundada em 1954 no Rio Vermelho. Fechou em 2001
Anchieta	1981	Amaralina	Cambridge International School
São Paulo	1984	Itaigara	Cambridge International School
Integral	1984	Pituba	Projeto bilíngue
Gregor Mendel	1988	Pituba	Programa bilíngue
Módulo	1992	Av. Magalhães Neto	Bilíngue até o 9º ano
Candido Portinari	1994	Costa Azul	Cambridge International School
Oficina	1994	Caminho das Árvores	Parceiro da plataforma da educação SAS
Bernoulli Pré-vestibular	2016	Pituba	-
Bernoulli	2024	Caminho das Árvores	Programa bilíngue
Land Gurilândia Schools	2024	Costa Azul	Educação internacional e bilíngue

Fonte: elaboração própria (2025).

O Quadro 2 apresenta as escolas localizadas na área de expansão ao longo da orla atlântica, e que iniciaram suas atividades a partir da década de 1960.

Em 1966, devido à alta demanda, foi criada a Escola Tereza de Lisieux. Nessa escola estudaram muitos filhos dos então novos residentes desse bairro, que ainda se encontra em processo de ocupação. Em 2001, a escola encerrou suas atividades (CNPJ Biz, 2025).

Na década de 1980, novas escolas surgiram para também atender ao crescente número de pessoas que passaram a residir na capital baiana. Entre essas instituições estava o Colégio Anchieta, que foi inaugurado no bairro do Rio Vermelho, mudando-se para a Av. Visconde de Itaboraí, em Amaralina no ano de 1983. Em 2003, o Anchieta inaugurou sua nova sede na Praça Padre Anchieta, no bairro da Pituba (Colégio Anchieta, 2025).

O Colégio São Paulo (2025), que iniciou suas atividades no Canela 1977, mudou-se para a nova região de expansão, no bairro do Itaigara, em 1984. Em 2010 foi adquirido pelo Colégio Anchieta, permanecendo com o mesmo nome. Em 2022, a Rede Anchieta-São Paulo uniu-se ao grupo Inspira Rede de Educadores. Por sua vez, o colégio Módulo (2025) passou a fazer parte do grupo Bernoulli em 2015, continuando com o seu nome original. Ressalta-se que apenas a unidade da Praça Marconi, na Pituba – para alunos do 3º ano e do nível médio – denomina-se Bernoulli. Em 1994 foi fundado o colégio Candido Portinari (2025), no bairro do Stiep, e o Colégio Oficina, no bairro Caminho das Árvores, os quais permanecem nos seus locais de origem.

O Bernoulli, com sua unidade de pré-vestibular na Praça Marconi desde 2016, abriu nova unidade em 2024 para contemplar todas as séries (Colégio Bernoulli, 2025). Por sua vez, a Land School (2025), dando continuidade aos alunos da Gurilândia Pituba, abriu sua unidade no Costa Azul, também em 2024.

## A METROPOLIZAÇÃO E A ABERTURA DE NOVAS UNIDADES

Na década 1990, o movimento de expansão da cidade continuou seguindo a orla atlântica em direção ao bairro de Itapuã. As incorporadoras lançaram condomínios com amplos espaços, atendendo a uma nova configuração do mercado, residências com área de lazer contendo parques, piscinas, academias e espaços gourmet. O bairro de Patamares recebeu vários desses lançamentos. Nesse período, as escolas continuaram acompanhando a tendência da expansão de Salvador rumo ao norte, distanciando-se ainda mais da região de maior concentração inicial. Contudo, algumas unidades se mantiveram na Pituba, no Caminho das Árvores, no Stiep e em regiões adjacentes, bairros que continuam valorizados.

A Escola Pan Americana foi a primeira a se deslocar para essa região, começando a funcionar em Patamares em 1974, em uma área de 12 mil m<sup>2</sup> (Escola Pan Americana da Bahia, 2025); já o Anglo-Brasileiro, inaugurado em 1993, passou a ocupar uma área de 5 mil m<sup>2</sup> (Colégio Anglo Brasileiro, 2025). Outro que, em 2003, inaugurou nova sede, foi o Marista, ocupando uma área de 30 mil m<sup>2</sup>, onde funcionava a antiga chácara dos Maristas em Salvador (Colégio Marista Salvador, 2025).

No período de 2002 a 2012, a especulação imobiliária distanciou-se um pouco da orla atlântica e chegou à Avenida Paralela, sentido Centro-Aeroporto, localidade que passou a contar com edifícios residenciais inseridos em amplos condomínios fechados, loteamentos esses que se tornaram altamente valorizados.

Acompanhando a expansão urbana da cidade, novos colégios foram inaugurados para atender esses moradores e suprir as suas necessidades de serviços educacionais. Em janeiro de 2005, o Colégio Salesiano inaugurou uma nova unidade, o Salesiano Dom Bosco, na Avenida Paralela (Colégio Salesiano do Salvador, 2025). Já o Colégio Villa iniciou suas atividades em 2002, na mesma área onde funcionava a Faculdade Jorge Amado, na Avenida Paralela (Colégio Salesiano do Salvador, 2025). Em 2015 mudou-se para instalações mais amplas na mesma avenida, passando a denominar-se Villa Global Education (2025), com atendimento aos alunos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Em 2017, a Escola Concept e,

Na década 1990,  
o movimento de  
expansão da cidade  
continuou seguindo  
a orla atlântica  
em direção ao  
bairro de Itapuã

em 2025, a Rembrandt, juntamente com mais uma unidade do Colégio Anchieta, foram inauguradas em Patamares, atendendo aos alunos da educação infantil ao nível médio (Colégio Anchieta, 2025; Escola Concept, 2025; Escola Rembrandt, 2025).

**Quadro 3**  
Localização das escolas da segunda área de expansão – Salvador (BA)

Estabelecimento de ensino	Ano	Bairro	Observações
Pan Americana	1974	Patamares	International School
Anglo-Brasileiro	1993	Patamares	Educação multilíngue
Marista	2003	Patamares	Programa bilíngue e internacionalização
Salesiano Dom Bosco	2005	Av. Paralela	Programa bilíngue
Villa Global Education	2002	Av. Paralela	Currículo internacional
Escola Concept	2017	Av. Orlando Gomes	Apple Distinguished School
Escola Rembrandt	2024	Av. Paralela	Escola brasileira com programa bilíngue
Anchieta	2025	Patamares	Cambridge International School

Fonte: elaboração própria (2025).

A internacionalização, antes restrita às escolas Pan Americana e Anglo-Brasileiro, passa a ser ofertada às demais escolas, e para todas as idades. A Pan Americana foi a primeira a se instalar nessa nova área de expansão, o Anglo abriu sua primeira unidade nessa região quase 20 anos depois. No início do século XXI, eram três novas escolas, duas das quais já existiam na área central e uma nova sede, e as três restantes consolidando a necessidade do serviço educacional nessa área de expansão. O próximo tópico apresenta as escolas fundamentais.

## AS EXIGÊNCIAS POR UMA EDUCAÇÃO INTERNACIONAL

As escolas apresentadas a seguir, em sua maioria, atendem aos alunos dos níveis infantil e fundamental I. Durante o período indicado neste trabalho, algumas ampliaram suas atividades para também atender ao ensino fundamental II e ao ensino médio. A partir dos anos 2000, em consonância com a mudança no estilo de vida das pessoas, verificou-se um aumento significativo no número de escolas infantis, que passaram a existir em todos os bairros da cidade, atendendo a todas as classes sociais. Atualmente, existem mais de mil escolas infantis particulares espalhadas por Salvador. Aqui serão citadas algumas dessas instituições que acompanham os impulsos de crescimento da cidade, conforme discutido até o momento.

A seleção das escolas levou em consideração principalmente o bairro e as áreas de expansão de Salvador, bem como seu ano de criação. No Quadro 4, encontram-se as escolas selecionadas:

**Quadro 4**  
Localização das escolas infantis – Salvador (BA)

Escola	Ano	Bairro	Observações
Gurilândia International School	1960	Federação	Educação Internacional e Bilíngue
Recanto das Fadas	1968	Pituba	Bilíngue
Girassol	1971	Itaigara	Cambridge International School
Tempo de Criança – São Paulo	1979	Itaigara	Cambridge International School
Escola Criação	1985	Pituba	-
Módulo Criarte	1990	Caminho das Árvores	Bilingual Program
Anchietinha	1994	Itaigara	Fechou (2019)
Lua Nova	1998	Itaigara	Rio Vermelho (1985)
Gregor Mendel infantil	1998	Itaigara	Fechou (2024)
Villa Global Education	2002	Av. Paralela	International Curriculum Association (ICA)
Anchietinha	2006	Loteamento Aquarius	Cambridge International School
Maple Bear	2012	Av. Magalhães Neto	Escola Canadense
Anchietinha	2017	Bela Vista	Cambridge International School
Gurilândia International School	2022	Pituba	Educação internacional e bilíngue
Ybá	2024	Patamares	Programa bilíngue

Fonte: elaboração própria (2025).

A Escola Gurilândia surgiu no bairro da Federação em 1960, bairro onde mantém uma sede até a atualidade. Contudo, acompanhando o processo de globalização e o crescimento da cidade, em 2021 a instituição fez parceria com a Land Shcoll (2025), passando a se denominar Gurilândia International School (2025)<sup>4</sup>, tendo inaugurado uma filial no bairro da Pituba. Seguindo a tendência de globalização e educação internacional já no ensino infantil, a Villa Global Education, na Paralela, e a Maple Bear Salvador, escola canadense, na Avenida Magalhães Neto, na Pituba, também foram inauguradas na cidade nos anos 2002 e 2012, respectivamente.

Com a expansão da cidade no final dos anos 1960, inaugurou-se a escola infantil Recanto das Fadas (2025). Já nos anos 1970, a escola Girassol (2025) iniciou suas atividades em uma pequena casa, expandindo-se para imóveis vizinhos às instalações originais. Atualmente a instituição oferece turmas no currículo regular e integrado.

O colégio Anchietinha, que atende alunos da educação infantil ao nível fundamental I, foi inaugurado no bairro do Itaigara, em 1994, e esteve em funcionamento até 2019. Uma nova unidade da instituição foi aberta no Loteamento Aquarius em 2006, além do Anchietinha-Bela Vista (Fluency & Tech), implantado no final de 2017 (Colégio Anchieta, 2025).

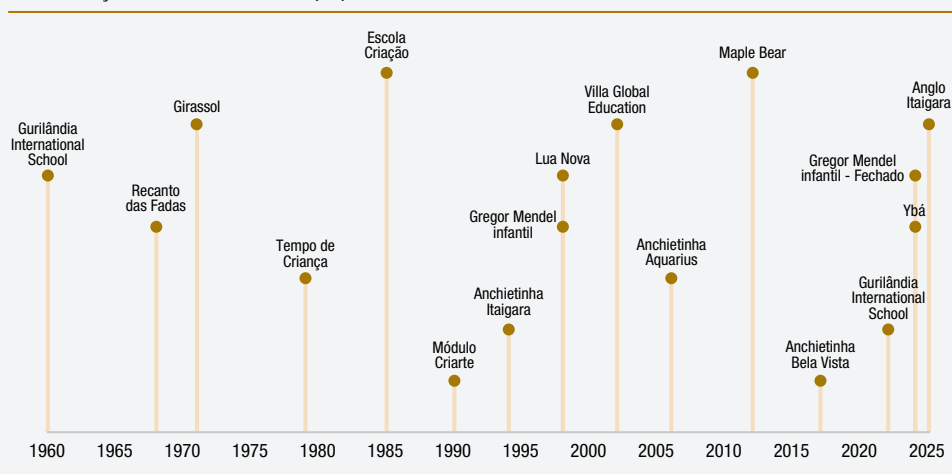
Em 1979 foi inaugurada a Escola Tempo de Criança (2025), no Caminho das Árvores, que, ao completar 46 anos, tornou-se Escola Tempo de

4 A Gurilândia já funcionava como escola bilíngue antes da parceria.

Criança-Colégio São Paulo. Em 1985, foi inaugurada a Escola Criação (2025), na Pituba. No mesmo ano, a Escola Lua Nova (2025) foi fundada no bairro do Rio Vermelho, mudando-se para o Itaigara em 1998. Na década de 1990 surgiram ainda o Modulo Criarte, no Caminho das Árvores (Colégio Módulo, 2025), e o Gregor Mendel infantil, no Itaigara, que encerrou suas atividades em 2024; o local passou a ser a unidade do Anglo Itaigara. Ainda em 2024, em Patamares, a escola infantil Ybá foi estabelecida (Escola Ybá, 2025).

O Gráfico 2 indica o ano de inauguração das escolas, além das datas de deslocamento das unidades ao longo das décadas.

**Gráfico 2**  
Ano de criação das escolas Salvador (BA) – 1960-2025



Fonte: elaboração própria (2025).

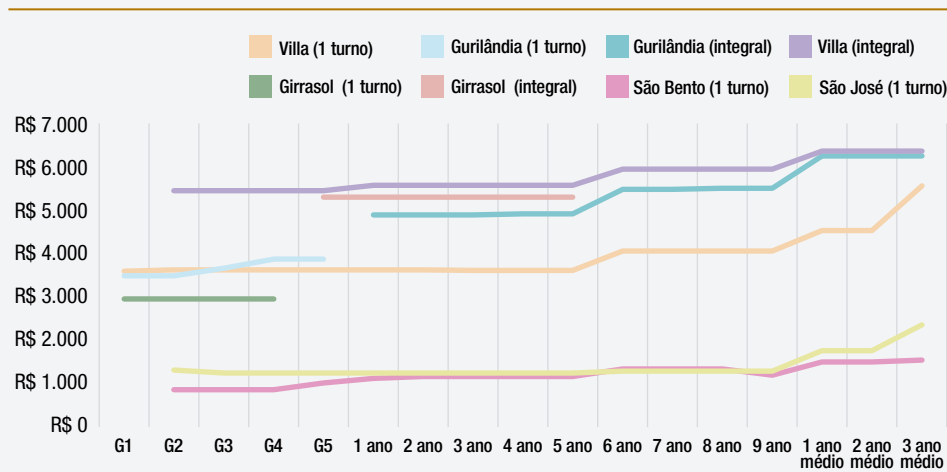
Entre os anos de 2020 e 2025, a maioria das escolas tornou-se bilíngue, principalmente nos dois últimos anos. A acentuação da globalização no século XXI fez com que muitas escolas tradicionais da cidade aqui citadas passassem a oferecer o sistema bilíngue. Essa tendência tornou-se um distintivo de qualidade, de forma que as novas escolas já iniciavam suas atividades adotando esse formato, em alguns casos, equivalente ao de escola internacional.

Quanto à oferta das escolas em relação aos turnos: a escola Pan Americana e a Anglo-Brasileiro oferecem turmas de turno integral, enquanto a Villa Global Education oferece turmas de turnos matutino, vespertino e integral. Outras escolas, tais como o Módulo Criarte, possuem o turno complementar, nesse caso existe a opção de não ficar no período oposto todos os dias.

## AS DIFERENÇAS DE MENSALIDADE ATRIBUÍDA À LOCALIZAÇÃO

No que se refere às mensalidades das escolas infantis localizadas nos bairros com contingentes de rendas média e alta, verifica-se uma referência em torno de R\$ 3.000,00, para o curriculum regular, equivalente a um turno, e a partir de R\$ 4.800,00 para turmas bilíngues, com dois turnos. O Gráfico 3, elaborado a partir de um levantamento de entrevistas e sites institucionais, indica as mensalidades de cinco escolas em que houve disponibilidade de dados, sendo duas localizadas na região central e na Cidade Baixa e três na área de expansão da orla atlântica.

**Gráfico 3**  
Mensalidades das escolas selecionadas – Salvador (BA) – 2025



Fonte: elaboração própria (2025).

As duas escolas com valores mais acessíveis, em torno de R\$ 1.000,00, apresentam aumento na mensalidade somente no 3º ano do ensino médio. Esses valores consideram apenas um turno e são referentes às escolas da região central.

As mensalidades de uma escola internacional, apresentadas nas linhas azuis e laranjas que se mesclam equivalem a apenas um turno e giram em torno de R\$ 3.000,00 para educação infantil até fundamental I, subindo para a faixa de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.500,00 para fundamental II até o 3º ano do ensino médio.

Já as mensalidades de uma escola internacional com turno integral equivalem à terceira faixa, em torno de R\$ 5.000,00. Do 1º ao 5º ano giram em torno de R\$ 5.000,00 e, a partir do 6º ano, variam entre R\$ 5.000,00

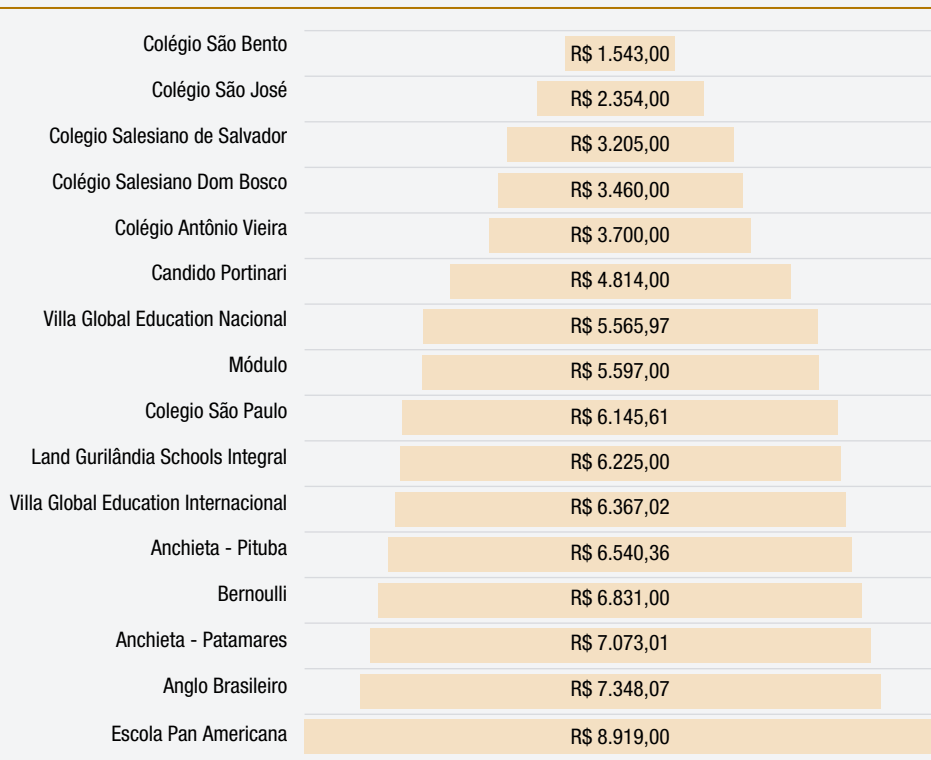
e R\$ 6.000,00, enquanto, para o terceiro ano do ensino médio, os valores ultrapassam essa barreira.

Embora o Gráfico 3 não apresente as mensalidades de todas as escolas listadas neste artigo, suas informações são relevantes, pois associam dados de localização, grau de internacionalização e mensalidades. Conforme observado, as escolas bilíngues e internacionais, que atendem a uma classe de renda alta, cobram valores diferenciados. Destaque-se a quantidade significativa de escolas internacionais que iniciaram suas atividades nos últimos anos acompanhando o ritmo da globalização.

Por sua vez, o terceiro ano do ensino médio corresponde a um ciclo em que as mensalidades das escolas apresentam-se mais caras, devido ao fato de ser um período preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que demanda um maior número de horas/aulas.

O Gráfico 4 apresenta as mensalidades escolares do ano de 2025 para as turmas do terceiro ano, encontradas nos sites das instituições, em reportagens de jornal (Brito, 2025; Polcri, 2024) e em pesquisa direta por meio de entrevista.

**Gráfico 4**  
Mensalidades do terceiro ano do ensino médio – Salvador (BA) – 2025



Fonte: elaboração própria (2025).

No primeiro bloco, com escolas de origem católica localizadas nas áreas centrais da cidade, as mensalidades para as turmas do terceiro ano do ensino médio ficam entre R\$ 1.500,00 a R\$ 3.700,00, com exceção do Salesiano Dom Bosco que se encontra nessa faixa, mas está localizado na área de expansão da Paralela.

Com mensalidades na faixa de R\$ 4.800,00 a R\$ 6.800,00, estão as escolas localizadas na área de expansão da Pituba e adjacências, com exceção da Land School que possui uma unidade na Federação.

As três escolas que estão na faixa de R\$ 7.000,00 a R\$ 9.000,00, estão todas instaladas em Patamares. Inclusive, em alguns dos casos, a mesma escola pode apresentar mensalidades distintas, a depender da sua localidade.

As mensalidades escolares não estão relacionadas exclusivamente com a localização, contudo, torna-se evidente que valores tão altos não seriam viáveis caso essas unidades estivessem distantes das áreas de expansão.

Para fins de comparação, nas escolinhas particulares localizadas nas áreas com contingentes de rendas mais baixas, as mensalidades aferidas giravam em torno de R\$ 250,00. Portanto, a localização constitui um fator predominante no resultado de uma maior ou menor receita das escolas, garantindo o retorno do capital investido, ao acompanhar o crescimento da cidade e a maximização da oferta de ensino nas áreas mais valorizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização de uma cidade é contínuo, sendo que, ao longo do tempo, algumas localizações vão-se valorizando, enquanto outras que se mantêm preservadas, não perdem valor, nem mudam suas funções urbanas. O objetivo deste artigo foi investigar de que forma as transformações urbanas produzidas pelos impulsos de urbanização de Salvador influenciaram as decisões de localização dos estabelecimentos privados de ensino que oferecem desde o ensino fundamental até o segundo grau.

Em Salvador, de certa forma, o impulso inicial de ocupação dos bairros centrais e adjacências, com maior duração e menor intensidade, dificultou o entendimento de como reagir diante da intensidade e duração do impulso de urbanização seguinte. Aqueles que, por um motivo ou por outro, se mantiveram nas mesmas instalações, não resistiram às pressões da crise de saúde pública iniciada em 2020. Cerca de 50% das escolas do centro

As mensalidades escolares não estão relacionadas exclusivamente com a localização, contudo, torna-se evidente que valores tão altos não seriam viáveis caso essas unidades estivessem distantes das áreas de expansão

tradicional e adjacências em Salvador fecharam suas portas em decorrência da pandemia de covid-19.

A intensidade do impulso de urbanização dos anos 1970 foi muito forte: novas avenidas de vale, um novo centro (Pituba-Iguatemi-Rodoviária) e novos bairros que passaram a concentrar contingentes de renda média. Uma situação de demanda a ser atendida, o que se configurou como uma oportunidade para a inserção de novos capitais na configuração existente dos estabelecimentos de ensino. Com isso, nos anos 1980 e 1990 foram criadas (ou ampliadas) unidades instaladas em edificações de vários andares.

O impulso seguinte de urbanização, decorrente da metropolização da cidade e da pressão do capital imobiliário pela atualização dos serviços de infraestrutura, não alterou o padrão de consumo da região anterior (Pituba-Iguatemi-Rodoviária). Com isso, os estabelecimentos implantados nos anos anteriores (1980-1990) permaneceram em suas localizações iniciais, sem serem impactados pelas novas unidades que surgiram nessa região no século XXI. Naturalmente surgiram novas unidades de ensino nas áreas abertas a partir desse novo impulso de urbanização. No entanto, as transformações sociais não somente exigiram uma atualização do serviço oferecido, com criaram novas oportunidades de investimento de capital. Havia a exigência por modelos de escola internacional e bilíngue, inclusive com turno integral. A diferenciação proporcionada pela entrada de novos ofertantes resultou numa elevação dos valores de mensalidades para um patamar acima dos praticados anteriormente, com intuito de obter maior lucratividade nas áreas mais valorizadas da cidade.

Em resumo, a trajetória de expansão urbana da cidade foi acompanhada pelos serviços de infraestrutura e a oferta de novos produtos e de serviços. As escolas privadas, objeto deste artigo, foram fundadas e se expandiram em conformidade com os impulsos de crescimento apresentados. Algumas unidades apresentaram capacidade suficiente para manter suas localizações nos bairros tradicionais, enquanto a maioria acompanhou o processo de urbanização em busca de maior lucratividade, seja com a abertura de novas unidades, seja com o deslocamento de suas instalações. Ao final, destaca-se que, para o segmento do objeto deste estudo, o desafio de atender às exigências por uma educação internacional representará mais uma força de transformação urbana e composição de oferta desse segmento.

## REFERÊNCIAS

- BRITO, Maria Raquel. Quase R\$ 9 mil por mês: veja mensalidades de colégios de Salvador. *Jornal Correio*, Salvador, 30 set. 2025. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/quase-r9-mil-por-mes-veja-mensalidades-de-colegios-de-salvador-0925>. Acesso em: 16 out. 2025.
- CNPJ BIZ. *Escola Teresa de Lisieux LTDA*. Disponível em: <https://cnpj.biz/15112709000156>. Acesso em: 12 out. 2025.
- COLÉGIO ANCHIETA. *História*. Disponível em: <https://www.anchietaba.com.br/historia/>. Acesso em: 10 out. 2025.
- COLÉGIO ANGLO BRASILEIRO. Disponível em: <https://colegioanglobrasileiro.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.
- COLÉGIO ANTÔNIO VIEIRA. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.colegioantoniovieira.com.br/o-vieira/quem-somos/>. Acesso em: 12 out. 2025.
- COLÉGIO BERNOULLI. *O caminho para o futuro*. Disponível em: <https://www.bernoulli.com.br/colegio/unidades/caminho-das-arvores/conheca/>. Acesso em: 16 out. 2025.
- COLÉGIO CÂNDIDO PORTINARI. *Nossos segmentos*. Disponível em: <https://www.portinari-ba.com.br/>. Acesso em: 15 out. 2025.
- COLÉGIO MARISTA SALVADOR. *Marista*. Disponível em: <https://colegiosmaristas.com.br/salvador/#diferenciais>. Acesso em: 1 out. 2025.
- COLÉGIO MÓDULO. *Sobre nós*: Colégio Módulo, uma escola completa. Disponível em: <https://portalmodulo.com.br/colegio/sobre-nos>. Acesso em: 5 out. 2025.
- COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS MERCÊS. *Comunicado à imprensa*: fechamento do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Disponível em: <http://www.colegiomercês.com.br/>. Acesso em: 18 out. 2025.
- COLÉGIO SACRAMENTINAS. *Sacramentinas*. Disponível em: <https://www.sacramentinasbrasil.com.br/>. Acesso em: 12 out. 2025.
- COLÉGIO SALESIANO DO SALVADOR. *Quem somos*: apresentação. Disponível em: <https://salesiano-ba.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 5 out. 2025.
- COLÉGIO SÃO BENTO SALVADOR. Disponível em: <https://colegiosaobentosalvador.com.br/>. Acesso em: 8 out. 2025.
- COLÉGIO SÃO JOSÉ. *Nossa história*. Disponível em: <https://www.csjose.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 12 out. 2025.
- COLÉGIO SÃO PAULO. *História*. Disponível em: <https://www.cspba.com.br/historia/>. Acesso em: 13 out. 2025.
- CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. 94 p.
- ESCOLA CONCEPT. *Sobre a Concept*: nossos campus. Disponível em: <https://www.escolaconcept.com.br/portuguese/sobre-a-escola/nossos-campus>. Acesso em: 20 out. 2025.
- ESCOLA CRIAÇÃO. *Conheça nossa escola*. Disponível em: <https://escolacriacao.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2025.

ESCOLA GIRASSOL. *Uma escolha com significado*: somos a Girassol. Disponível em: <https://escolagirassol.com.br/>. Acesso em: 15 out. 2025.

ESCOLA LUA NOVA. *A escola*. Disponível em: <https://www.escolaluanova.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2025.

ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA. *A Escola*. Disponível em: <https://pasb.com.br/a-escola/>. Acesso em: 20 out. 2025.

ESCOLA RECANTO DE FADAS. Disponível em: <https://recantodefadas.com.br/>. Acesso em: 18 out. 2025.

ESCOLA REMBRANDT. *Nossa escola*. Disponível em: <https://escolarembandt.com.br/nossa-escola/>. Acesso em: 19 out. 2025.

ESCOLA TEMPO DE CRIANÇA. *A escola*. Disponível em: <https://escolatempodecrianca.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2025.

ESCOLA YBÁ. *O jeito Ybá de educar*: Educação Infantil: Fundamental 1. Disponível em: <https://escolayba.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2025.

FACULDADE 2 DE JULHO. *2 de Julho*: 80 anos construindo o saber. Salvador: F2J, 2008. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/livro-80-anos-da-fundao-2-de-julho/39947852#6>. Acesso em: 15 out. 2025.

FUNDAÇÃO INSTITUTO FEMININO DA BAHIA. *História*. Disponível em: <https://institutofeminino.org.br/historia/>. Acesso em: 13 out. 2025.

G1 BAHIA. *Com mais de 50 anos de atuação, Colégio ISBA anuncia encerramento das atividades em Salvador; entenda*. Salvador, 22 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/10/22/com-mais-de-50-anos-de-atuacao-colegio-isb-a-anuncia-encerramento-das-atividades-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 2 out. 2025.

GEORGE, Pierre. *Geographie et urbanisme. Annales de Géographie*, Lyon, v. 76, n. 406, p. 641-659, nov./déc. 1965. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/geo\\_0003-4010\\_1965\\_num\\_74\\_406\\_18397](https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1965_num_74_406_18397). Acesso em: 10 set. 2025.

GURILÂNDIA INTERNATIONAL SCHOOL. *Educação internacional bilingue para um futuro sem fronteiras*. Disponível em: <https://www.gurilandia.com.br/>. Acesso em: 5 out. 2025.

LAND SCHOOL. *Sobre nós*. Disponível em: <https://www.landschool.com.br/nossa-escola/sobre-nos>. Acesso em: 5 out. 2025.

NUNES, Maiesse Pinto El Sayegh Nunes. *Produção do espaço urbano pelo capital imobiliário: o caso do Horto Bela Vista Salvador-BA*. São Paulo: Editora Dialética, 2023. 284 p.

OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. *A produção de escassez do espaço urbano: um estudo sobre o boom imobiliário, uso de transcons e apropriação de mais-valia fundiária urbana em Salvador-BA (1968-2008)*. 2013. 275 f. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18174/1/TESE%20MARGARETE.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W.; MCKENZIE, Roderick Duncan (ed.). *The city*. Chicago: University of Chicago Press, 1967. 240 p. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/73285>. Acesso em: 20 maio 2025.

PEDRÃO, Fernando. *A economia urbana*. Ilhéus: Editus, 2002. 288 p.

PEDRÃO, Fernando. O planejamento metropolitano necessário à Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 192, p. 39-55, jan./jun. 2017. Disponível em: [https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-06/cep\\_192.pdf](https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-06/cep_192.pdf). Acesso em: 20 set. 2025.

PEDRÃO, Fernando. *Uma política habitacional para Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1985.

POLCRI, Maysa. Mais de R\$ 90 mil por ano: veja a lista dos colégios mais caros de Salvador. *Jornal Correio*, Salvador, 18 out. 2024. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/mais-de-r90-mil-por-ano-veja-a-lista-dos-colegios-mais-caros-de-salvador-1024>. Acesso em: 1 out. 2025.

SAMPAIO, Antonio Heliodoro Lima. *Formas urbanas: cidade real & cidade ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Quarteto, 2015. 512 p.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988. 123 p.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 152 p.

SOUZA, Ângela Gordilho. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana de Salvador e perspectivas no final do século XX*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. 496 p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2016. 569 p.

VILLA GLOBAL EDUCATION. *Nosso propósito é formar pessoas fortes e felizes*. Disponível em: <https://www.campusvilla.com.br/#>. Acesso em: 1 out. 2025.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 373 p.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012. 296 p.



Isabel Ribeiro  
Mestra profissional em Gestão Ambiental na Indústria com foco em produção pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia da UFBA. Gerente da Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Bahia; membra do Conselho Regional de Economia da Bahia, do Conselho Deliberativo do Sebraeprev e do Conselho Fiscal da Associação Cultural Brasil-Estados Unidos (ACBEU).

# CONTRIBUIÇÕES DO SEBRAE BAHIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM 2025

Em um estado onde micro e pequenas empresas respondem pela maior parte da ocupação formal e informal da população, o Sebrae Bahia tem-se afirmado como um dos principais instrumentos de política econômica. Os dados do Relatório de Gestão 2025 indicam que a atuação da instituição tem produzido efeitos relevantes sobre faturamento, produtividade, ambiente de negócios e inclusão produtiva, com impactos diretos na dinâmica econômica do estado.

Em 2025, o Sebrae Bahia orientou as atividades de 184,7 mil micro e pequenas empresas, o equivalente a 41,7% do universo de ocupação formal no estado: os negócios apoiados apresentaram crescimento médio de faturamento e elevação na produtividade acima de 20%, indicadores expressivos para um segmento historicamente mais vulnerável a ciclos econômicos adversos.

Do ponto de vista macroeconômico regional, o fortalecimento dos pequenos negócios tem efeito multiplicador relevante. Ao elevar a eficiência e a capacidade de geração de renda das empresas locais, o Sebrae contribui para ampliar a circulação de recursos nos municípios, reduzir a mortalidade empresarial e sustentar o nível de emprego, sobretudo fora dos grandes centros urbanos.

Um dos eixos centrais da atuação do Sebrae Bahia é a melhoria do ambiente institucional. Por meio do Programa Cidade Empreendedora, a instituição atuou em 84 municípios, apoiando a modernização administrativa, a simplificação de processos e a formulação de políticas locais de desenvolvimento econômico. Foram mais de 14 mil horas de consultorias técnicas, além da implantação de 66 Salas do Empreendedor e da formação de 117 agentes de desenvolvimento.

O avanço mais emblemático está na desburocratização. Com a ampliação da REDESIM, hoje presente em 268 municípios, o tempo médio para abertura de empresas na Bahia caiu de 15 dias, em 2019, para apenas 11 horas, em 2025. A redução de custos de transação favorece a formalização, estimula o investimento produtivo e melhora o ambiente de negócios, fatores decisivos para a atração de capital e a expansão da base empresarial.

A estratégia do Sebrae Bahia combina crescimento com inclusão. Em 2025, 81% dos atendimentos alcançaram públicos sub-representados, como mulheres, pessoas com mais de 60 anos, população negra e empreendedores LGBTQIAP+. Programas como o Sebrae Delas e o Programa Plural ampliaram o acesso desses grupos a capacitação, crédito e mercados.

Nessa direção, o Projeto Pró-Catadores beneficiou 340 catadores de materiais recicláveis em 15 municípios, integrando inclusão socioprodutiva, economia circular e sustentabilidade ambiental. Ao estruturar organizações, apoiar a formalização e melhorar a gestão, o projeto transformou atividades de baixa renda em negócios economicamente viáveis, com impacto social e ambiental.

No horizonte de médio e longo prazo, o Sebrae Bahia aposta na educação empreendedora como política estruturante. Em 2025, as ações alcançaram 153 municípios, integrando metodologias de empreendedorismo às redes públicas de ensino e promovendo feiras e projetos voltados ao protagonismo juvenil.

Parcerias com instituições como Instituto Federal da Bahia (IFBA), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Central Única das Favelas (Cufa) ampliaram a escala da formação, conectando educação, inovação e mercado de trabalho. A implantação da Faculdade Sebrae – Polo Bahia, com cursos de pós-graduação nas áreas de gestão, inovação e desenvolvimento territorial, reforça a atuação da instituição também na formação de lideranças empresariais e públicas.

A atuação setorial do Sebrae Bahia alcançou cadeias estratégicas, como agronegócio, comércio, serviços, indústria, turismo, economia criativa e inovação. Projetos voltados para o café, o cacau, a fruticultura, o leite e derivados elevaram a produtividade, agregaram valor aos produtos e ampliaram o acesso a mercados nacionais e internacionais, fortalecendo economias regionais e identidades territoriais.

A atuação setorial do Sebrae Bahia alcançou cadeias estratégicas, como agronegócio, comércio, serviços, indústria, turismo, economia criativa e inovação

Os resultados de 2025 indicam que o Sebrae Bahia opera como um instrumento de política econômica territorial, articulando apoio empresarial, melhoria institucional e inclusão produtiva

Eventos como a e-Agro, a Feira Index e a Bahia Tech Experience movimentaram milhões de reais em expectativas e negócios realizados, além de impulsionar a adoção de tecnologias, práticas de ESG (Environmental, Social and Governance – Ambiental, Social e Governança) e processos de inovação entre pequenos empreendimentos.

Os resultados de 2025 indicam que o Sebrae Bahia opera como um instrumento de política econômica territorial, articulando apoio empresarial, melhoria institucional e inclusão produtiva. Em um estado com fortes assimetrias regionais, a estratégia contribui para descentralizar o crescimento, fortalecer economias locais e reduzir vulnerabilidades estruturais.

Mais do que uma política de apoio ao empreendedor individual, a atuação do Sebrae Bahia revela uma abordagem sistêmica de desenvolvimento, com impactos que extrapolam o universo empresarial e se refletem na dinâmica econômica e social do estado.



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



## INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento (Seplan), gera um amplo e diversificado leque de informações que retratam a realidade baiana. Estatísticas, pesquisas e análises descrevem o estado nos seus mais diferentes aspectos, formando uma base de dados indispensável ao desenvolvimento de políticas públicas. O resultado deste trabalho pode ser visto nos diversos títulos publicados anualmente pela instituição e nos resultados das pesquisas disseminadas periodicamente.

### Principais Publicações e Plataformas

Acesse todo o conteúdo da SEI ▾

SEIColab ▾



SEIGEO ▾



InfoVis Bahia ▾



SEI Municípios ▾



BA&D Bahia Análise & Dados ▾



C&P Conjuntura & Planejamento ▾



SEP Série Estudos e Pesquisas ▾



Recortes Sociais ▾



Panorama das Contas Públicas ▾

Anuário do Emprego Formal da Bahia ▸



Anuário Estatístico da Bahia ▾



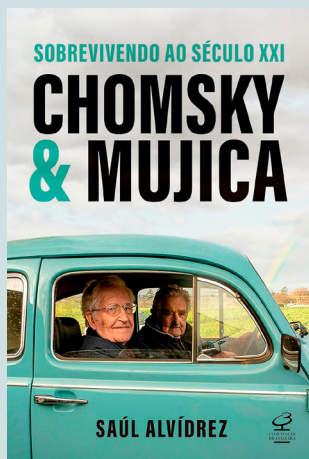


## CRÉDITO VALE MAIS QUE DINHEIRO: APRENDA COMO CRIAR PATRIMÔNIO COM DÍVIDAS

**Eduardo Augusto Souza**

O livro *Crédito vale mais que dinheiro*, de Eduardo Augusto Souza, apresenta uma abordagem inovadora para criar patrimônio utilizando estrategicamente as dívidas. Na contramão da sabedoria convencional, esse trabalho desafia a ideia de que o dinheiro é a única ferramenta para construir riqueza. Com *insights* perspicazes e exemplos práticos, o autor demonstra como o crédito pode se tornar um aliado poderoso na jornada para a independência financeira.

A leitura das suas páginas conduz a um caminho que desmistifica o medo das dívidas e oferece estratégias para aproveitar o crédito de maneira inteligente. A obra destaca a importância de compreender as nuances do sistema financeiro e utilizar as ferramentas disponíveis a seu favor. Com uma linguagem acessível e envolvente, *Crédito vale mais que dinheiro* funciona como um guia indispensável para se entender a forma correta de investir no mercado imobiliário e alavancar patrimônio de maneira estratégica. Ferramenta eficaz para aqueles que desejam ir além das convenções e explorar novas possibilidades financeiras, o livro apresenta uma visão transformadora sobre o crédito, revelando o seu potencial inexplorado. Quando utilizado estrategicamente, o crédito pode ser um recurso poderoso na construção de um patrimônio sólido.



## CHOMSKY & MUJICA: SOBREVIVENDO AO SÉCULO XXI

**Saúl Alviórez**

O trabalho de Saúl Alviórez reúne duas figuras emblemáticas do mundo atual: Pepe Mujica, um dos políticos mais admirados dos tempos modernos, e Noam Chomsky, “o mais importante dos pensadores contemporâneos”.

Duas referências mundiais da atualidade se encontram na obra *Chomsky & Mujica: sobrevivendo ao século XXI* para refletir sobre questões transcendentais que afetam a humanidade e debater alternativas para o futuro. Um deles, José Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai e ex-guerrilheiro, alcançou enorme popularidade internacional pregando a austeridade, a sabedoria e o bom senso. O outro, Noam Chomsky, um reconhecido intelectual e ativista estadunidense, revolucionou a linguística e tem-se dedicado a temas humanísticos e filosóficos do nosso tempo. Do encontro dessas vozes, emergem reflexões que lançam luzes sobre as grandes questões que o mundo está enfrentando: as consequências das mudanças climáticas, os males da política, a corrupção, o populismo, a crise do capitalismo e suas sucessivas mutações, a lógica da economia de mercado e os problemas de produção, entre muitos outros desafios. Nesse documentário, são apontados os valores que devem ser priorizados para avançarmos em direção a um mundo sustentável.



## BRASIL NO ESPELHO

**Felipe Nunes**

O livro de Felipe Nunes retrata o Brasil e seus habitantes. Trata-se de um estudo sobre o perfil do brasileiro e as transformações da sociedade contemporânea, que serve de guia para compreender o país e o seu povo. Em *Brasil no espelho*, o cientista político Felipe Nunes apresenta uma análise inédita e profunda do brasileiro contemporâneo. A partir de uma ampla pesquisa, o livro revela como os cidadãos deste país tão diversificado – que muda depressa, às vezes de forma abrupta – se veem, o que pensam, temem e desejam. Desde a onda de protestos de 2013, o Brasil vive intensas transformações sociais, políticas e culturais.

Nesse contexto, a obra oferece ao leitor uma análise precisa dessas mudanças, bem como das crenças, dos valores e das contradições, que moldam a identidade coletiva do país. Mais do que um diagnóstico, *Brasil no espelho* oferece uma reflexão essencial sobre como nossos traços culturais e comportamentais influenciam o desenvolvimento nacional, apontando caminhos para políticas públicas, negócios e para o futuro que queremos construir. Leitura indispensável para estudiosos, empreendedores, profissionais de *marketing* e todos que desejam compreender o Brasil e seu povo em profundidade.

## UCRÂNIA: DIÁRIO DE UMA GUERRA

**Andrei Kurkov**

O trabalho do autor Andrei Kurkov relata o momento de apreensão vivido pelos milhões de deslocados ucranianos. Como observador participante, esse autor apresenta uma seleção de mais de dois anos de conflito na *Ucrânia: diário de uma guerra*. Lançado inicialmente na Inglaterra, em dois volumes, e traduzido em diversos países, o diário de Kurkov chega ao Brasil com um epílogo escrito exclusivamente para a edição nacional. As ilustrações e o projeto gráfico foram encomendados a uma dupla de premiados designers ucranianos, Romana Romanyshyn e Andriy Lesiv. Esse trabalho não é obra de um cientista político de análise sobre o conflito, tampouco um ensaio acadêmico. O livro traz uma habilidosa costura da história pessoal e familiar de Andrei Kurkov com a do próprio país. Por meio desse trabalho, o escritor apresenta a Ucrânia ao mundo, explorando a complexa relação do país europeu com a Rússia e descrevendo como um povo tradicionalmente pacífico desafiou o invasor com uma resistência que surpreendeu a comunidade internacional. Ele cria um texto que aproveita fatos do cotidiano da guerra para contar detalhes da história ucraniana, sua cultura e tradições, questões linguísticas, além de um saboroso relato da vida intelectual do país.



## KIT REPENSANDO O BRASIL

**Jessé Souza**

*Kit Repensando o Brasil* reúne três grandes títulos do sociólogo Jessé Souza: *Brasil dos humilhados*, *A herança do golpe* e *A ralé brasileira*. Nesse compêndio, o sociólogo oferece uma contribuição decisiva para entender o Brasil contemporâneo e seus desafios sociais mais emergentes. Com um texto elucidativo e de fácil leitura, *Brasil dos humilhados* descortina as bases elitistas do pensamento social brasileiro dominante, que atribui ao povo, supostamente inferior e corrupto, a responsabilidade pelo seu próprio abandono. Além disso, expõe como as elites econômicas e políticas se apropriam dessa ‘inteligência’ para aumentar seus domínios sobre a população e dinamizar seus ganhos.

Já *A herança do golpe* cumpre a difícil tarefa de explicar a “cultura de golpes de Estado”, promovida historicamente pela elite contra as políticas públicas de inclusão dos mais pobres. Por sua vez, o livro *A ralé brasileira*, publicado pela primeira vez em 2009, constitui um trabalho que alia a ciência de dados à crítica da sociologia brasileira. Essa análise alcança um resultado expressivo, justamente porque aproxima as técnicas científicas da vida das pessoas comuns, valendo-se de depoimentos, recolhidos em uma cuidadosa pesquisa de campo, utilizada como principal guia de revisão da teoria e da estatística.



## UTOPIA AUTORITÁRIA BRASILEIRA

**Carlos Fico**

O trabalho do premiado historiador Carlos Fico, *Utopia autoritária brasileira*, examina as principais intervenções militares que moldaram a história do Brasil, desde a Proclamação da República até os anos recentes. Nesse livro essencial, o autor revela como as Forças Armadas formaram a República brasileira, intervindo diretamente nas crises políticas que abalaram o país. Com uma análise precisa e reveladora, Fico demonstra que todas as grandes rupturas da legalidade constitucional tiveram origem no intervencionismo militar, expondo a fragilidade da democracia que persiste até hoje.

Ao longo das páginas, o autor desvenda o pensamento dos militares e identifica um padrão recorrente: o desprezo pela política, a convicção de superioridade sobre os civis e a crença de que a sociedade não está preparada para se governar. Esses elementos formam o que ele chama de “utopia autoritária brasileira”, uma mentalidade que ainda representa um risco para o futuro do país.

Com uma narrativa fluida e instigante, o livro vai além do registro histórico, oferecendo uma reflexão indispensável sobre os desafios da democracia brasileira.



# CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

A atividade econômica manteve crescimento no segundo semestre, com indicadores de preços evidenciando arrefecimento. No período de janeiro a setembro, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional acumulou aumento de 2,4%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. No que se refere à demanda interna, no acumulado do ano de 2025, verificou-se que a despesa de consumo das famílias apresentou aumento de 1,4% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. Já a formação bruta de capital fixo avançou 5,0% no acumulado do ano. A despesa de consumo do governo apresentou aumento, com taxa de 1,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No setor externo, levando em conta a mesma base comparativa, as exportações de bens e serviços aumentaram 3,6%, e as importações aumentaram 6,2% no mesmo período. A economia baiana seguiu no mesmo sentido, com o mercado de trabalho ditando o ritmo de crescimento, embora alguns indicadores tenham apresentado desaceleração. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Bahia, no que diz respeito ao monitoramento da atividade econômica, as pesquisas apontaram movimento de expansão no período de julho a setembro de 2025, com ritmos de crescimentos diferenciados, na comparação com o terceiro trimestre de 2024.

No acumulado do ano até outubro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, apresentou decréscimo de -1,7%. No acumulado de 12 meses, o indicador registrou recuou de -0,7%.

Em relação à inflação em Salvador, verifica-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou taxa positiva de 0,01% em novembro, segundo dados do IBGE. Já no acumulado dos últimos 12 meses, a inflação cresceu 4,11%. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, cinco tiveram alta em novembro, conforme o IBGE. Por ordem de magnitude das taxas, verificou-se crescimento em *Educação* (0,77%), *Transportes* (0,53%), *Habitação* (0,31%), *Despesas pessoais* (0,20%) e *Alimentação e bebidas* (0,01%). Enquanto *Vestuário* (-1,69%), *Saúde e cuidados pessoais* (-0,55%), *Artigos de residência* (-0,15%) e *Comunicação* (-0,04%) registraram variações negativas.

Nesse contexto, a indústria baiana (extrativa e de transformação), com base no indicador da produção física ajustado sazonalmente, recuou 1,6%

no terceiro trimestre de 2025, em relação ao segundo trimestre, que, por sua vez, já havia apresentado decréscimo de 0,8% em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), evidenciando o declínio da trajetória do indicador por dois trimestres consecutivos. Entretanto, na comparação interanual, a produção física da indústria baiana registrou um movimento ascendente, passando de -1,6% para 1,7%. Para efeito de comparação, no mesmo período, a produção industrial do país registrou desaceleração, com taxa de 0,5%, após apresentar, no segundo trimestre de 2025, taxa de 0,6%.

No acumulado de 2025 até setembro, na comparação com o ano anterior, a indústria baiana cresceu 1,0%. Na análise dos segmentos, observa-se variação positiva em quatro das 11 atividades no período. A moderação das taxas apresentadas pelo setor indica perspectivas de curto prazo nada animadoras para a indústria, diante da política comercial americana, dos juros elevados e da retração do consumo, relacionado à inadimplência e ao alto nível de endividamento das famílias.

No comércio varejista, a dinâmica das vendas na Bahia foi comprometida ao longo de nove meses de 2025, em comparação a igual período de 2024, em decorrência da política monetária contracionista, da inadimplência e do endividamento das famílias. Entretanto, na análise trimestral, os resultados mostraram um movimento ascendente, principalmente quando se observa o comportamento das vendas no trimestre sem o ajuste sazonal (3,1%) e com ajuste sazonal (1,9%). Por atividade, os dados do comércio varejista baiano revelaram que seis dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas registraram comportamento positivo no terceiro trimestre. No acumulado no ano, o comércio varejista registrou uma taxa de expansão moderada nas vendas, de 1,4%.

Nos serviços, o volume verificado na Bahia foi de retração por dois trimestres seguidos. Quando comparado com o terceiro trimestre do ano anterior, marcou queda de 2,9%, mantendo a desaceleração iniciada no segundo trimestre de 2025 (-2,0%) nesse tipo de comparação. Esse resultado foi inferior à média nacional (3,1%). No acumulado entre janeiro e setembro de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior, o volume de serviços retraiu 0,9%. Esse resultado também foi inferior à média nacional (2,8%).

Quanto à produção de grãos em 2024, tanto o IBGE quanto a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) confirmam uma produção maior de grãos na Bahia em 2025, beneficiada pelas condições climáticas favoráveis.

No que concerne ao acompanhamento da safra pela Conab, no seu 12º levantamento para o ciclo 2024/2025, a produção baiana de grãos atingiu mais de 13,9 milhões de toneladas (t), 10,9% a mais em relação ao ciclo 2023/2024. Quanto à área plantada, houve ampliação de 4,5% na mesma base de comparação, alcançando 3,95 milhões de hectares (ha). Assim, o rendimento médio do conjunto das lavouras pesquisadas foi de 3,51 t/ha. Por sua vez, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE, para outubro de 2025, estimou uma produção de cereais, oleaginosas e leguminosas acima de 12,8 milhões de toneladas, o que representa uma expansão de 12,8% na comparação com a safra de 2024.

No âmbito do comércio exterior, com o impacto da queda de 24,6% no volume embarcado e de 7,2% nos preços médios, dados preliminares sobre as exportações baianas acusam recuo de 16,3% nas vendas no terceiro trimestre, em comparação a igual período de 2024, passando para US\$ 2,76 bilhões. O principal fator por trás dessa queda continua sendo a nova realidade global marcada por incertezas sem precedentes após o tarifaço dos EUA imposto a diversos países, com a consequente desaceleração do crescimento econômico global.

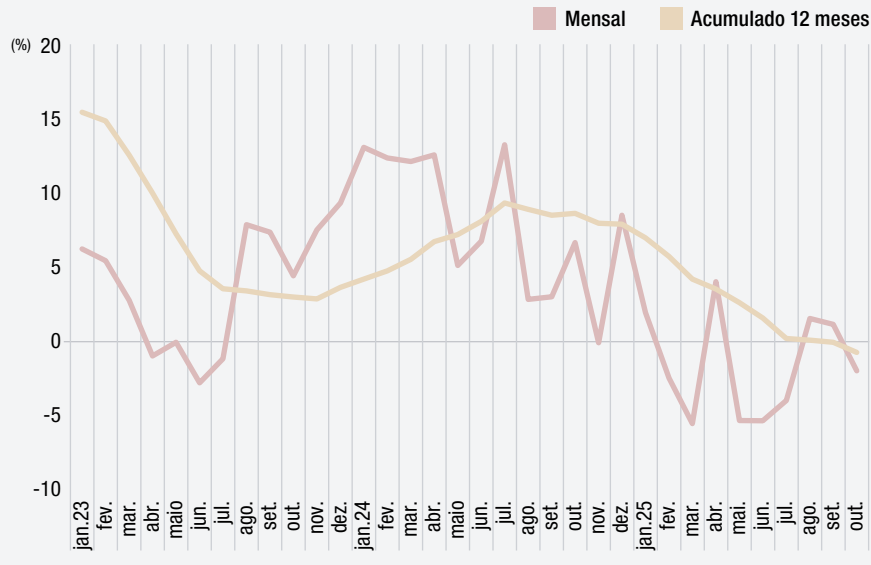
No acumulado até setembro, as exportações baianas somaram US\$ 8,33 bilhões também com queda de 4,0% e com redução de 7,1% nos preços médios, mas ainda com aumento no volume embarcado de 3,3%.

No terceiro trimestre, as importações baianas cresceram 2,4%, tendo desempenho inverso ao das exportações. Já o volume desembarcado indicou queda de 6,8%, revelando aumento de preços de 10,0% em média. A oferta restrita de fertilizantes, insumo do qual a Bahia é fortemente dependente de importações, contribuiu de forma significativa para essa alta de preços. No período, essas importações pelo estado cresceram 3,4%, enquanto os desembolsos aumentaram em 6,0%, passando a US\$ 272,3 milhões.

Com os resultados apurados até setembro, o saldo comercial da Bahia atingiu US\$ 1,02 bilhão, aumento de 193,0% no comparativo interanual. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US\$ 15,63 bilhões, com redução de 8,1%.

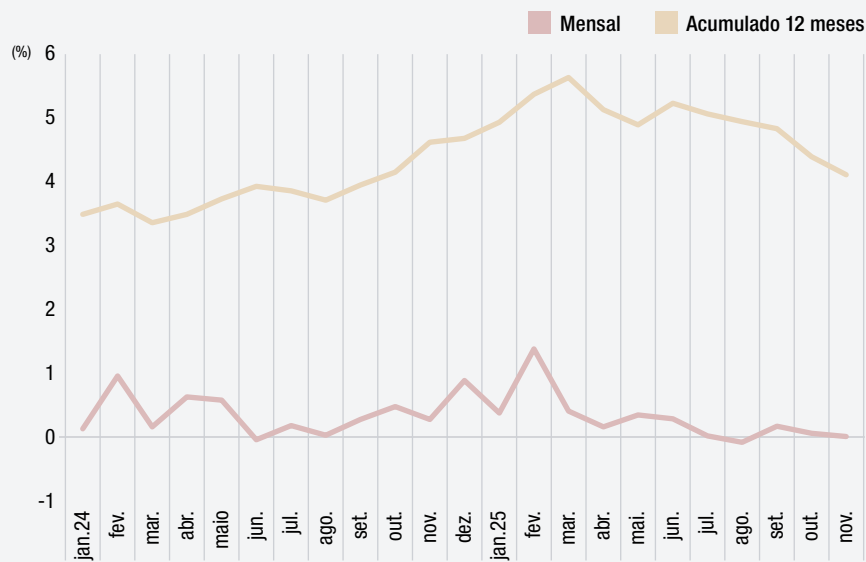
Nesse cenário, são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores referentes aos dados apurados no terceiro trimestre de 2025.

**Gráfico 1**  
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2023-Out. 2025



Fonte: SEI.  
Elaboração: SEI/CAC.

**Gráfico 2**  
Taxa de variação do IPCA – RMS – Jan. 2024-Nov. 2025



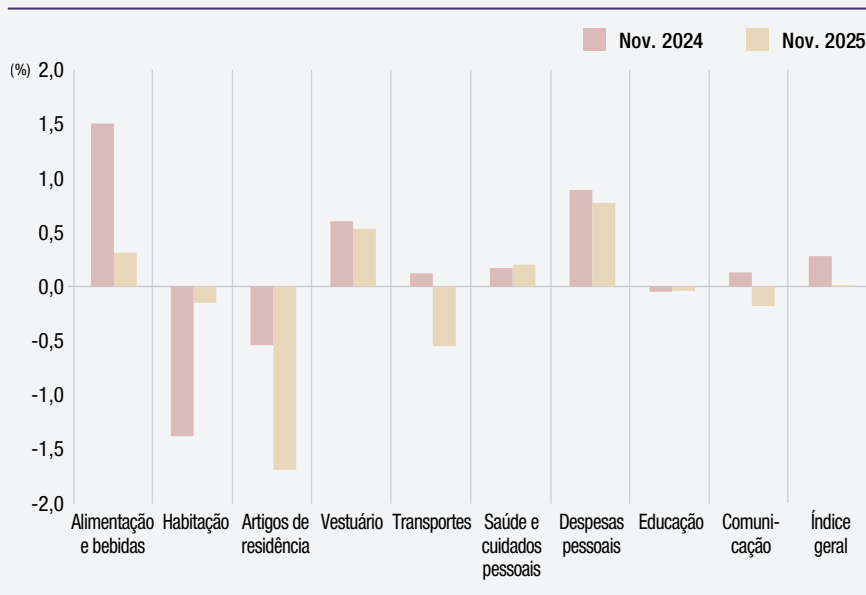
Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, retraiu 2,0% em outubro de 2025 na comparação com o mesmo mês de 2024. As variáveis que compõem o setor registraram os seguintes resultados positivos: Aeroporto (9,7%), Ônibus intermunicipal (3,7%) e Carga portuária (2,0%). Em contrapartida, apresentaram comportamentos opostos: Combustíveis (-21,5%), Energia elétrica (-9,6%), e Ônibus urbanos (-1,1%). No acumulado de 12 meses, o indicador também recuou em -0,7%.

Em novembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou taxa positiva de 0,01%, inferior à apurada em novembro de 2024 (0,28%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação cresceu 4,11%.

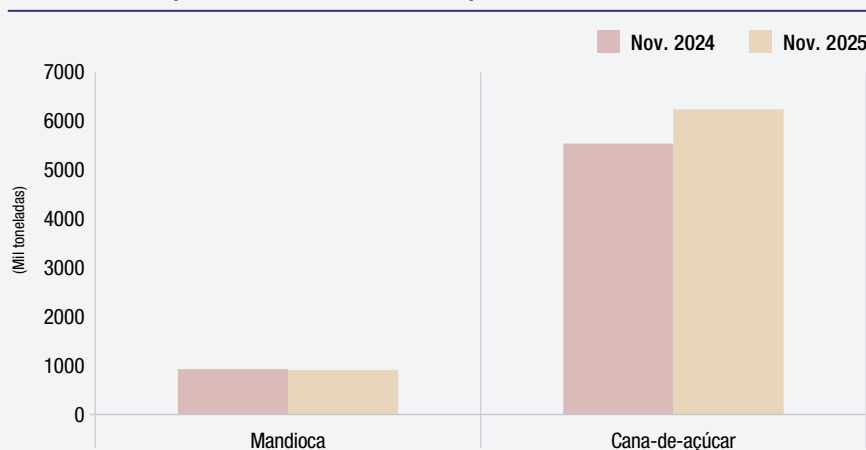
De acordo com os dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, quatro tiveram alta em novembro de 2025. Por ordem de magnitude das taxas, destacam-se: *Despesas pessoais* (0,77%), *Vestuário* (0,53%), *Alimentação e bebidas* (0,31%) e *Saúde e cuidados pessoais* (0,20%). Por sua vez, *Artigos de residência* (-1,69%), *Transportes* (-0,55%), *Comunicação* (-0,18%), *Habitação* (-0,15%) e *Educação* (-0,04%) registraram variações negativas.

Gráfico 3  
Taxa de Variação do IPCA: grupos selecionados – Salvador – Nov. 2024/Nov. 2025



Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.

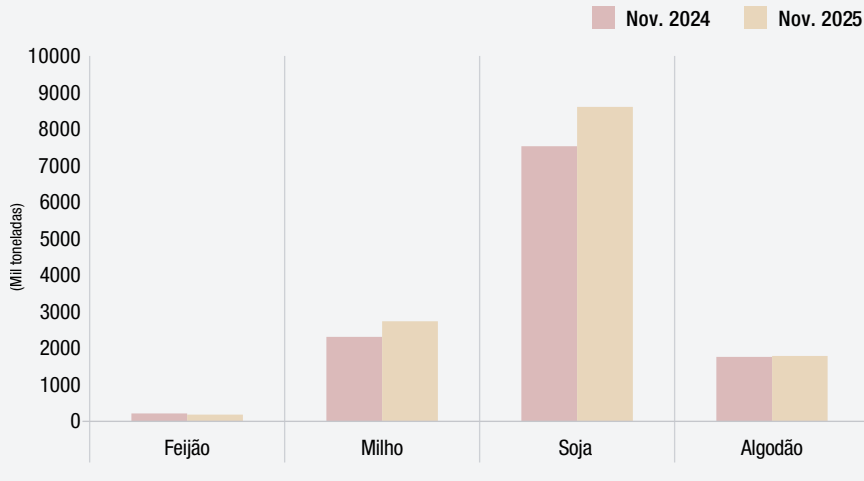
Gráfico 4  
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Nov. 2024/Nov. 2025



Fonte: IBGE–LSPA.  
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, para 2026, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar no estado terá diferentes comportamentos nas suas respectivas produções. A primeira deve registrar retração de -2,0% na safra, enquanto a segunda deve expandir em 12,6%.

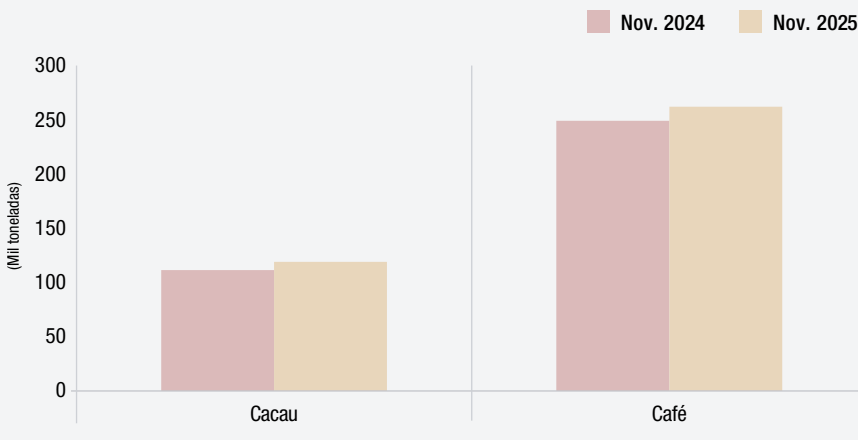
**Gráfico 5**  
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Nov. 2024/Nov. 2025



Fonte: IBGE–LSPA.  
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativa de expansão na produção de algodão, com taxas de 1,4%. Em relação a 2024, houve variações positivas para milho e soja de, respectivamente, 18,2% e 14,3%. Já para a produção de feijão, a variação foi negativa em -15,8%. Nessa perspectiva, estima-se aumento no rendimento para milho e soja de 33,7% e 8,3%. Ao passo que algodão e feijão devem retrair em -3,7% e -30,0%, respectivamente.

**Gráfico 6**  
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Nov. 2024/Nov. 2025



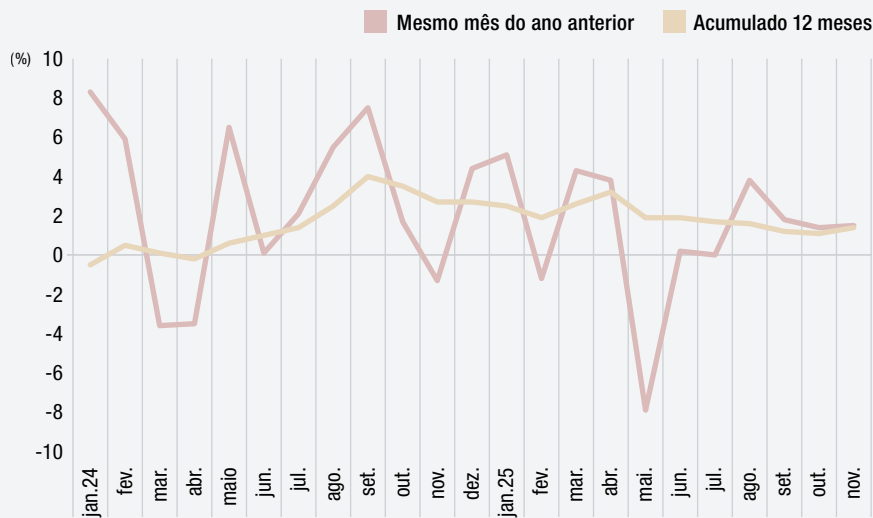
Fonte: IBGE–LSPA.  
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apontaram comportamentos semelhantes em 2025. Em relação ao cacau, houve expansão de 7,0%, com crescimento do rendimento de 6,0%. Para o café, constatou-se acréscimo na produção de 0,9% e retração de -13,6% no rendimento.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE referentes à indústria baiana registraram expansão de 1,5% no mês de novembro de 2025 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com cinco das 12 atividades pesquisadas assinalando crescimento na produção. O segmento de *Celulose, papel e produtos de papel* (16,6%) registrou a maior contribuição positiva, seguido por *Indústrias extrativas* (14,9%), *Coque de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (7,3%), *Indústria de transformação* (0,8%) e *Produtos alimentícios* (0,2%). Por sua vez, os segmentos de *Couro, artigos para viagem e calçados* (-19,3%), *Outros produtos químicos* (-13,2%), *Bebidas* (-10,6%), *Metalurgia* (-4,9%), *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* (-3,6%), *Produtos de minerais não metálicos* (-2,3%) e *Produtos de borracha e de material plástico* (-0,6%) exerceram influência negativa no período.

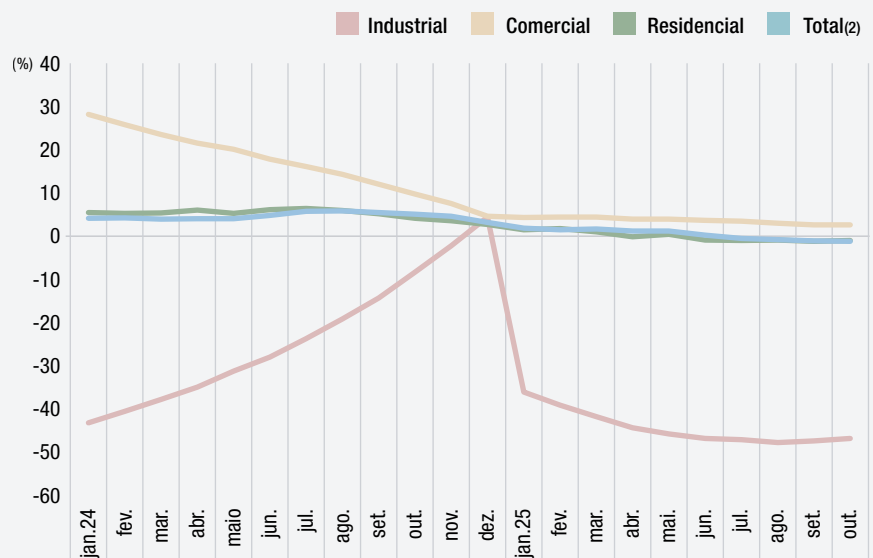
O consumo de energia elétrica no estado registrou variação positiva de 4,7% em dezembro de 2025 na comparação com o mesmo mês de 2024. Entretanto, no acumulado de 12 meses, notou-se recuo de -2,1% no consumo total. O consumo mensal foi impulsionado pela classe *Outros*, que expandiu 10,9%.

Gráfico 7  
Taxa de variação da produção física da indústria geral – Bahia – Jan. 2024-Nov. 2025



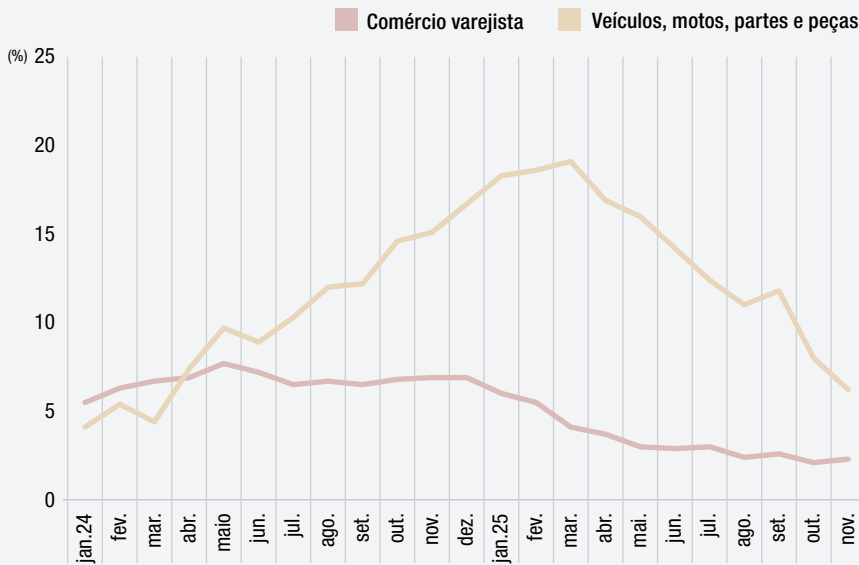
Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 8  
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2024-Out. 2025



Fonte: EPE.  
Elaboração: SEI/CAC.  
Notas: (1) Acumulado 12 meses.  
(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.

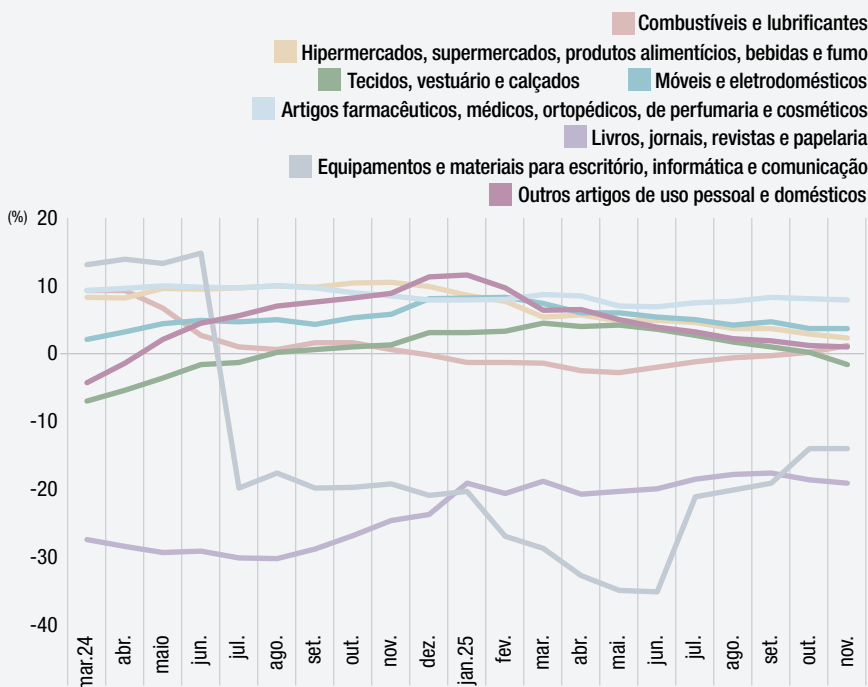
**Gráfico 9**  
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2024-Nov. 2025



Fonte: IBGE-PMC.  
Elaboração: SEI/CAC.  
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista apresentou variação positiva de 2,8% no mês de novembro, em relação ao mesmo período de 2024. As atividades que apresentaram expansão nesse mês foram *Combustíveis e lubrificantes* (8,5%), *Móveis e eletrodomésticos* (6,2%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (2,6%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (2,2%) e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (1,3%). Por sua vez, *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-18,0%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-16,0%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (-12,7%) registraram variação negativa. No acumulado de 12 meses, o volume de vendas do comércio varejista cresceu em 2,3%.

**Gráfico 10**  
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1), principais segmentos – Bahia – Mar. 2024-Nov. 2025

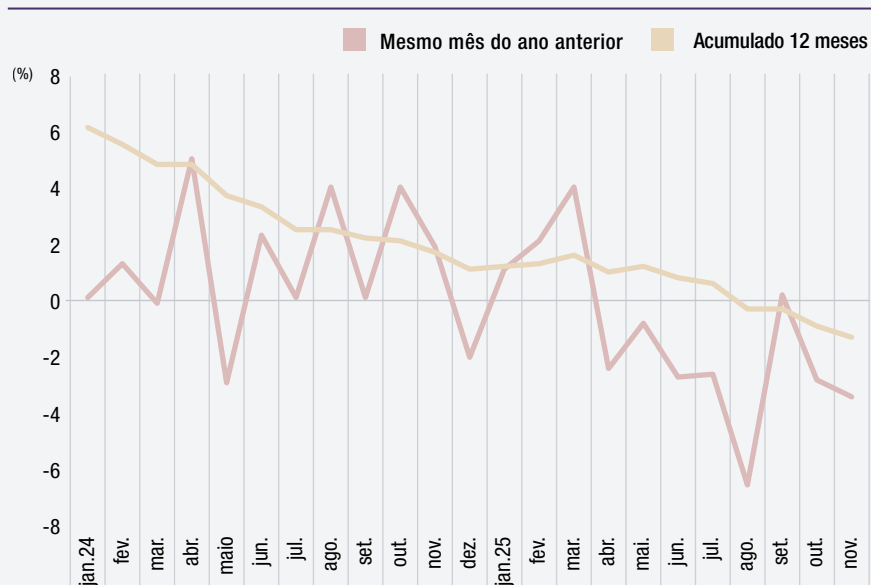


Fonte: IBGE-PMC.  
Elaboração: SEI/CAC.  
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Ainda no acumulado de 12 meses, até novembro de 2025, os principais segmentos que contribuíram para a expansão no volume do comércio varejista restrito foram *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (7,9%), *Móveis e eletrodomésticos* (3,7%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (2,3%), *Combustíveis e lubrificantes* (1,2%), e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (1,0%). Por sua vez, os segmentos que contribuíram negativamente foram *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-19,1%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-14,0%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (-1,6%).

Em novembro de 2025, o volume de serviços apresentou retração de -3,4% em relação ao mesmo mês de 2024. Três das cinco atividades do setor puxaram os índices para baixo, com destaque para o segmento de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-8,8%), que contabilizou a variação negativa mais expressiva, seguido por *Serviços prestados às famílias* (-7,0%) e *Outros serviços* (-2,6%). Em contrapartida, as influências positivas vieram das atividades de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (6,6%) e *Serviços de informação e comunicação* (1,4%).

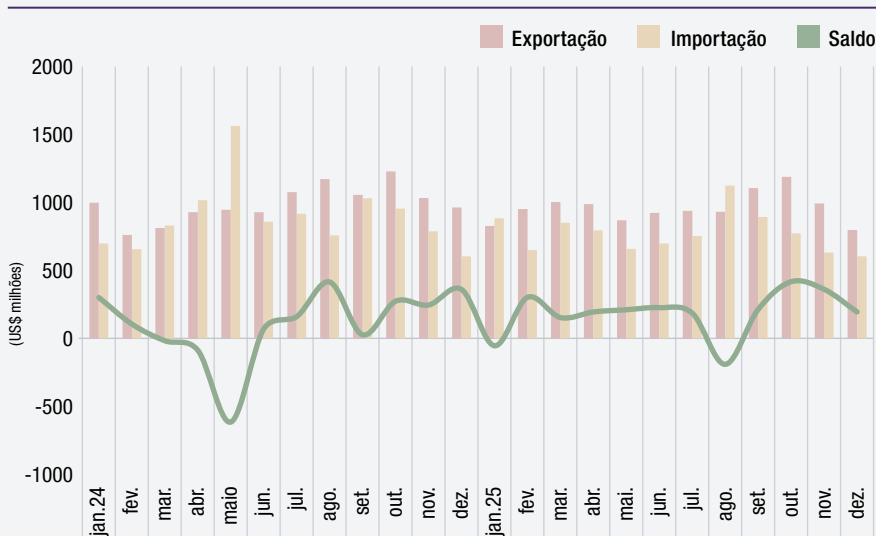
Gráfico 11  
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2024–Nov. 2025



Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.

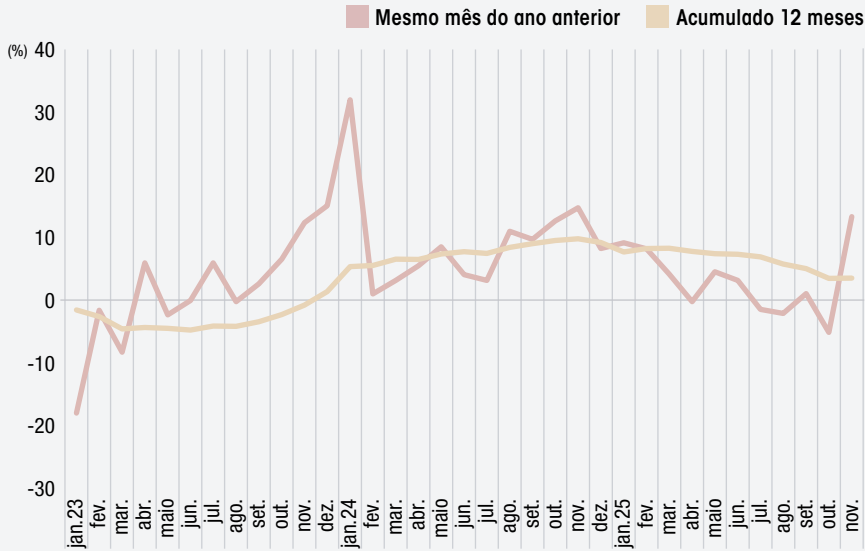
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 839,5 milhões em novembro de 2025. Esse valor é 18,7% inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. No ano, as exportações baianas atingiram US\$10,51 bilhões (-3,9%), enquanto as importações alcançaram US\$ 8,70 bilhões (-13,6%). O saldo no período foi positivo em US\$ 1,81 bilhão (+108,6%), e a corrente de comércio chegou a US\$ 19,22 bilhões, com queda de 8,5%, todos comparados a igual período de 2024.

Gráfico 12  
Balança comercial – Bahia – Jan. 2024–Dez. 2025



Fonte: MDIC/Secex.  
Elaboração: SEI/CAC.

**Gráfico 13**  
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2023-Nov. 2025



Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.  
Elaboração: SEI/CAC.  
Nota: Deflator IPCA.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – em novembro de 2025 houve crescimento de 13,31% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou uma expansão de 3,53% em 12 meses.

# INDICADORES CONJUNTURAIS

## INDICADORES ECONÔMICOS

### ÍNDICE DE PREÇOS

**Tabela 1**  
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Região Metropolitana – Salvador (BA) – Nov. 2024/2025

Geral, grupo, subgrupo, item e subitem	Variações do mês (1) (%)		Variações acumuladas (%)	
	Nov. 2024	Nov. 2025	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)
1. Alimentação e bebidas	0,28	0,01	3,19	4,11
2. Habitação	1,50	0,31	2,32	3,82
3. Artigos de residência	-1,38	-0,15	4,67	4,64
4. Vestuário	-0,54	-1,69	-4,40	-3,97
5. Transportes	0,60	0,53	4,27	5,01
6. Saúde e cuidados pessoais	0,12	-0,55	0,54	2,99
7. Despesas pessoais	0,17	0,20	5,21	5,42
8. Educação	0,89	0,77	6,48	6,82
9. Comunicação	-0,05	-0,04	6,08	6,25
<b>Índice geral</b>	<b>0,13</b>	<b>-0,18</b>	<b>0,81</b>	<b>0,52</b>

Fonte: IBGE.

Notas: (1) Com a atualização das Estruturas de Ponderação, obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - 2017 - 2018, foram introduzidos aperfeiçoamentos na classificação dos produtos e serviços que compõem as estruturas dos índices de preços. Com isso, foram criadas novas tabelas, a partir de janeiro de 2020 para o IPCA.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) A variação acumulada em 12 meses está disponível a partir de dezembro de 2020.

**Tabela 2**  
Pesquisa nacional da cesta básica – Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Nov. 2025

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%) no ano (2)	Porcentagem do salário mínimo
São Paulo	841,23	-0,70	-0,01	55,42
Florianópolis	800,68	-2,90	-1,08	52,75
Porto Alegre	789,77	-4,10	0,77	52,03
Rio de Janeiro	783,96	-2,17	0,53	51,64
Campo Grande	779,56	0,29	1,20	51,35
Curitiba	745,59	-2,12	0,50	49,12
Vitória	731,52	-1,97	-2,13	48,19
Goiânia	717,39	-0,44	-2,06	47,26
Brasília	703,40	-1,99	-5,35	46,34
Belo Horizonte	712,01	-0,63	0,81	46,90
Fortaleza	670,63	-2,35	-0,47	44,18
Belém	666,15	0,28	0,05	43,88
Natal	591,38	-3,40	-4,20	38,96
João Pessoa	597,66	-2,01	-1,52	39,37
Recife	598,73	-1,53	1,76	39,44
Salvador	598,19	-1,35	2,45	39,41
Aracaju	538,10	-2,20	-2,88	35,45

Fonte: Dieese.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

## AGRICULTURA

Tabela 3  
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – Dez. 2024/2025

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2024 (1)	2025 (2)	Variação (%)	2024 (1)	2025 (2)	Variação (%)
<b>Temporárias</b>						
Algodão herbáceo	1.768.800	1.794.000	1,4	380.000	400.000	5,3
Amendoim (1ª safra)	1.328	1.314	-1,1	1.301	1.301	0,0
Amendoim (2ª safra)	2.471	2.479	0,3	2.550	2.550	0,0
Arroz	750	750	0,0	450	450	0,0
Batata-inglesa (1ª safra)	111.332	113.110	1,6	2.650	2.650	0,0
Batata-inglesa (2ª safra)	111.332	113.110	1,6	2.650	2.650	0,0
Batata-inglesa (3ª safra)	111.923	113.897	1,8	2.650	2.650	0,0
Cana-de-açúcar	5.542.000	6.241.000	12,6	79.000	79.000	0,0
Feijão (1ª safra)	137.100	86.400	-37,0	200.000	180.000	-10,0
Feijão (2ª safra)	85.200	100.800	18,3	180.000	170.000	-5,6
Fumo	10.401	10.574	1,7	7.850	7.850	0,0
Mamona	29.700	31.280	5,3	50.000	51.000	2,0
Mandioca	790.500	906.648	14,7	106.000	123.000	16,0
Milho (1ª safra)	1.551.090	1.932.000	24,6	300.500	280.000	-6,8
Milho (2ª safra)	766.080	806.400	5,3	304.000	320.000	5,3
Soja	7.532.100	8.606.190	14,3	2.032.000	2.143.500	5,5
Sorgo	161.490	142.980	-11,5	95.150	95.150	0,0
Tomate	354.000	182.699	-48,4	6.300	4.240	-32,7
Trigo	34.818	34.644	-0,5	6.000	6.000	0,0
<b>Permanentes</b>						
Banana	864.000	905.728	4,8	66.000	69.000	4,5
Cacau	111.288	119.063	7,0	445.050	449.100	0,9
Café arábica	104.040	88.800	-14,6	81.000	80.000	-1,2
Café canephora	144.900	172.800	19,3	49.000	48.000	-2,0
Castanha-de-caju	2.940	2.925	-0,5	16.000	16.000	0,0
Laranja	630.000	631.821	0,3	51.500	57.500	11,7
Uva	55.309	102.000	84,4	2.219	3.400	53,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2024.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), dezembro de 2025 (dados sujeitos a retificação).

- 1 - Para as Unidades da Federação que, por força do calendário agrícola, ainda não dispõem das estimativas iniciais, os dados correspondem a uma projeção obtida a partir das informações de anos anteriores;
- 2 - As produções de abacaxi e de coco-da-baía são expressas em mil frutos e os seus rendimentos médios em frutos/ha.
- 3 - Utilizou-se a padronização de 61% para a conversão da produção do algodão em caroço para caroço de algodão, apenas para a totalização da produção dos cereais, leguminosas e oleaginosas.
- 4 - Possíveis diferenças entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.
- 5 - As informações mensais que compõem a série histórica estão disponível a partir de setembro de 2006.
- 6 - A partir de janeiro de 2018 foram retirados da divulgação os seguintes produtos: abacaxi, alho, cebola, coco-da-baía, guaraná, maçã, malva, pimenta-do-reino, sisal/agave. Os mesmos continuam sendo acompanhados na pesquisa anual da Produção Agrícola Municipal.

Tabela 4  
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – Dez. 2024/2025

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2024 (1)	2025 (2)	Variação (%)	2024 (1)	2025 (2)	Variação (%)
<b>Temporárias</b>						
Algodão herbáceo	380.000	400.000	5,3	4.655	4.485	-3,7
Amendoim (1ª safra)	1.301	1.301	0,0	1.021	1.010	-1,1
Amendoim (2ª safra)	2550	2550	0,0	969	972	0,3
Arroz	450	450	0,0	1.667	1.667	0,0
Batata-inglesa (1ª safra)	2.650	2.650	0,0	42.012	42.683	1,6
Batata-inglesa (2ª safra)	2.650	2.650	0,0	42.012	42.683	1,6
Batata-inglesa (3ª safra)	2.650	2.650	0,0	42.235	42.980	1,8
Cana-de-açúcar	79.000	79.000	0,0	70.152	79.000	12,6
Feijão (1ª safra)	200.000	180.000	-10,0	686	480	-30,0
Feijão (2ª safra)	180.000	170.000	-5,6	473	593	25,4
Fumo	7.850	7.850	0,0	1.325	1.347	1,7
Mamona	50.000	51.000	2,0	594	613	3,2
Mandioca	106.000	109.000	2,8	7.458	8.318	11,5
Milho (1ª safra)	300.500	280.000	-6,8	5.162	6.900	33,7
Milho (2ª safra)	304.000	320.000	5,3	2.520	2.520	0,0
Soja	2.032.000	2.143.500	5,5	3.707	4.015	8,3
Sorgo	95.150	95.150	0,0	1.697	1.503	-11,4
Tomate	6.300	4.240	-32,7	56.190	43.089	-23,3
Trigo	6.000	6.000	0,0	5.803	5.774	-0,5
<b>Permanentes</b>						
Banana	66.000	64.500	-2,3	13.091	14.042	7,3
Cacau	445.050	449.100	0,9	250	265	6,0
Café arábica	81.000	80.000	-1,2	1.284	1.110	-13,6
Café canephora	49.000	48.000	-2,0	2.957	3.600	21,7
Castanha-de-caju	15.000	15.000	0,0	196	195	-0,5
Laranja	51.500	50.000	-2,9	12.233	12.636	3,3
Uva	2.219	3.400	53,2	24.925	30.000	20,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2024.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), dezembro de 2025 (dados sujeitos a retificação).

- 1 - Para as Unidades da Federação que, por força do calendário agrícola, ainda não dispõem das estimativas iniciais, os dados correspondem a uma projeção obtida a partir das informações de anos anteriores;
- 2 - As produções de abacaxi e de coco-da-baía são expressas em mil frutos e os seus rendimentos médios em frutos/ha.
- 3 - Utilizou-se a padronização de 61% para a conversão da produção do algodão em caroço para caroço de algodão, apenas para a totalização da produção dos cereais, leguminosas e oleaginosas.
- 4 - Possíveis diferenças entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.
- 5 - As informações mensais que compõem a série histórica estão disponível a partir de setembro de 2006.
- 6 - A partir de janeiro de 2018 foram retirados da divulgação os seguintes produtos: abacaxi, alho, cebola, coco-da-baía, guaraná, maçã, malva, pimenta-do-reino, sisal/agave. Os mesmos continuam sendo acompanhados na pesquisa anual da Produção Agrícola Municipal.

## INDÚSTRIA

Tabela 5  
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Nov. 2025

(%)

Classes e Gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
<b>Indústria Geral</b>	<b>1,5</b>	<b>1,1</b>	<b>1,4</b>
Indústrias extrativas	14,9	-0,4	-1,3
Indústrias de transformação	0,8	1,2	1,5
Produtos alimentícios	0,2	-1,4	-1,1
Bebidas	-10,6	-3,7	-2,6
Couros, artigos para viagem e calçados	-19,3	-12,5	-13,1
Celulose, papel e produtos de papel	16,6	1,4	1,6
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	7,3	7,4	7,4
Outros produtos químicos	-13,2	-7,7	-6,5
Produtos de borracha e de material plástico	-0,6	-3,3	-2,7
Produtos de minerais não-metálicos	-2,3	5,1	5,7
Metalurgia	-4,9	-1,1	-1,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-3,6	18,2	19,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6  
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2020-Nov. 2025

(Continua)

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
<b>Janeiro 2020</b>	<b>8,0</b>	<b>8,0</b>	<b>-1,7</b>
Fevereiro	7,6	7,8	-1,3
Março	7,2	7,6	-0,1
Abril	-26,5	-1,4	-2,1
Mai	-21,1	-5,7	-5,0
Junho	-14,9	-7,2	-5,4
Julho	-4,9	-6,9	-5,3
Agosto	-5,1	-6,6	-5,0
Setembro	-1,1	-6,0	-4,9
Outubro	-6,0	-6,0	-5,4
Novembro	0,2	-5,4	-5,3
Dezembro	1,0	-4,9	-4,9
<b>Janeiro 2021</b>	<b>-15,0</b>	<b>-15,0</b>	<b>-6,8</b>
Fevereiro	-21,5	-18,2	-9,1
Março	-19,3	-18,6	-11,1
Abril	-11,4	-17,2	-9,9
Mai	-20,3	-17,7	-9,6
Junho	-5,8	-15,9	-8,9
Julho	-10,6	-15,1	-9,4
Agosto	-14,1	-15,0	-10,2
Setembro	-14,2	-14,9	-11,4
Outubro	-12,5	-14,6	-12,0
Novembro	-14,6	-14,6	-13,3
Dezembro	-10,3	-14,3	-14,3

(Conclusão)

Tabela 6  
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2020-Nov. 2025

(%)

<b>Janeiro 2022</b>	<b>-1,9</b>	<b>-1,9</b>	<b>-13,2</b>
Fevereiro	0,5	-0,7	-11,5
Março	9,8	2,7	-9,2
Abril	23,7	7,1	-7,1
Maio	32,2	11,6	-3,6
Junho	13,5	11,9	-2,2
Julho	0,6	10,1	-1,1
Agosto	3,8	9,2	0,5
Setembro	-0,4	8,0	2,0
Outubro	-10,4	5,9	2,3
Novembro	-7,6	4,6	3,2
Dezembro	-9,1	3,4	3,4
<b>Janeiro 2023</b>	<b>-7,8</b>	<b>-7,8</b>	<b>2,9</b>
Fevereiro	-2,9	-5,4	2,7
Março	4,3	-2,0	2,2
Abril	4,4	-0,5	1,0
Maio	-2,2	-0,9	-1,3
Junho	-3,2	-1,3	-2,6
Julho	-3,0	-1,5	-2,9
Agosto	-6,2	-2,1	-3,7
Setembro	-8,3	-2,8	-4,4
Outubro	8,5	-1,7	-2,8
Novembro	8,5	-0,9	-1,5
Dezembro	5,5	-0,4	-0,4
<b>Janeiro 2024</b>	<b>7,2</b>	<b>7,2</b>	<b>0,8</b>
Fevereiro	3,8	5,5	1,3
Março	-5,0	1,6	0,5
Abril	-4,3	0,1	-0,2
Maio	7,6	1,7	0,7
Junho	1,2	1,6	1,0
Julho	3,1	1,8	1,6
Agosto	6,7	2,4	2,7
Setembro	7,8	3,0	4,1
Outubro	3,2	3	3,6
Novembro	-0,4	2,7	2,9
Dezembro	5,4	2,9	2,9
<b>Janeiro 2025</b>	<b>5,8</b>	<b>5,8</b>	<b>2,8</b>
Fevereiro	0,1	3	2,5
Março	5,6	3,9	3,5
Abril	4,8	4,1	4,2
Maio	-8,1	1,4	2,8
Junho	0,3	1,2	2,7
Julho	-0,2	1	2,5
Agosto	3,2	1,3	2,2
Setembro	1,2	1,3	1,6
Outubro	0,7	1,2	1,4
Novembro	0,8	1,2	1,5

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

## ENERGIA

Tabela 7  
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Dez. 2025

(%)

Classes	Mensal (1)	No ano (2)	12 meses (3)
Residencial	-2,3	-1,4	-1,2
Industrial	0,9	0,6	0,8
Comercial	-2,5	2,3	2,0
Outros	10,9	-2,7	-2,7
<b>Total</b>	<b>4,7</b>	<b>-2,1</b>	<b>-2,1</b>

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

## SERVIÇOS

Tabela 8  
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Out. 2025

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
<b>Comércio Varejista</b>	<b>-5,6</b>	<b>1,6</b>	<b>2,1</b>
Combustíveis e lubrificantes	-0,5	1,4	0,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-8,5	1,1	2,1
Hipermercados e supermercados	-8,6	2,6	3,5
Tecidos, vestuário e calçados	-2,7	-2,2	0
Móveis e eletrodomésticos	-5,7	2,3	3,7
Móveis	-6,6	-3,2	-1,2
Eletrodomésticos	-4,6	7,7	8,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,1	8,6	8,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-20,5	-18,4	-18,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-4,9	-11,8	-14
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-14,5	-0,6	1,2
<b>Atacado selecionado e Outros (5)</b>	<b>-7,1</b>	<b>-0,9</b>	<b>-0,5</b>
Veículos, motos, partes e peças	2,8	6	8
Material de construção	-5,6	-0,8	0,1
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-23,1	-17,9	-19,4

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(5) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das 11 atividades.

Tabela 9  
Exportações, principais segmentos – Bahia – Jan.-dez. 2024/Jan.-dez. 2025

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2024	2025			
Soja e derivados	2.969.881	2.773.899	-6,60	24,09	-8,69
Petróleo e derivados	2.315.258	1.832.827	-20,84	15,91	-15,27
Papel e celulose	1.506.771	1.352.153	-10,26	11,74	-13,23
Metais preciosos	769.286	1.099.415	42,91	9,55	57,42
Algodão e seus subprodutos	881.964	935.814	6,11	8,13	-11,91
Minerais	691.097	683.610	-1,08	5,94	-40,42
Químicos e petroquímicos	852.384	667.859	-21,65	5,80	-10,33
Cacau e derivados	434.060	549.347	26,56	4,77	24,65
Café e especiarias	330.347	493.830	49,49	4,29	61,20
Frutas e suas preparações	268.467	261.343	-2,65	2,27	-14,79
Metalúrgicos	229.662	222.880	-2,95	1,94	-17,75
Borracha e suas obras	183.944	171.150	-6,96	1,49	0,10
Sisal e derivados	65.689	84.662	28,88	0,74	6,70
Calçados e suas partes	83.014	72.478	-12,69	0,63	-13,71
Couros e peles	51.041	52.563	2,98	0,46	-44,79
Carne e miudezas comestíveis	33.445	47.078	40,76	0,41	20,00
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	62.822	31.831	-49,33	0,28	24,47
Fumo e derivados	26.177	27.502	5,06	0,24	10,59
Milho e derivados	43.886	19.853	-54,76	0,17	4,21
Demais segmentos	102.880	136.874	33,04	1,19	27,94
<b>Total</b>	<b>11.902.089</b>	<b>11.516.970</b>	<b>-3,24</b>	<b>100,00</b>	<b>-5,37</b>

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 7 janeiro 2026. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>.

Elaboração: SEI.

**Tabela 10**  
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-dez. 2024/Jan.-dez. 2025

NCM / Produtos	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %
	2024	2025		2024	2025	
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	5.514.411	5.588.341	1,34	2.437.390	2.305.923	-5,39
Fuel oil	3.258.967	3.263.792	0,15	1.806.051	1.524.642	-15,58
Bulhão dourado (bullion doré), em formas brutas, para uso não monetário	11	10	-0,48	747.731	1.071.595	43,31
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução, semibranqueadas ou branqueadas, de não coníferas	2.555.764	2.595.974	1,57	1.171.273	1.003.988	-14,28
Algodão não cardado nem penteado, simplesmente debulhado	484.411	584.383	20,64	878.900	932.528	6,10
Café não torrado, não descafeinado, em grão	81.575	65.604	-19,58	294.426	397.207	34,91
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	984.094	1.063.542	8,07	401.632	362.027	-9,86
Pasta química de madeira, para dissolução	422.120	489.459	15,95	319.082	336.680	5,52
Sulfetos de minérios de cobre e seus concentrados	117.578	94.646	-19,50	339.471	303.220	-10,68
Manteiga, gordura e óleo, de cacau	18.255	14.443	-20,88	272.250	278.638	2,35
Gasóleo (óleo diesel)	588.838	417.134	-29,16	394.918	260.406	-34,06
Minérios de níquel e seus concentrados	124.081	131.262	5,79	231.511	237.385	2,54
Cacau em pó, sem adição de açúcar ou outros edulcorantes	22.758	26.734	17,47	111.911	198.443	77,32
Pneumáticos novos, de borracha, dos tipos utilizados em automóveis de passageiros (incluindo os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida)	27.474	23.885	-13,06	163.047	141.421	-13,26
Mangas frescas ou secas	111.605	118.725	6,38	156.367	131.124	-16,14
Ferro-silício, que contenham, em peso, mais de 55 % de silício	71.968	78.608	9,23	112.555	109.274	-2,92
Farinhas e pellets, da extração do óleo de soja	324.682	327.293	0,80	130.776	105.915	-19,01
Buta-1, 3-dieno não saturado	105.753	99.642	-5,78	97.229	83.940	-13,67
Outros éteres acíclicos e seus derivados halogenados, etc.	127.952	102.686	-19,75	107.742	82.987	-22,98
Magnésia calcinada a fundo e outros óxidos de magnésio	181.121	200.427	10,66	68.800	72.317	5,11
Pasta de cacau, não desengordurada	4.725	4.720	-0,11	49.189	68.257	38,76
Pentóxido de divanádio	7.119	6.775	-4,83	76.070	64.609	-15,07
Pimenta (do gênero Piper), não triturada nem em pó	5.581	10.785	93,24	25.118	63.241	151,77
Outras fibras têxteis vegetais, estopas, desperdícios trabalhados	36.667	40.426	10,25	39.163	45.577	16,38
Polietileno de densidade inferior a 0,94, sem carga	37.030	48.878	32,00	38.114	45.128	18,40
Ferro-cromo, que contenham, em peso, mais de 4 % de carbono	47.850	40.272	-15,84	57.409	43.880	-23,57
Uvas frescas	17.292	18.110	4,73	45.219	43.693	-3,38
Limões (Citrus limon, Citrus limonum) e limas (Citrus aurantifolia, Citrus latifolia), frescos ou secos	28.317	38.984	37,67	31.883	40.535	27,14
Outros couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), divididos, com o lado flor	3.519	2.813	-20,07	40.747	33.622	-17,48
Querosenes de aviação	28.046	39.239	39,91	26.676	33.517	25,65
Outros polietilenos sem carga, densidade >= 0.94, em formas primárias	24.966	34.875	39,69	23.155	30.984	33,81
Água de coco (Cocos nucifera) com valor Brix não superior a 7,4	22.612	29.162	28,97	22.674	30.561	34,79
Cordéis para atadeiras ou enfardadeiras, de sisal ou de outras fibras têxteis do gênero Agave	10.999	16.769	52,46	17.846	28.336	58,78
Glicerol em bruto	55.767	59.429	6,57	12.799	27.677	116,24
Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	3.623	4.991	37,76	17.715	26.709	50,77
Outras ligas de ferro-cromo	11.341	12.931	14,02	27.434	26.123	-4,78
Cravo-da-índia (frutos, flores e pedúnculos), não triturado nem em pó	314	4.055	-	2.758	25.945	840,74
Outros tubos de plásticos	1.219	757	-37,94	20.145	25.772	27,93
Ésteres de butila do ácido acrílico	14.905	16.488	10,62	21.595	23.134	7,13
Outros calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plástico, não classificados em códigos anteriores	749	887	18,44	20.532	22.179	8,02
Demais produtos	966.239	1.105.116	14,37	1.042.784	827.832	-20,61
<b>Total</b>	<b>16.452.296</b>	<b>16.823.054</b>	<b>2,25</b>	<b>11.902.089</b>	<b>11.516.970</b>	<b>-3,24</b>

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 7 jan. 2026. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>  
Elaboração: SEI.

# FINANÇAS PÚBLICAS

## UNIÃO

(Continua)

Tabela 11  
Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>RECEITA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (I)</b>	<b>874.217.839</b>	<b>550.346.944</b>	<b>666.049.514</b>	<b>516.335.915</b>	<b>539.016.703</b>	<b>3.145.966.915</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>532.847.803</b>	<b>480.032.423</b>	<b>462.317.039</b>	<b>479.947.851</b>	<b>498.430.651</b>	<b>2.453.575.767</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>214.165.957</b>	<b>184.972.913</b>	<b>185.422.422</b>	<b>172.129.175</b>	<b>187.723.178</b>	<b>944.413.645</b>
Impostos	212.754.569	183.440.505	183.221.365	170.525.650	186.004.864	935.946.953
Taxas	1.411.388	1.532.408	2.201.057	1.603.524	1.718.314	8.466.691
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>251.079.279</b>	<b>235.670.826</b>	<b>222.389.997</b>	<b>245.886.615</b>	<b>252.790.900</b>	<b>1.207.817.617</b>
Contribuições sociais	245.315.880	229.629.388	217.535.132	240.965.018	247.427.061	1.180.872.479
Contribuições econômicas	5.763.398	6.041.438	4.854.865	4.921.597	5.363.839	26.945.137
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0	0	0	-	-
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>36.236.658</b>	<b>42.180.196</b>	<b>35.087.536</b>	<b>39.989.154</b>	<b>38.454.972</b>	<b>191.948.516</b>
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	630.079	680.818	930.234	707.099	741.129	3.689.359
Valores mobiliários	8.588.512	16.081.435	18.916.152	14.076.402	12.940.606	70.603.107
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	594.501	388.488	554.735	327.722	298.751	2.164.197
Exploração de recursos naturais	23.381.825	22.039.934	11.538.390	21.343.243	20.700.116	99.003.508
Exploração do patrimônio intangível	0	0	49	27	-	76
Cessão de direitos	1.959.480	1.985.559	2.049.279	2.148.718	2.103.710	10.246.746
Demais receitas patrimoniais	1.082.263	1.003.960	1.098.685	1.385.944	1.670.661	6.241.513
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	<b>3.552</b>	<b>3.548</b>	<b>3.996</b>	<b>4.980</b>	<b>3.195</b>	<b>19.271</b>
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	<b>2.701.106</b>	<b>4.257.669</b>	<b>2.406.039</b>	<b>3.566.774</b>	<b>5.362.923</b>	<b>18.294.511</b>
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>15.738.600</b>	<b>6.995.632</b>	<b>6.936.688</b>	<b>17.752.719</b>	<b>7.809.077</b>	<b>55.232.716</b>
Serviços administrativos e comerciais gerais	736.318	540.063	780.396	724.688	547.478	3.328.943
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	836.766	867.708	809.974	559.767	1.214.449	4.288.664
Serviços e atividades referentes à saúde	36.064	65.245	62.824	45.440	81.338	290.911
Serviços e atividades financeiras	14.126.968	5.517.610	5.279.411	16.409.926	5.961.909	47.295.824
Outros serviços	2.483	5.008	4.085	12.898	3.902	28.376
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>111.928</b>	<b>32.701</b>	<b>45.375</b>	<b>96.036</b>	<b>2.358</b>	<b>288.398</b>
Transferências da união e de suas entidades	4	4	0	520	61	589
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	7.323	3.361	5.254	7.607	-2.003	21.542
Transferências dos municípios e de suas entidades	5.423	1.843	2.913	5.210	20.953	36.342
Transferências de instituições privadas	98.571	26.366	21.765	69.996	-22.140	194.558
Transferências de outras instituições públicas	0	0	0	0	0	-
Transferências do exterior	585	1.116	15.432	3.870	5.477	26.480
Transferências de pessoas físicas	0	0	0	0	0	-
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	0	0	0	-
Demais transferências correntes	23	19	12	8.831	12	8.897

(Continuação)

Tabela 11  
Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.808.320</b>	<b>5.919.638</b>	<b>8.470.848</b>	<b>522.436</b>	<b>6.283.354</b>	<b>34.004.596</b>
Multas administrativas, contratuais e judiciais	2.318.222	1.552.928	959.870	1.893.462	2.397.918	9.122.400
Indenizações, restituições e ressarcimentos	2.635.729	2.812.127	1.239.006	1.372.608	1.516.482	9.575.952
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	264.838	92.261	133.655	-86.227	250.028	654.555
Multas e juros de mora das receitas de capital	5.310	291	1.555	1.461	4.651	13.268
Demais receitas correntes	7.579.669	1.462.031	6.405.628	-2.661.364	2.114.276	14.900.240
<b>RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR</b>	<b>2.402</b>	<b>700</b>	<b>5</b>	<b>-36</b>	<b>694</b>	<b>3.765</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>341.370.036</b>	<b>70.314.521</b>	<b>181.409.517</b>	<b>36.388.064</b>	<b>40.586.052</b>	<b>670.068.190</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>313.376.093</b>	<b>7.147.199</b>	<b>164.276.298</b>	<b>296.607</b>	<b>5.580.723</b>	<b>490.676.920</b>
Operações de crédito internas	306.375.951	6.961.203	152.132.069	136.131	114.060	465.719.414
Operações de crédito externas	7.000.143	185.996	12.145.014	160.475	5.466.661	24.958.289
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>30.993</b>	<b>51.852</b>	<b>20.819</b>	<b>89.464</b>	<b>47.237</b>	<b>240.365</b>
Alienação de bens móveis	7.344	6.018	7.776	18.925	10.486	50.549
Alienação de bens imóveis	16.169	22.178	13.062	47.395	36.750	135.554
Alienação de bens intangíveis	7.479	23.655	0	23.145	-	54.279
<b>AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS</b>	<b>4.705.369</b>	<b>5.340.726</b>	<b>2.678.971</b>	<b>7.065.194</b>	<b>7.520.044</b>	<b>27.310.304</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>60</b>	<b>1.173.942</b>	<b>948</b>	<b>88.526</b>	<b>58.916</b>	<b>1.322.392</b>
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	2.550	953	231	-	3.734
Transferências dos municípios e de suas entidades	60	0	54	0	-	114
Transferências de instituições privadas	0	1.171.392	35	34	49.593	1.221.054
Transferências de outras instituições públicas	0	0	0	0	-	-
Transferências do exterior	0	0	0	3.261	-	3.261
Demais transferências de capital	0	0	0	0	-	-
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>23.257.521</b>	<b>56.600.802</b>	<b>14.432.856</b>	<b>28.848.273</b>	<b>27.379.132</b>	<b>150.518.584</b>
Integralização do capital social	0	0	0	0	-	-
Resultado do Banco Central	0	28.746.263	14.432.856	0	-	43.179.119
Remuneração das disponibilidades do tesouro	23.257.521	27.854.539	0	28.848.273	27.379.132	107.339.465
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0	0	-	-
Demais receitas de capital	0	0	0	0	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL A CLASSIFICAR</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>RECEITA (INTRAORÇAMENTÁRIA) (II)</b>	<b>2.483.305</b>	<b>3.736.045</b>	<b>4.046.171</b>	<b>4.039.943</b>	<b>4.094.148</b>	<b>18.399.612,00</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.483.305</b>	<b>3.736.045</b>	<b>4.046.171</b>	<b>4.039.943</b>	<b>4.094.148</b>	<b>18.399.612,00</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>167</b>	<b>1.923</b>	<b>888</b>	<b>741</b>	<b>3.903</b>	<b>7.622,00</b>
Impostos	339	917	772	662	3.690	6.380,00
Taxas	172	1.006	116	79	212	1.585,00
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>2.451.917</b>	<b>3.690.621</b>	<b>3.974.478</b>	<b>3.965.410</b>	<b>4.010.172</b>	<b>18.092.598,00</b>
Contribuições sociais	2.451.164	3.689.818	3.973.867	3.964.856	4.009.925	18.089.630,00
Contribuições econômicas	753	802	611	554	247	2.967,00
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0	0	0	-	0,00

(Conclusão)

Tabela 11  
Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>1.024</b>	<b>1.120</b>	<b>4.641</b>	<b>1.150</b>	<b>1.202</b>	<b>9.137,00</b>
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	1.013	1.089	1.135	1.146	1.201	5.584,00
Valores mobiliários	0	0	3.505	0	-	3.505,00
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	11	32	1	4	1	49,00
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	<b>855</b>	<b>777</b>	<b>834</b>	<b>1.259</b>	<b>1.204</b>	<b>4.929,00</b>
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>6.271</b>	<b>12.989</b>	<b>41.451</b>	<b>37.422</b>	<b>4.012</b>	<b>102.145,00</b>
Serviços administrativos e comerciais gerais	6.269	12.981	23.265	28.413	4.005	74.933,00
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0	0	0	-	0,00
Serviços e atividades referentes à saúde	2	9	15	9	7	42,00
Serviços e atividades financeiras	0	0	18.171	9.000	-	27.171,00
Outros serviços	0	0	0	0	-	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>23.406</b>	<b>28.615</b>	<b>23.878</b>	<b>33.961</b>	<b>"73.655"</b>	<b>109.860,00</b>
Multas administrativas, contratuais e judiciais	6	3	2	3	2	16,00
Indenizações, restituições e ressarcimentos	17.364	17.643	17.001	16.992	16.854	85.854,00
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. ao RGPS	0	0	0	0	-	0,00
<b>DEMAIS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.035</b>	<b>10.975</b>	<b>6.875</b>	<b>16.966</b>	<b>56.799</b>	<b>97.650,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>876.701.145</b>	<b>554.082.989</b>	<b>670.095.686</b>	<b>520.375.858</b>	<b>543.110.851</b>	<b>3.164.366.529,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>313.696.419</b>	<b>423.058.355</b>	<b>216.190.426</b>	<b>333.865.539</b>	<b>397.585.608</b>	<b>1.684.396.347,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS</b>	<b>306.214.562</b>	<b>423.058.355</b>	<b>212.548.986</b>	<b>333.865.539</b>	<b>385.152.943</b>	<b>1.660.840.385,00</b>
Mobiliária	306.214.562	423.058.355	212.548.986	333.865.539	385.152.943	1.660.840.385,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS</b>	<b>7.481.857</b>	<b>0</b>	<b>3.361.440</b>	<b>0</b>	<b>12.432.665</b>	<b>23.275.962,00</b>
Mobiliária	7.481.857	0	3.361.440	0	12.432.665	23.275.962,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>1.190.397.564,00</b>	<b>977.141.345,00</b>	<b>886.286.112,00</b>	<b>854.241.397,00</b>	<b>940.696.459,00</b>	<b>4.848.762.877,00</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>1.190.397.564,00</b>	<b>977.141.345,00</b>	<b>886.286.112,00</b>	<b>854.241.397,00</b>	<b>940.696.459,00</b>	<b>4.848.762.877,00</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).  
Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 12  
Demonstrativo das despesas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (VIII)</b>	<b>614.031.447,00</b>	<b>551.217.801,00</b>	<b>573.473.099,00</b>	<b>600.913.348,00</b>	<b>647.681.510,00</b>	<b>2.987.317.205,00</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>490.844.654,00</b>	<b>379.573.722,00</b>	<b>538.725.824,00</b>	<b>566.312.306,00</b>	<b>507.408.639,00</b>	<b>2.482.865.145,00</b>
Pessoal e encargos sociais	58.958.634,00	23.264.411,00	70.769.705,00	67.248.721,00	61.680.961,00	281.922.432,00
Juros e encargos da dívida	106.389.654,00	34.071.524,00	42.110.389,00	62.576.508,00	69.273.243,00	314.421.318,00
Outras despesas correntes	325.496.366,00	322.237.786,00	425.845.730,00	436.487.077,00	376.454.435,00	1.886.521.394,00
Transferência a estados, DF e municípios	101.702.674,00	31.126.242,00	133.783.828,00	126.268.018,00	124.389.502,00	517.270.264,00
Benefícios previdenciários	150.867.025,00	188.753.366,00	192.273.975,00	175.809.750,00	157.975.579,00	865.679.695,00
Demais despesas correntes	72.926.667,00	102.358.179,00	99.787.926,00	134.409.309,00	94.089.354,00	503.571.435,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>123.186.793,00</b>	<b>171.644.079,00</b>	<b>34.747.275,00</b>	<b>34.601.042,00</b>	<b>140.272.871,00</b>	<b>504.452.060,00</b>
Investimentos	531.118,00	6.052.396,00	4.653.811,00	5.564.984,00	11.172.320,00	27.974.629,00
Inversões financeiras	11.393.063,00	26.049.884,00	29.682.401,00	22.626.812,00	42.597.256,00	132.349.416,00
Amortização da dívida	111.262.613,00	139.541.798,00	411.062,00	6.409.244,00	86.503.297,00	344.128.014,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>4.315.162,00</b>	<b>1.869.947,00</b>	<b>4.924.416,00</b>	<b>5.094.378,00</b>	<b>5.165.836,00</b>	<b>21.369.739,00</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>4.314.208,00</b>	<b>1.867.288,00</b>	<b>4.922.450,00</b>	<b>5.091.480,00</b>	<b>5.162.108,00</b>	<b>21.357.534,00</b>
Pessoal e encargos sociais	4.172.493,00	1.563.225,00	4.723.048,00	4.810.340,00	4.884.995,00	20.154.101,00
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Outras despesas correntes	141.716,00	304.063,00	199.402,00	281.139,00	277.113,00	1.203.433,00
Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Demais despesas correntes	141.716,00	304.063,00	199.402,00	281.139,00	277.113,00	1.203.433,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>955,00</b>	<b>2.659,00</b>	<b>1.966,00</b>	<b>2.898,00</b>	<b>3.727,00</b>	<b>12.205,00</b>
Investimentos	955,00	2.659,00	1.966,00	2.898,00	499,00	8.977,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	3.228,00	3.228,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>618.346.609,00</b>	<b>553.087.748,00</b>	<b>578.397.515,00</b>	<b>606.007.726,00</b>	<b>652.847.346,00</b>	<b>3.008.686.944,00</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>402.972.700,00</b>	<b>61.170.765,00</b>	<b>215.744.936,00</b>	<b>180.693.915,00</b>	<b>352.396.451,00</b>	<b>1.212.978.767,00</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA</b>	<b>371.860.782,00</b>	<b>59.944.370,00</b>	<b>204.864.808,00</b>	<b>180.415.642,00</b>	<b>343.391.250,00</b>	<b>1.160.476.852,00</b>
Dívida mobiliária	371.487.741,00	59.262.000,00	202.707.835,00	178.004.047,00	342.744.099,00	1.154.205.722,00
Outras dívidas	373.041,00	682.370,00	2.156.972,00	2.411.597,00	647.152,00	6.271.132,00
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>31.111.919,00</b>	<b>1.226.395,00</b>	<b>10.879.706,00</b>	<b>278.273,00</b>	<b>9.005.201,00</b>	<b>52.501.494,00</b>
Dívida mobiliária	30.105.172,00	0,00	9.790.725,00	0,00	7.741.279,00	47.637.176,00
Outras dívidas	1.006.747,00	1.226.395,00	1.089.404,00	278.273,00	1.263.922,00	4.864.741,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>1.021.319.310,00</b>	<b>614.258.513,00</b>	<b>794.142.451,00</b>	<b>786.701.641,00</b>	<b>"1.005.243.797"</b>	<b>3.216.421.915,00</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>1.021.319.310,00</b>	<b>614.258.513,00</b>	<b>794.142.451,00</b>	<b>786.701.641,00</b>	<b>1.005.243.797,00</b>	<b>4.221.665.712,00</b>

Fonte: RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

ESTADO

(Continua)

Tabela 13  
Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>13.499.882.681</b>	<b>10.881.267.792</b>	<b>13.291.552.082</b>	<b>11.385.347.490</b>	<b>13.595.856.478</b>	<b>62.653.906.521,59</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.425.489.516</b>	<b>10.465.947.261</b>	<b>11.881.906.498</b>	<b>11.142.283.575</b>	<b>12.864.549.515</b>	<b>58.780.176.365,49</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>5.669.761.668</b>	<b>5.232.339.276</b>	<b>5.444.107.321</b>	<b>5.478.524.329</b>	<b>5.706.781.375</b>	<b>27.531.513.969,52</b>
Impostos	5.304.307.558	4.790.225.632	4.990.493.696	5.051.967.294	5.196.735.874	25.333.730.053,34
Taxas	365.454.110	442.113.644	453.613.626	426.557.035	510.045.501	2.197.783.916,18
Contribuição de melhoria	0	-	-	-	-	0,00
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>685.257.031</b>	<b>709.148.066</b>	<b>752.927.736</b>	<b>718.199.935</b>	<b>751.055.927</b>	<b>3.616.588.694,74</b>
Contribuições sociais	685.257.031	709.148.066	752.927.736	718.199.935	751.055.927	3.616.588.694,74
Contribuição de intervenção no domínio econômico	0	0	0	0	-	0,00
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	0	0	0	0	-	0,00
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0	0	0	0	-	0,00
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>275.748.116</b>	<b>333.197.406</b>	<b>479.918.895</b>	<b>428.309.575</b>	<b>372.534.735</b>	<b>1.889.708.727,17</b>
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	19.054.672	16.338.054	17.086.524	10.468.370	14.117.804	77.065.423,34
Valores mobiliários	183.345.961	247.835.530	389.996.236	343.441.442	279.862.551	1.444.481.719,43
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0	0	-	-	-	0,00
Exploração de recursos naturais	1.037.665	1.041.844	1.320.508	875.209	1.214.470	5.489.695,44
Exploração do patrimônio intangível	0	-	-	-	-	0,00
Cessão de direitos	72.309.819	67.979.280	71.515.627	73.519.882	77.338.981	362.663.589,27
Demais receitas patrimoniais	0	2.698	0	4.672	929	8.299,69
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	<b>29.755</b>	<b>6.210</b>	<b>28.180</b>	<b>21.841</b>	<b>3.840</b>	<b>89.825,43</b>
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>38.933.107</b>	<b>32.157.342</b>	<b>0</b>	<b>41.872.021</b>	<b>43.406.624</b>	<b>156.369.093,90</b>
Serviços administrativos e comerciais gerais	33.312.664	23.923.282	35.810.209	33.264.624	34.649.240	160.960.019,56
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	-	-	-	-	0,00
Serviços e atividades referentes à saúde	129.268	73.095	49.392	75.195	132.513	459.462,50
Serviços e atividades financeiras	3.426.661	6.452.908	8.444.581	6.926.159	7.110.071	32.360.380,84
Outros serviços	2.064.514	1.708.057	1.920.105	1.606.044	1.514.799	8.813.517,94
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>4.886.631.857</b>	<b>3.852.406.826</b>	<b>4.696.241.077</b>	<b>3.859.608.204</b>	<b>5.462.507.499</b>	<b>22.757.395.463,31</b>
Transferências da União e de suas entidades	4.064.762.748	3.172.363.145	3.943.094.171	3.195.445.666	4.788.462.328	19.164.128.058,05
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	-	-	-	-	0,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	-	-	-	329.746	329.746,00
Transferências de instituições privadas	6.552.783	6.751.307	2.709.497	5.630.011	6.237.351	27.880.949,02
Transferências de outras instituições públicas	815.316.326	673.292.174	750.437.408	658.468.377	667.063.792	3.564.578.077,73
Transferências do exterior	0	0	0	64.100	0	64.100,00
Demais transferências correntes	0	200	0	50	414.283	414.532,51

(Continuação)

Tabela 13  
Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>869.127.981</b>	<b>306.692.135</b>	<b>462.459.002</b>	<b>615.747.671</b>	<b>528.259.516</b>	<b>2.782.286.304,48</b>
Multas administrativas, contratuais e judiciais	56.856.526	46.283.296	45.659.632	56.133.176	61.972.445	266.905.075,31
Indenizações, restituições e ressarcimentos	519.646.227	41.248.962	182.730.518	124.358.421	110.921.149	978.905.276,53
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	1.147	4.001.000	-	74.310.817	2.037	78.315.001,18
Multas e juros de mora das receitas de capital	0	-	-	-	-	0,00
Demais receitas correntes	292.624.081	215.158.877	234.068.852	360.945.257	355.363.885	1.458.160.951,46
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.074.393.164</b>	<b>415.320.531</b>	<b>1.409.645.584</b>	<b>243.063.915</b>	<b>731.306.962</b>	<b>3.873.730.156</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>902.410.214</b>	<b>291.215.524</b>	<b>1.163.472.891</b>	<b>54.741.119</b>	<b>384.912.898</b>	<b>2.796.752.644,38</b>
Operações de crédito - mercado interno	587.000.000	2.580.524	1.108.082.891	12.874.307	350.158.597	2.060.696.318,91
Operações de crédito - mercado externo	315.410.214	288.635.000	55.390.000	41.866.811	34.754.300	736.056.325,47
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>3.575.070</b>	<b>2.419.300</b>	<b>328.500</b>	<b>2.281.413</b>	<b>9.533.146</b>	<b>18.137.429,32</b>
Alienação de bens móveis	3.570.850	166.800	328.500	2.275.145	243.200	6.584.494,82
Alienação de bens imóveis	4.220	2.252.500	-	6.268	9.289.946	11.552.934,50
Alienação de bens intangíveis	0	-	-	0	-	0,00
<b>AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</b>	<b>18.020.095</b>	<b>28.045.436</b>	<b>28.065.682</b>	<b>28.428.475</b>	<b>28.984.124</b>	<b>131.543.811,75</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>21.094.363</b>	<b>23.159.599</b>	<b>102.638.031</b>	<b>135.869.748</b>	<b>189.375.730</b>	<b>472.137.472,13</b>
Transferências da União e de suas entidades	21.094.363	23.159.599	102.638.031	135.869.748	189.375.730	472.137.472,13
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	-	-	-	-	0,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	-	-	-	-	0,00
Transferências de instituições privadas	0	-	-	-	-	0,00
Transferências de outras instituições públicas	0	-	-	-	-	0,00
Transferências do exterior	0	-	-	-	-	0,00
Demais receitas de capital	0	-	-	-	-	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>129.293.422</b>	<b>70.480.672</b>	<b>115.140.480</b>	<b>21.743.160</b>	<b>118.501.064</b>	<b>455.158.798,52</b>
Integralização do capital social	0	-	-	-	-	0,00
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	-	-	-	-	0,00
Resgate de títulos do tesouro	0	-	-	-	-	0,00
Demais receitas de capital	129.293.422	70.480.672	115.140.480	21.743.160	118.501.064	455.158.798,52
<b>RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>513.514.203</b>	<b>561.086.638</b>	<b>582.551.038</b>	<b>554.346.464</b>	<b>594.336.217</b>	<b>2.805.834.559,25</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)</b>	<b>14.013.396.884</b>	<b>11.442.354.430</b>	<b>13.874.103.120</b>	<b>11.939.693.953</b>	<b>14.190.192.694</b>	<b>65.459.741.081</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0	-	-	-	0,00
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0	-	-	-	0,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0	-	-	-	0,00
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0	-	-	-	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (V) = (III + IV)</b>		<b>11.442.354.430</b>	<b>13.874.103.120</b>	<b>11.939.693.953</b>	<b>14.190.192.694</b>	<b>51.446.344.197</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>						<b>0,00</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>		<b>11.442.354.430</b>	<b>13.874.103.120</b>	<b>11.939.693.953</b>	<b>14.190.192.694</b>	<b>51.446.344.197</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>						<b>0,00</b>

(Conclusão)

Tabela 13  
Balança Orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>513.514.202,89</b>	<b>561.086.637,56</b>	<b>582.551.038,20</b>	<b>554.346.463,88</b>	<b>583.130.502,72</b>	<b>2.794.628.845</b>
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>505.557.756,00</b>	<b>553.304.389,79</b>	<b>570.417.676,55</b>	<b>534.270.008,30</b>	<b>568.392.122,75</b>	<b>2.731.941.953</b>
Contribuições sociais	505.557.756,00	553.304.389,79	570.417.676,55	534.270.008,30	568.392.122,75	2.731.941.953
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>5.526.532,45</b>	<b>5.737.894,14</b>	<b>10.038.273,51</b>	<b>17.965.432,80</b>	<b>12.577.237,35</b>	<b>51.845.370</b>
Serviços administrativos e comerciais gerais	42963,33	4.963,22	4.438.218,84	15.013.973,47	3.778.360,72	23.278.480
Serviços e atividades referentes à saúde	5.483.569,12	5.732.930,92	5.600.054,67	2.951.459,33	8.798.876,63	28.566.891
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>
Demais transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.429.914,44</b>	<b>2.044.353,63</b>	<b>2.095.088,14</b>	<b>2.111.022,78</b>	<b>2.161.142,62</b>	<b>10.841.522</b>
Indenizações, restituições e ressarcimentos	0,00	0	0	0	0	0
Demais receitas correntes	2.429.914,44	2.044.353,63	2.095.088,14	2.111.022,78	2.161.142,62	10.841.522
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>
Demais receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
<b>TOTAL</b>	<b>513.514.202,89</b>	<b>561.086.637,56</b>	<b>582.551.038,20</b>	<b>554.346.463,88</b>	<b>583.130.502,72</b>	<b>2.794.628.845,25</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 14

Balço Orçamentário – Despesa – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>9.567.339.890</b>	<b>11.619.510.032</b>	<b>12.488.224.005</b>	<b>12.294.553.703</b>	<b>13.825.896.283</b>	<b>59.795.523.913</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.426.368.867</b>	<b>9.858.287.173</b>	<b>10.817.510.982</b>	<b>10.501.609.830</b>	<b>11.768.736.153</b>	<b>51.372.513.005,77</b>
Pessoal e encargos sociais	5.487.203.466	5.528.423.685	5.986.822.506	5.774.122.510	6.499.663.503	29.276.235.669,95
Juros e encargos da dívida	125.136.906	303.731.869	266.659.789	225.650.981	493.254.500	1.414.434.043,81
Outras despesas correntes	2.814.028.496	4.026.131.619	4.564.028.688	4.501.836.340	4.775.818.150	20.681.843.292,01
Transferências a municípios	0	0	0	0	-	0,00
Demais despesas correntes	2.814.028.496	4.026.131.619	4.564.028.688	4.501.836.340	4.775.818.150	20.681.843.292,01
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.140.971.023</b>	<b>1.761.222.859</b>	<b>1.670.713.022</b>	<b>1.792.943.873</b>	<b>2.057.160.130</b>	<b>8.423.010.907,48</b>
Investimentos	599.862.551	1.024.866.134	1.034.635.948	1.460.894.050	1.305.290.830	5.425.549.513,63
Inversões financeiras	405.942.248	169.497.193	451.257.160	159.533.071	167.428.925	1.353.658.596,83
Amortização da dívida	135.166.224	566.859.532	184.819.915	172.516.752	584.440.375	1.643.802.797,02
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>514.348.541</b>	<b>573.268.771</b>	<b>581.399.628</b>	<b>562.879.708</b>	<b>581.715.401</b>	<b>2.813.612.049,64</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)</b>	<b>10.081.688.431</b>	<b>12.192.778.804</b>	<b>13.069.623.632</b>	<b>12.857.433.411</b>	<b>14.407.611.685</b>	<b>62.609.135.963</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (IV)</b>	-	-	-	-	-	<b>0,00</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA</b>	-	-	-	-	-	<b>0,00</b>
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	0,00
Outras dívidas	-	-	-	-	-	0,00
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA</b>	-	-	-	-	-	<b>0,00</b>
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	0,00
Outras dívidas	-	-	-	-	-	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>10.081.688.431</b>	<b>12.192.778.804</b>	<b>13.069.623.632</b>	<b>12.857.433.411</b>	<b>14.407.611.685</b>	<b>62.609.135.963</b>
<b>SUPERÁVIT (VI)</b>	<b>3931708453</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>3.931.708.452,59</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>14.013.396.884</b>	<b>12.315.249.902</b>	<b>13.069.623.632</b>	<b>12.857.433.411</b>	<b>14.407.611.685</b>	<b>66.663.315.514</b>

Despesa intraorçamentária	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>514.348.541</b>	<b>573.268.771</b>	<b>581.399.628</b>	<b>562.879.708</b>	<b>581.715.401</b>	<b>2.813.612.050</b>
Pessoal e encargos sociais	463.505.887	514.696.495	523.455.529	489.381.479	521.874.974	2.512.914.363
Juros e encargos da dívida	0	0	0	0	-	0
Outras despesas correntes	50.842.654	58.572.277	57.944.099	73.498.229	59.840.428	300.697.687
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Investimentos	0	0	0	0	0	0
Inversões financeiras	0	0	0	0	0	0
Amortização da dívida	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>514.348.541</b>	<b>573.268.771</b>	<b>581.399.628</b>	<b>562.879.708</b>	<b>581.715.401</b>	<b>2.813.612.050</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia 2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) - LEI 9.394/96, Art. 72 - Anexo X.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

**Tabela 15**  
**Arrecadação mensal – Bahia – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-dez. 2025/Jan.-dez. 2024**

(R\$ 1,00)

Mês	ICMS			IPVA			ITD			Taxas			Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Janeiro	3.868.606,364	3.432.693,198	336.284.222,33	318.147.045,30	29.786.484,07	20.544.069,51	129.238.203,36	39.619.854,96	4.363.915.274,05	3.811.004.167,58				
Fevereiro	3.355.564,017	2.891.222,165	484.946.050,44	439.748.153,16	30.700.509,36	26.652.322,15	74.567.780,99	129.130.010,71	3.945.778.357,44	3.486.752.651,13				
Março	3.230.256,579	2.880.294,341	146.689.768,87	136.414.707,48	27.514.722,65	18.085.436,79	160.552.038,43	203.006.073,54	3.565.013.108,53	3.237.800.559,23				
Abril	3.438.824,145	3.308.711,593	153.110.749,53	152.067.980,52	27.720.697,62	25.736.706,98	110.876.287,28	82.651.382,03	3.730.531.878,95	3.569.167.662,79				
Maior	3.363.081,227	3.122.732,008	166.031.194,68	156.537.156,65	34.523.838,29	25.569.380,22	115.606.664,16	116.184.925,14	3.679.242.924,14	3.421.023.470,44				
Junho	3.447.568,890	3.274.204,554	166.736.633,66	158.298.488,52	33.589.598,28	18.032.220,08	164.996.853,42	78.946.475,41	3.814.891.975,36	3.529.481.737,79				
Julho	3.370.600,571	3.244.467,281	244.985.149,58	230.516.885,34	26.485.999,00	34.550.335,38	72.314.374,63	110.488.756,82	3.714.396.094,43	3.620.023.257,97				
Agosto	3.541.607,101	3.493.527,969	225.728.205,09	212.295.292,52	23.424.569,21	25.680.387,89	149.133.444,81	139.433.441,12	3.939.893.319,90	3.870.961.528,07				
Setembro	3.492.706,508	3.385.533,510	237.717.363,04	203.790.928,76	48.095.412,67	20.619.351,43	138.970.397,75	133.757.022,54	3.917.489.681,07	3.743.700.812,53				
Outubro	353.136.1064,20	3.675.285,405	235.285.796,88	203.074.913,82	37.668.383,85	23.749.652,24	150.750.591,18	128.197.540,51	3.955.065.836,49	4.030.307.512,04				
Novembro		3.742.432,247		184.789,148		38.470,676		134.168,872		4.099.860,943				
Dezembro		3.664.140,509		141.630,152		32.727,101		184.767,331		4.023.265,093				
<b>TOTAL</b>	<b>34.640.176,465</b>	<b>40.115.244,780</b>	<b>2.399.515,134</b>	<b>2.537.310,852</b>	<b>319.520,215</b>	<b>310.417,640</b>	<b>1.267.006,636</b>	<b>1.480.351,686</b>	<b>38.626.218,450</b>	<b>44.443.349,396</b>				

 Fonte: Sefaz - Relatórios Bimestrais.  
 Elaboração: SEI.

## MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 16  
Balço Orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>2.254.098.944</b>	<b>1.784.669.072</b>	<b>1.757.208.170</b>	<b>1.866.077.068</b>	<b>1.908.773.922</b>	<b>9.570.827.174</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.205.691.303</b>	<b>1.697.624.095</b>	<b>1.720.522.746</b>	<b>1.794.454.543</b>	<b>1.843.677.481</b>	<b>9.261.970.168</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>1.055.864.037</b>	<b>706.501.637</b>	<b>674.765.130</b>	<b>716.194.401</b>	<b>799.181.613</b>	<b>3.952.506.817</b>
Impostos	879.885.864	641.060.431	616.487.089	652.233.269	678.430.704	3.468.097.356
Taxas	175.978.173	65.441.205	58.278.041	63.961.133	120.750.909	484.409.461
Contribuição de melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>68.754.560</b>	<b>115.100.405</b>	<b>105.270.387</b>	<b>103.025.538</b>	<b>97.318.130</b>	<b>489.469.020</b>
Contribuições sociais	24.404.824	64.499.039	47.469.245	49.079.724	48.625.744	234.078.576
Contribuições econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	44.349.736	50.601.366	57.801.142	53.945.813	48.692.385	255.390.443
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>59.699.586</b>	<b>67.052.286</b>	<b>70.098.179</b>	<b>66.318.056</b>	<b>67.464.607</b>	<b>330.632.713</b>
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	9.156.386	15.148.761	9.419.358	8.658.763	8.136.463	50.519.731
Valores mobiliários	49.838.446	51.196.359	57.349.904	54.806.385	56.993.789	270.184.883
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	704.384	704.301	3.327.446	1.755.740	1.650.077	8.141.950
Exploração de recursos naturais	0,00	0,00	0,00	1.095.654,35	682.791,65	1.778.446
Exploração do patrimônio intangível	369	1.076	615	655	722	3.438
Cessão de direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Demais receitas patrimoniais	0,00	1.787,74	855,48	857,94	764,72	4.266
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>8.052.917</b>	<b>13.400.345</b>	<b>1.344.747</b>	<b>3.327.763</b>	<b>1.259.925</b>	<b>27.385.697</b>
Serviços administrativos e comerciais gerais	289.093	2.874	533	148	551	293.199
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Serviços e atividades referentes à saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Serviços e atividades financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outros serviços	7.763.824	13.397.470	1.344.214	3.327.615	1.259.374	27.092.498
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>982.458.236</b>	<b>773.601.618</b>	<b>846.436.335</b>	<b>874.458.983</b>	<b>847.182.163</b>	<b>4.324.137.335</b>
Transferências da união e de suas entidades	572.473.705	473.494.899	532.358.260	540.724.151	523.257.269	2.642.308.283
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	253.217.430	168.651.313	169.085.556	198.004.519	193.934.242	982.893.061
Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0
Transferências de instituições privadas	294.099	2.471.039	1.156.400	71.138	2.116.790	6.109.465
Transferências de outras instituições públicas	156.448.073	128.955.642	143.773.472	134.189.821	127.766.178	691.133.186
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras transferências	24.929	28.725	62.647	1.469.355	107.684	1.693.340
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>30.861.968</b>	<b>21.967.804</b>	<b>22.607.969</b>	<b>31.129.802</b>	<b>31.271.043</b>	<b>137.838.586</b>
Multas administrativas, contratuais e judiciais	16.911.381	11.877.760	12.281.050	20.628.294	21.792.229	83.490.716
Indenizações, restituições e ressarcimentos	3.933.673	1.909.155	3.297.098	2.896.614	4.582.856	16.619.395

Tabela 16  
Balança Orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0,00	0,00	1.463.176,92	0,00	-	1.463.177
Multas e juros de mora das receitas de capital	6.801	15.909	14.439	38.931	16.354	92.433
Demais receitas correntes	10.010.112	8.164.980	5.552.205	7.565.963	4.879.605	36.172.866
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>48.407.641</b>	<b>87.044.977</b>	<b>36.685.423</b>	<b>71.622.525</b>	<b>65.096.441</b>	<b>308.857.007</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>21.523.114</b>	<b>65.504.570</b>	<b>22.726.830</b>	<b>42.055.818</b>	<b>28.324.731</b>	<b>180.135.063</b>
Operações de crédito - mercado interno	21.523.114	6.475.538	13.626.830	3.291.162	4.817.642	49.734.287
Operações de crédito - mercado externo	0	59.029.032	9.100.000	38.764.655	23.507.089	130.400.776
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>2.723.653</b>	<b>-1.422.136</b>	<b>131.008</b>	<b>403.687</b>	<b>277.138</b>	<b>2.113.350</b>
Alienação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Alienação de bens imóveis	2.723.653	-1.422.136	131.008	403.687	277.138	2.113.350
Alienação de bens intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0
<b>AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>0</b>	<b>10.686.515</b>	<b>1.310.320</b>	<b>4.210.051</b>	<b>11.705.465</b>	<b>27.912.351</b>
Transferências da união e de suas entidades	0	473.494.899	1.310.320	4.210.051	11.705.465	490.720.735
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	168.651.313,48	0,00	0,00	-	168.651.313
Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0
Transferências de instituições privadas	0,00	2.471.039	0	0	-	2.471.039
Transferências de outras instituições públicas	0,00	128.955.642,36	0,00	0,00	-	128.955.642
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0
Demais transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>24.160.872,97</b>	<b>12.276.027,62</b>	<b>12.517.265,11</b>	<b>24.952.969,56</b>	<b>24.789.106,73</b>	<b>98.696.242</b>
Integralização do capital social	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0
Resgate de títulos do tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0
Demais receitas de capital	24.160.872,97	12.276.027,62	12.517.265,11	24.952.969,56	24.789.106,73	98.696.242
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>35.799.624</b>	<b>107.368.674</b>	<b>82.410.726</b>	<b>78.682.968</b>	<b>76.435.026</b>	<b>380.697.018</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>2.289.898.568</b>	<b>1.892.037.746</b>	<b>1.839.618.895</b>	<b>1.944.760.036</b>	<b>1.985.208.948</b>	<b>9.951.524.192</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)	0	0	0	0	0	0
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>2.289.898.568</b>	<b>1.892.037.746</b>	<b>1.839.618.895</b>	<b>1.944.760.036</b>	<b>1.985.208.948</b>	<b>9.951.524.192</b>
DÉFICIT (VI)	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>2.289.898.568</b>	<b>1.892.037.746</b>	<b>1.839.618.895</b>	<b>1.944.760.036</b>	<b>1.985.208.948</b>	<b>9.951.524.192</b>

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>35.799.623,89</b>	<b>107.368.674,00</b>	<b>82.410.725,56</b>	<b>78.682.968,46</b>	<b>76.435.026,11</b>	<b>380.697.018,02</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>33.888.257,74</b>	<b>102.560.743,61</b>	<b>71.309.814,18</b>	<b>74.076.746,51</b>	<b>72.698.802,38</b>	<b>354.534.364,42</b>
Contribuições Sociais	33.888.257,74	102.560.743,61	71.309.814,18	74.076.746,51	72.698.802,38	354.534.364,42
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>196.302,98</b>	<b>203.520,69</b>	<b>209.198,74</b>	<b>214.227,00</b>	<b>218.782,93</b>	<b>1.042.032,34</b>
Demais Receitas Patrimoniais	196.302,98	203.520,69	209.198,74	214.227,00	218.782,93	1.042.032,34
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
Outros Serviços	-	-	-	-	-	0,00

(Conclusão)

Tabela 16  
Balço Orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.715.063,17</b>	<b>4.604.409,70</b>	<b>10.891.712,64</b>	<b>4.391.994,95</b>	<b>3.517.440,80</b>	<b>25.120.621,26</b>
Demais Receitas Correntes	1.715.063,17	4.604.409,70	10.891.712,64	4.391.994,95	3.517.440,80	25.120.621,26
<b>TOTAL DE RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>35.799.624</b>	<b>107.368.674</b>	<b>82.410.726</b>	<b>78.682.968</b>	<b>76.435.026</b>	<b>380.697.018</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 17  
Balço Orçamentário – Despesa – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-out. 2025

(R\$ 1,00)

Despesa liquidada	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>1.498.921.283,60</b>	<b>1.947.377.746,54</b>	<b>1.873.934.834,07</b>	<b>1.808.954.001,31</b>	<b>1.892.296.964,42</b>	<b>9.021.484.829,94</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.290.515.157,55</b>	<b>1.670.811.135,54</b>	<b>1.663.225.085,42</b>	<b>1.630.738.570,38</b>	<b>1.697.575.145,09</b>	<b>7.952.865.093,98</b>
Pessoal e encargos sociais	551.221.756,02	560.649.236,83	601.388.296,66	607.249.770,71	601.755.976,48	2.922.265.036,70
Juros e encargos da dívida	15.771.203,15	53.729.261,78	44.088.643,92	16.817.284,14	59.974.968,95	190.381.361,94
Outras despesas correntes	723.522.198,38	1.056.432.636,93	1.017.748.144,84	1.006.671.515,53	1.035.844.199,66	4.840.218.695,34
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>208.406.126,05</b>	<b>276.566.611,00</b>	<b>210.709.748,65</b>	<b>178.215.430,93</b>	<b>194.721.819,33</b>	<b>1.068.619.735,96</b>
Investimentos	159.505.430,94	216.278.063,26	161.053.151,12	118.228.471,32	122.254.705,47	777.319.822,11
Inversões financeiras	R\$ 10.675.788,20	R\$ 12.445.662,14	R\$ 4.756.642,07	R\$ 37.747.248,46	R\$ 24.197.938,13	89.823.279,00
Amortização da dívida	38.224.906,91	47.842.885,60	44.899.955,46	22.239.711,15	48.269.175,73	201.476.634,85
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>71.333.679,64</b>	<b>71.834.618,25</b>	<b>83.016.045,48</b>	<b>78.762.720,32</b>	<b>76.507.446,23</b>	<b>381.454.509,92</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (III)=(I+II)</b>	<b>1.570.254.963,24</b>	<b>1.996.913.218,82</b>	<b>1.956.950.879,55</b>	<b>1.887.716.721,63</b>	<b>1.968.804.410,65</b>	<b>9.380.640.193,89</b>
<b>SUPERÁVIT (IV)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (V) = (III + IV)</b>	<b>1.570.254.963,24</b>	<b>1.996.913.218,82</b>	<b>1.956.950.879,55</b>	<b>1.887.716.721,63</b>	<b>1.968.804.410,65</b>	<b>9.380.640.193,89</b>

Despesa intraorçamentária	2025					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>71.333.679,64</b>	<b>71.834.618,25</b>	<b>83.016.045,48</b>	<b>78.762.720,32</b>	<b>76.507.446,23</b>	<b>381.454.509,92</b>
Pessoal e encargos sociais	71.333.679,64	71.834.618,25	83.016.045,48	78.762.720,32	76.507.446,23	381.454.509,92
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>71.333.679,64</b>	<b>71.834.618,25</b>	<b>83.016.045,48</b>	<b>78.762.720,32</b>	<b>76.507.446,23</b>	<b>381.454.509,92</b>

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.



# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e o comitê editorial reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br), menu "Publicações".

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

## **Padrão para envio de artigos ou resenhas:**

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção "Submissão", ou por e-mail ([cep@sei.ba.gov.br](mailto:cep@sei.ba.gov.br)), para o comitê editorial da C&P.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, ORCID (Open Researcher and Contributor ID), titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e keywords devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto. Resumos e abstracts estarão disponíveis na revista eletrônica e não constarão na publicação impressa.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI ([www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)) no menu "Publicações".

